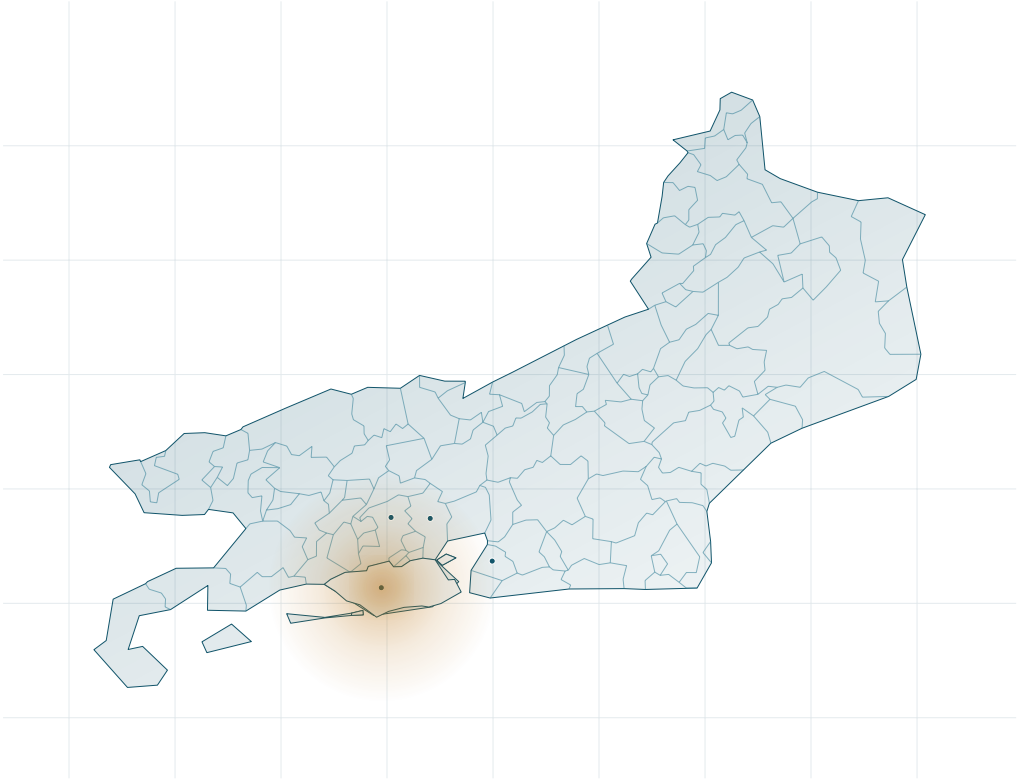
VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL

Caderno de Orientações Vigilância Socioassistencial RJ



VERSÃO

1.0.0

EDIÇÃO

Novembro de 2026

Expediente

Gestão

Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Patrícia Tavares

Subsecretário de Gestão do SUAS
Felippe de Souza Rodrigues

Superintendente de Gestão do SUAS
Adriana Alves Pinto de Castro

Coordenador de Vigilância Socioassistencial
Matheus Lopes

Equipe responsável pelo caderno

Matheus Lopes

Matheus de Freitas

Junier Goulart

Sumário

Introdução 4

Parte I - Fundamentos e macroatividades da Vigilância Socioassistencial 5

1.1 O foco deste material: a Vigilância Socioassistencial em funcionamento 5
1.2 Marco normativo da Vigilância Socioassistencial 6
1.3 Risco, vulnerabilidade e território: os conceitos que orientam a leitura 7
1.4 A Vigilância Socioassistencial e suas macroatividades na gestão do SUAS 10
1.5 Organização, estruturação e padronização de informações 12
1.6 Gerenciamento e consulta de sistemas informatizados 14
1.7 Elaboração de diagnósticos e estudos 14
1.8 Monitoramento e avaliação 17
1.9 Planejamento e organização de ações de busca ativa 19
1.10 Notificações de violências e violações de direitos 19
1.11 Estruturação e financiamento da Vigilância Socioassistencial 20
1.12 Integração da Vigilância Socioassistencial com outros setores 22

Parte II - Método: o ciclo de 30 a 60 dias 33

2.1 As cinco etapas do planejamento integrado 33
2.2 Cronograma-matriz do diagnóstico 34
2.3 Definição de escopo e perguntas orientadoras 35
2.4 Triagem operacional: os três sinais de alerta do SUAS 35
2.5 Matriz de responsabilidades (modelo) 36

Parte III - Dados: fontes, dicionários e tratamento 38

3.1 Como organizar e apresentar os dados: os cinco blocos do diagnóstico 38
3.2 Panorama das fontes de dados 39
3.3 CadÚnico / CECAD: o perfil socioeconômico 40
3.4 RMA: o que o serviço efetivamente produz 41
3.5 CadSUAS, Censo SUAS e NOB-RH: a capacidade instalada 43
3.6 IBGE: os denominadores 47
3.7 Matriz de cruzamento: da pergunta ao indicador 47
3.8 Quadro de indicadores do diagnóstico 48
3.9 Roteiro prático de trabalho com dados em planilha 48

Parte IV - Território: espacialização e acessibilidade 50

4.1 O território como ponto de partida 50
4.2 Mapa da Rede Socioassistencial e Intersetorial 52
4.3 Nível 1 (básico) - Planilha e dados demográficos do IBGE 54
4.4 Nível 2 (intermediário) - Google My Maps 55
4.5 Nível 3 (avançado) - Setores censitários e QGIS 55
4.6 Acessibilidade: o tempo, o custo e a janela de permanência 56
4.7 Matriz de Priorização Territorial (MPT) 57

Parte V - Estudo de caso: Jardim Fluminense e o Sertão Fluminense 59

5.1 O município, a rede e a capacidade de referenciamento 59
5.2 O território focado: a barreira de acesso 60
5.3 A execução do ciclo diagnóstico 61
5.4 Apresentação dos dados: os cinco blocos aplicados ao caso 61
5.5 A priorização territorial e a leitura dos achados 66
5.6 O diagnóstico como instrumento dinâmico: desconstruindo a premissa da ausência de demanda 66
5.7 A decisão de gestão: a equipe volante 67
5.8 Plano de ação e monitoramento 68
5.9 Sustentabilidade e custo evitado 69
5.10 Minuta de Resolução para o CMAS 69

Parte VI - Anexos instrumentais 71

Anexo A - Dicionário de variáveis essenciais do CadÚnico (CECAD 2.0) 71
Anexo B - Quadro de variáveis do RMA 74
Anexo C - Quadro de variáveis do CadSUAS / Censo SUAS 76
Anexo D - Checklist de qualidade do diagnóstico 78
Anexo E - Modelos de instrumentos de gestão 79
Anexo F - Roteiro de escuta e validação comunitária 80
Anexo G - Principais sistemas de informação do SUAS 81
Glossário 83
Referências normativas e fontes de dados 85

Introdução

Este caderno tem como objetivo apoiar técnicos e gestores estaduais e municipais no desafio de implantar e organizar a Vigilância Socioassistencial. A ideia é oferecer a base conceitual e normativa da área e um caminho para o trabalho de todo dia: ler os sistemas, tratar os dados, produzir informação e usá-la para decidir. O diagnóstico socioterritorial aparece aqui como eixo condutor, porque é por meio dele que a Vigilância qualifica o planejamento, a oferta e a busca ativa.

Boa parte das atividades descritas neste caderno já é realizada, de algum modo, em muitos estados e municípios. O que costuma faltar não é informação, e sim organização: os dados existem, mas em sistemas que não conversam; os registros são feitos, mas não retornam às equipes; os relatórios são produzidos, mas não chegam a quem decide. Quando a Vigilância se estrutura, essas peças passam a compor uma leitura só, e a gestão deixa de agir por impressão.

O material foi escrito para quem trabalha na Vigilância Socioassistencial, na gestão do SUAS e nas coordenações de CRAS e CREAS, e também para conselheiros e para o controle social que precisam acompanhar o que a área produz.

O material pode ser lido de três maneiras, conforme a necessidade do momento:

- **Para executar.** Seguir a ordem das partes, fundamentos, método, dados, território e aplicação, que é o caminho de um ciclo diagnóstico completo.
- **Para consultar.** Ir direto ao item que resolve a dúvida do dia, um dicionário de variáveis, um parâmetro legal, um modelo de instrumento, o quadro de indicadores. O Sumário e os anexos existem para isso.
- **Para formar.** Usar o estudo de caso da Parte V como exercício, ler a situação, tentar o encaminhamento e comparar com a decisão apresentada. O caso é inteiramente fictício e serve exatamente para isso.

Três princípios orientam o que vem a seguir. O primeiro é que a Vigilância existe para **transformar informação em decisão**: o dado não é um fim em si; ele orienta o planejamento, a oferta e a busca ativa e, quando envolve famílias, circula como número somado, porque a listagem com nome serve à busca ativa e ao sigilo. O segundo é que **monitorar não é fiscalizar**: o acompanhamento da área orienta e qualifica o serviço, não pune quem está na ponta. O terceiro é que a Vigilância é **processo contínuo, não tarefa isolada**. Por isso, o caderno foi feito para ser consultado ao longo do trabalho, e não lido de uma vez: cada parte atende a um momento da rotina, e os anexos ficam para quando a dúvida é específica.

Parte I - Fundamentos e macroatividades da Vigilância Socioassistencial

1.1 O foco deste material: a Vigilância Socioassistencial em funcionamento

Este caderno trata da **Vigilância Socioassistencial como trabalho técnico**: o que a área produz, quais informações organiza, como lê o território e como transforma esse conjunto em decisão de gestão. O diagnóstico socioterritorial é o fio que atravessa o material, mas não é o único assunto. A Vigilância também padroniza registros, acompanha sistemas, monitora a oferta, orienta a busca ativa e organiza as notificações de violação de direitos.

Essa amplitude explica a ordem dos capítulos. Começamos pelo **marco normativo** e pelo **vocabulário** da leitura territorial. Em seguida, percorremos as **macroatividades** da área: organização das informações, sistemas, diagnósticos, monitoramento, busca ativa e notificações; a **estruturação e o financiamento**; e a **integração com outros setores**. Depois vêm o **método**, os **dados**, o **território** e um **estudo de caso completo**, com os instrumentos de consulta reunidos nos anexos.

○ INTRODUÇÃO E ITENS 1.1 A 1.3 · **Recorte, vocabulário e base normativa** Definir o foco do trabalho, fixar os conceitos de risco, vulnerabilidade, território e demanda potencial e consultar os marcos legais que embasam os procedimentos	○ ITENS 1.4 A 1.12 · **Macroatividades, estruturação e integração** Situar o diagnóstico na rotina da Vigilância — registros, sistemas, elaboração de estudos, monitoramento, busca ativa e notificações —, tratar do financiamento da área e da articulação com os outros setores
○ PARTE II · **Método de execução** Definir escopo, cronograma, responsáveis, sinais de alerta e produtos	○ PARTE III · **Dados** Extrair, tratar, cruzar e apresentar os dados nos cinco blocos do diagnóstico
○ PARTE IV · **Território** Ler o território como ponto de partida, mapear a rede, espacializar as vulnerabilidades, medir o acesso e priorizar territórios	○ PARTE V · **Aplicação** Percorrer um caso completo, do diagnóstico à decisão de gestão
○ PARTE VI · **Instrumentos de apoio** Dicionários, checklist, modelos, roteiro de escuta, sistemas e glossário	

Quadro: O percurso que este material percorre

O QUE ESTE MATERIAL É E O QUE NÃO É

Este caderno **não** substitui os manuais e as orientações técnicas da política: ele trata do **trabalho da Vigilância Socioassistencial** no dia a dia, da organização dos registros à leitura do território, do monitoramento à decisão de gestão. O diagnóstico socioterritorial ocupa boa parte do texto por ser o

eixo prático do material, mas as demais macroatividades também estão aqui — inclusive as que costumam ficar de fora dos relatórios, como a padronização das informações, a busca ativa e as notificações.

1.2 Marco normativo da Vigilância Socioassistencial

A Vigilância Socioassistencial não é uma escolha metodológica da gestão: é uma **função da política, prevista em lei**. A LOAS a inclui entre os objetivos da Assistência Social, e as normas que regulamentam o SUAS detalham o que ela abrange, a que responde e com que meios opera. Os principais dispositivos que a instituem estão reunidos no quadro a seguir.

Constituição Federal de 1988

Dispositivo / conteúdo: Arts. 203 e 204 - assistência social como política de direito, descentralizada e participativa

Relevância para a Vigilância Socioassistencial: Fundamenta o SUAS e a gestão territorializada

LOAS Lei nº 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011

Dispositivo / conteúdo: Art. 2º, II - a vigilância socioassistencial como objetivo da política; art. 6º-A, parágrafo único - vigilância como instrumento de identificação e prevenção de riscos no território

Relevância para a Vigilância Socioassistencial: Confere status legal à análise territorial da capacidade protetiva das famílias

PNAS/2004 Resolução CNAS nº 145/2004

Dispositivo / conteúdo: Matriz teórico-metodológica da política; três funções: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos

Relevância para a Vigilância Socioassistencial: Define os eixos e o sentido estratégico da vigilância

NOB/SUAS 2005

Dispositivo / conteúdo: Normatiza a gestão descentralizada, participativa e territorializada do SUAS

Relevância para a Vigilância Socioassistencial: Antecedente da NOB/SUAS 2012 na organização territorial da gestão

NOB/SUAS 2012 Resolução CNAS nº 33/2012

Dispositivo / conteúdo: Art. 12, XXVI a XXIX - responsabilidades comuns sobre sistemas de informação, indicadores e produção de conhecimento; arts. 87 a 108 - a vigilância socioassistencial como função da gestão do SUAS e sua operacionalização

Relevância para a Vigilância Socioassistencial: Norma que institui a vigilância como função da gestão e define suas áreas de atuação, seus produtos e suas responsabilidades

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução CNAS nº 109/2009

Dispositivo / conteúdo: Define serviços, seguranças e padrões de qualidade

Relevância para a Vigilância Socioassistencial: Referência para a vigilância dos padrões de serviço

RMA **Resolução CIT nº 4/2011, alterada pela Resolução CIT nº 2/2017**

Dispositivo / conteúdo: Parâmetros nacionais para o registro mensal de atendimentos de CRAS e CREAS

Relevância para a Vigilância Socioassistencial: Base da vigilância da oferta e da produção dos serviços

Decreto nº 7.334/2010

Dispositivo / conteúdo: Institui o Censo SUAS

Relevância para a Vigilância Socioassistencial: Base legal da coleta anual de dados de capacidade instalada

CadÚnico **Decreto nº 6.135/2007, atualizado pelo Decreto nº 11.016/2022**

Dispositivo / conteúdo: Define o Cadastro Único para Programas Sociais, faixas de renda e regras de gestão

Relevância para a Vigilância Socioassistencial: Fonte primária de informação sobre vulnerabilidade das famílias

NOB-RH/SUAS **Resolução CNAS nº 269/2006 e Resolução CIT nº 6/2011**

Dispositivo / conteúdo: Define as equipes de referência e as equipes volantes para territórios de difícil acesso

Relevância para a Vigilância Socioassistencial: Parâmetro legal da composição das equipes e da capacidade instalada (item 3.5)

Quadro: Principais marcos normativos da Vigilância Socioassistencial

TERRITÓRIO E PREVENÇÃO NA LOAS

A lei define a vigilância socioassistencial como a função que "visa a **analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias** e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos" (art. 2º, II). A palavra-chave é **territorialmente**: a análise por média municipal, isoladamente, não atende ao que a lei determina.

1.3 Risco, vulnerabilidade e território: os conceitos que orientam a leitura

A concepção de Vigilância Socioassistencial instituída pela PNAS ancora-se em um conjunto integrado de conceitos e categorias que buscam instituir uma abordagem específica para a produção de conhecimentos aplicados ao planejamento e ao desenvolvimento da política. Conforme os artigos 1º e 6º da LOAS, a vigilância evoca a apropriação e a utilização de **três conceitos-chave — risco, vulnerabilidade e território** — que, inter-relacionados, propiciam um modelo para a análise das relações entre as **necessidades de proteção social**, de um lado, e as **respostas da política** em termos de oferta de serviços e benefícios, de outro.

Como esses três conceitos organizam todo o raciocínio do diagnóstico, vale retomá-los com precisão — não para repetir a fundamentação, mas para **fixar o vocabulário** que será usado nas Partes III a V.

Risco

O conceito de risco é utilizado em diversas áreas do conhecimento e tem aplicação distinta em cada política pública. Via de regra, sua operacionalização visa identificar a **probabilidade ou a iminência de um evento acontecer** e, consequentemente, está articulado com a capacidade de

antecipar-se para preveni-lo ou de organizar-se para minorar seus efeitos, quando não é possível evitar sua ocorrência. Sua aplicação está, portanto, necessariamente associada à **pré-definição de um conjunto de eventos**, tendo em vista a peculiaridade de cada área.

Para a Assistência Social, isso exige definir quais eventos lhe compete diretamente prevenir ou enfrentar. Com base na PNAS, constituem **situações de risco** a incidência — ou a probabilidade de ocorrência — dos seguintes eventos:

- **Violência intrafamiliar; negligência; maus tratos; violência, abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação** por gênero, etnia ou qualquer outra condição ou identidade.
- **Fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários**, tais como: vivência em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; atos infracionais de adolescentes com consequente aplicação de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de pessoas idosas, crianças ou pessoas com deficiência em instituições de acolhimento; e qualquer outra privação do convívio comunitário vivenciada por pessoas dependentes, ainda que residindo com a própria família.

Vulnerabilidade

Segundo a PNAS (2004), a **vulnerabilidade** se constitui em situações — ou ainda em identidades — que podem levar à **exclusão social** dos sujeitos. Essas situações se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e nos processos discriminatórios e segregacionais engendrados nas construções sociohistóricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação a outros.

A Assistência Social deve compreender o **aspecto multidimensional** do conceito, sem restringi-lo à percepção de pobreza como posse de recursos financeiros — embora a insuficiência de renda seja um importante fator de vulnerabilidade. A vulnerabilidade deve ser entendida como uma **conjugação de fatores**, envolvendo, via de regra: **características do território**, **fragilidades ou carências das famílias, grupos ou indivíduos** e **deficiências da oferta e do acesso a políticas públicas**.

> **NEM TODA VULNERABILIDADE É DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**
> O enfrentamento das vulnerabilidades sociais, em sentido amplo, só é possível pela ação conjugada de diferentes políticas: para diferentes fatores de vulnerabilidade, são necessárias ações de diferentes políticas. Por isso é preciso **distinguir** os fatores que caracterizam o contexto mais amplo de vulnerabilidades daqueles que dialogam diretamente com a ação específica da Assistência Social.
> **Exemplo:** a ausência de saneamento básico é um forte fator de vulnerabilidade e caracteriza o território — mas o seu enfrentamento depende das áreas de habitação e infraestrutura. São os fatores cujo enfrentamento requer as ações de responsabilidade própria dos serviços, programas e projetos do SUAS que constituem a matéria-prima do diagnóstico socioterritorial.

Território

A apropriação do conceito de **território**, tal como desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos, permite compreender a forma como as relações sociais se materializam em um dado espaço. O território é muito mais do que a paisagem física ou o perímetro que delimita uma comunidade, um bairro ou uma cidade: é o **espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes**, pela forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, pelas **ofertas e ausências de políticas públicas**, pelas relações políticas e econômicas que o perpassam, pelos conflitos e pelos laços de solidariedade nele existentes.

A consequência para o nosso trabalho é direta: em grande medida, as **potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território** no qual ela está inserida. Por isso, o território em si também deve ser encarado como **objeto de intervenção** da política de Assistência Social, para além das ações desenvolvidas com famílias e indivíduos. Atuar sobre o território significa atuar no **plano coletivo** — o que passa, de um lado, pelo compromisso do poder público com a estruturação de uma oferta de serviços compatível com as necessidades do território e, de outro, pelo estabelecimento de **vínculos reais entre as equipes de referência e os territórios**.

Demanda potencial: onde os três conceitos se encontram

Os riscos e vulnerabilidades vivenciados por uma população geram **necessidades de proteção**. As necessidades de proteção cuja provisão é de competência da Assistência Social constituem a **demanda potencial** por serviços e benefícios no âmbito do SUAS. A demanda potencial **não se limita à procura cotidiana pelos serviços** — ela deve ser entendida como o **volume agregado das necessidades**, incluindo aquelas que não chegam ao balcão da unidade.

Estimar com razoável precisão essa demanda ainda é um grande desafio, por razões conhecidas: a Assistência Social como política pública de direitos é recente; a Tipificação Nacional é de 2009; os dados populacionais disponíveis, embora numerosos, não captam bem aspectos relacionais e de sociabilidade; e faltam séries históricas que permitam instituir parâmetros de procura e de demanda reprimida. Ainda assim, **é preciso construir parâmetros**, porque na ausência deles não há como aferir a adequação do nível de oferta. O caminho é definir, identificar e mensurar **fatores de vulnerabilidade específicos** cujas necessidades derivadas dialoguem com a provisão de um serviço ou benefício determinado — pois as estimativas de demanda devem sempre estar **referidas a uma oferta específica**, e não a uma demanda genérica.

Risco **Definição essencial:** Probabilidade ou iminência de um evento específico que deve ser prevenido ou enfrentado. **Como entra no diagnóstico socioterritorial:** Define **o que** se procura medir: violência, negligência, trabalho infantil, rompimento de vínculos. Orienta as variáveis de risco a serem extraídas.	**Vulnerabilidade** **Definição essencial:** Conjugação multidimensional de fatores: território, fragilidades das famílias e deficiências da oferta e do acesso. **Como entra no diagnóstico socioterritorial:** Define **quem** e **onde**: é a base do recorte de pobreza, composição familiar, deficiência, escolaridade e trabalho, sempre desagregado por território.
Território **Definição essencial:** Espaço das relações sociais, das ofertas e ausências de políticas, dos conflitos e das solidariedades. **Como entra no diagnóstico socioterritorial:** Define a **unidade de análise**: localidade, setor censitário, área de abrangência da unidade. Impede o diagnóstico por média municipal.	**Demanda potencial** **Definição essencial:** Volume agregado das necessidades de proteção de competência da Assistência Social, e não apenas a procura espontânea. **Como entra no diagnóstico socioterritorial:** Define a **referência de comparação** com a oferta: é o denominador das taxas de cobertura (ver Bloco 5, item 3.1).

Quadro: Os conceitos-chave e o uso de cada um no diagnóstico

OS DOIS EIXOS DA VIGILÂNCIA E ONDE ENTRA A QUALIDADE DOS DADOS

A PNAS e a NOB/SUAS 2012 organizam a Vigilância Socioassistencial em **dois eixos articulados**: a **vigilância de riscos e vulnerabilidades** (demandas e necessidades de proteção) e a **vigilância dos padrões dos serviços** (características e distribuição da rede de proteção instalada). A análise da **adequação entre necessidades e oferta** — sempre referida a territórios — constitui o objeto central e de permanente reflexão da área.

A **qualidade dos registros e dos dados** não é um terceiro eixo, mas uma **condição transversal** aos dois: sem registro confiável não há medida de demanda nem de oferta. Por isso ela é tratada adiante como macroatividade própria (itens 1.5 a 1.7).

1.4 A Vigilância Socioassistencial e suas macroatividades na gestão do SUAS

Embora, do ponto de vista organizacional, a NOB/SUAS 2012 determine a instauração da Vigilância Socioassistencial como uma área que compõe a gestão do SUAS, é necessário compreender sua estreita relação com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial e com as unidades diretamente responsáveis pela oferta dos serviços socioassistenciais à população.

Essa relação se estabelece como um **circuito de informação**. As unidades de proteção básica ou especial nas quais são ofertados os serviços e benefícios socioassistenciais são **provedoras de informações** para a Vigilância sempre que registram e armazenam adequadamente dados relativos ao território e ao perfil dos usuários, além de informações referentes ao tipo e volume de atendimentos que realizam — contribuindo, assim, para o mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade e de eventos de violação de direitos em determinado território. O ponto de partida para a Vigilância Socioassistencial é, em larga medida, o próprio conhecimento produzido e acumulado pelas equipes técnicas da Assistência Social.

Por outro lado, os serviços devem ser **consumidores** das informações processadas ou produzidas pela Vigilância Social. Esta deve, para cumprir seus objetivos, fornecer aos serviços informações estruturadas que contribuam para que estes avaliem sua própria atuação, ampliem seu conhecimento sobre as características da população e do território — para melhor atender às necessidades e demandas existentes — e, ainda, planejem e executem ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, **superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea**.

A informação registrada precisa ter sentido e utilidade para quem registra. Nesse sentido, é pertinente afirmar que a efetiva materialização da Vigilância Socioassistencial ocorre quando a gestão, o planejamento e a execução dos serviços passam a ser orientados por uma perspectiva de produção e utilização de informações objetivas acerca da realidade social, o que permite qualificar tecnicamente a tomada de decisões — sem, contudo, negar a importância do conteúdo político e social das escolhas realizadas pelos gestores e profissionais. Por isso a **gestão e o planejamento** ocupam um polo próprio do circuito: é neles que a informação vira decisão sobre a oferta, e é deles que ela volta às unidades.

PROVEDORAS	PROCESSADORA	DECISORA	CONSUMIDORAS
1. Unidades da rede	**2. Vigilância Socioassistencial**	**3. Gestão e planejamento**	**4. Unidades da rede**
Registram e armazenam dados do território, do perfil dos usuários e do volume de atendimentos; é o ponto de partida do circuito. →	Organiza e analisa os registros e devolve diagnóstico, indicadores e orientações de busca ativa. →	Decide **o que fazer com o diagnóstico**: onde alocar equipe e recurso, o que ampliar e que orientação devolver às unidades. →	Recebem a informação estruturada para planejar a oferta, revisar a atuação e executar a busca ativa.

RETORNO

A informação retorna às unidades como diagnóstico e orientação - fechando o circuito.

Quadro: Como a informação circula entre as unidades e a Vigilância

Assim, a Vigilância Socioassistencial contribui para a qualificação dos serviços por meio de um conjunto de **macroatividades**. O diagnóstico socioterritorial não é uma atividade isolada: ele é uma dessas macroatividades e se alimenta das demais.

Organização, estruturação e padronização de informações

Em que consiste: Identificar as fontes de dados existentes, padronizar registros e definir fluxos de informação.

Relação com o diagnóstico socioterritorial: Fornece a **matéria-prima** do diagnóstico e define o que será analisado sistematicamente.

Gerenciamento e consulta de sistemas informatizados

Em que consiste: Explorar, alimentar, validar e coordenar os sistemas (CadSUAS, Censo SUAS, RMA, CadÚnico/CECAD).

Relação com o diagnóstico socioterritorial: Garante que as **bases usadas no diagnóstico** tenham qualidade e consistência.

Elaboração de diagnósticos e estudos

Em que consiste: Produzir a leitura interpretativa do território e transformá-la em relatório técnico.

Relação com o diagnóstico socioterritorial: É o **próprio diagnóstico**: análise das necessidades, das potencialidades e da rede.

Mapa da rede socioassistencial e intersetorial

Em que consiste: Georreferenciar as unidades da rede do SUAS e os pontos de apoio de outras políticas.

Relação com o diagnóstico socioterritorial: Revela **onde a oferta está** e como ela se relaciona com os adensamentos de vulnerabilidade. É tratada no item 4.2.

Monitoramento e avaliação

Em que consiste: Acompanhar continuamente a qualidade, o tipo e o volume da oferta, e avaliar resultados.

Relação com o diagnóstico socioterritorial: Transforma o diagnóstico em **processo contínuo**: o que era dado de diagnóstico passa a ser dado de acompanhamento.

Planejamento e organização de ações de busca ativa

Em que consiste: Localizar as famílias mais vulneráveis, orientar a inclusão no CadÚnico, o acesso a benefícios e a serviços e monitorar o retorno.

Relação com o diagnóstico socioterritorial: Converte o diagnóstico em **ação**: transforma a lista territorializada em visita e em inclusão no serviço. É tratada no item 1.9.

Notificações de violências e violações de direitos

Em que consiste: Organizar, normatizar e gerir o registro e a notificação de violências e violações de direitos.

Relação com o diagnóstico socioterritorial: Dá série histórica à violação no território e revela a **subnotificação** como demanda reprimida. É tratada no item 1.10.

Quadro: Macroatividades da Vigilância Socioassistencial e relação com o diagnóstico

O PRINCÍPIO QUE ATRAVESSA TODAS AS MACROATIVIDADES

A Vigilância não é um setor que apenas produz planilhas: ela é a função que faz a informação **circular** e produzir decisão. Se a informação não retorna às unidades em forma de diagnóstico, de indicador ou de orientação de busca ativa, o circuito se interrompe e a macroatividade perde sentido.

1.5 Organização, estruturação e padronização de informações

A sociedade produz um volume enorme de dados que podem ser úteis para a gestão estratégica do SUAS. No entanto, grande parte dessa informação encontra-se **fragmentada, desestruturada e desorganizada**. Geralmente há um número excessivo de instrumentos de registro, com dados repetidos e com registros da Assistência Social preponderantemente compostos por perguntas sobre outras áreas de conhecimento.

1 · Identificar as fontes existentes

Um primeiro passo na implantação da Vigilância Socioassistencial é identificar as fontes de dados e informações já existentes nos territórios em que atua. As fontes podem ser as mais diversas: desde aplicativos disponibilizados nacionalmente — como CadÚnico, CECAD e Censo SUAS — até as informações coletadas pelos próprios profissionais dos serviços em sua convivência com o território.

2 · Ler e definir o conjunto a analisar

Após a identificação das fontes disponíveis, é necessário que a equipe de trabalhadores do SUAS faça uma **leitura minuciosa** das informações e consiga definir um rol de informações que deve ser analisado sistematicamente. Sob este prisma, é recomendável que os profissionais da Vigilância invistam tempo em explorar os aplicativos — o Censo SUAS, o Registro Mensal de Atendimentos (RMA) e aplicativos estaduais e municipais.

3 · Sistematizar e criar fluxos

É função da Vigilância **sistematizar** as informações em seu âmbito de atuação para facilitar o processo de planejamento e execução de serviços e, nos casos necessários, **propor novas formas e questões para a coleta de informações**. Por exemplo: propor metodologias de construção coletiva do conhecimento nos CRAS e CREAS, auxiliar os técnicos a conhecerem seus territórios de abrangência, propor formulários de coleta de dados, fomentar sistemas informatizados. Para isso, é necessário que a Vigilância se preocupe com a **padronização e com os fluxos** nos registros da informação.

Nem todas as informações necessárias para o planejamento da Assistência Social são de gestão da própria Assistência. Informações de Saúde, Habitação e Educação podem ser relevantes para cumprir as responsabilidades da Vigilância; nesses casos, é imprescindível a **articulação com outros setores** para cruzar os dados necessários. Em casos mais específicos, será necessário o diálogo sobre determinados conceitos e variáveis, para que se possa utilizar a informação de modo articulado entre setores, e a discussão sobre a **interoperabilidade de sistemas**. Em municípios de regiões metropolitanas, por exemplo, poderá ser necessária a interlocução entre as Vigilâncias dos diversos municípios para a indução de um planejamento conjunto.

Em locais onde a **cultura do registro** ainda não está estabelecida, a Vigilância Socioassistencial terá que enfrentar o desafio de fomentá-la e de zelar pela informação, por meio da capacitação e do apoio técnico.

O registro e a organização das informações constituem um **direito dos usuários** dos serviços da Assistência Social. Por isso, a Vigilância deve cuidar do adequado armazenamento da informação, principalmente no que se refere ao **sigilo** das informações.

Ferramentas de inteligência artificial podem apoiar a redação e a análise macro, poupando tempo em tarefas repetitivas. Elas não substituem, porém, a leitura crítica do analista social, que conhece o território e interpreta os números no contexto.

A IA APOIA, MAS NÃO DECIDE, E NÃO RECEBE DADO PESSOAL

Duas regras são inegociáveis. A primeira: a interpretação final é sempre humana, porque a IA não conhece as particularidades do território. A segunda: **nunca inserir dados pessoais ou sensíveis** — nomes, CPF, endereços, NIS — em plataformas abertas de inteligência artificial. O sigilo das famílias vale integralmente para as ferramentas de apoio.

POR ONDE COMEÇAR EM UM MUNICÍPIO QUE ESTÁ ESTRUTURANDO A ÁREA

Antes de elaborar qualquer diagnóstico, faça um **inventário de fontes**: liste, com nome do responsável e periodicidade, cada base disponível (CadÚnico/CECAD, RMA, CadSUAS, Censo SUAS, sistemas estaduais, registros próprios). Esse inventário evita a coleta redundante e revela lacunas de informação que o diagnóstico precisará cobrir com dados primários.

1.6 Gerenciamento e consulta de sistemas informatizados

Como dito na seção anterior, os técnicos da Vigilância Socioassistencial devem explorar os aplicativos e sistemas que lhes permitem acessar informações que auxiliem a política. Cada aplicativo tem uma forma de manuseio diferenciada. Quando técnicos de setores distintos usam o mesmo sistema, há um **custo de tempo e esforço** para que cada um deles aprenda o manuseio, o que aumenta a probabilidade de erro. Assim, **centralizar tais atividades na Vigilância** traduz-se em uma forma mais eficaz de lidar com as informações.

No entanto, a atividade da Vigilância vai além da leitura dos dados: ela é **corresponsável pelas informações prestadas e pelo próprio sistema**. Isso significa, por exemplo, que a Vigilância deve **coordenar o processo de preenchimento** do CadSUAS, do Censo SUAS e do RMA, analisando e validando as informações prestadas por outras áreas. Quando o município ou o estado propõe um sistema próprio, a Vigilância deve ter papel central em sua elaboração e qualificação, bem como na posterior gestão e monitoramento; quando a matéria não está em seu âmbito de atuação, deve ser ativa em informar os problemas identificados.

Logo, espera-se da Vigilância um **olhar qualificado sobre os números e dados**, que lhe permita efetivar a gestão da informação — e não apenas repassá-la.

> **A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA NOB**
> A NOB/SUAS 2012 trata a **gestão da informação** como componente estratégico da política (art. 95) e fixa diretrizes para os sistemas do SUAS: compartilhamento entre os entes e os atores do sistema; a informação como **cultura** a disseminar, e não apenas aplicativos; disponibilização compreensível à população; transparência e acessibilidade; flexibilidade para as diversidades regionais; e **interconectividade** entre os sistemas (art. 96). A Rede SUAS operacionaliza essa gestão (art. 97), e cada ente tem responsabilidades próprias de coleta, armazenamento, análise e divulgação (art. 98).

O diagnóstico herda a qualidade das bases. Um indicador calculado sobre uma base inconsistente é mais perigoso do que a ausência do indicador, porque **produz uma decisão errada com aparência de evidência**. Antes de analisar, confira:

☐ 1 Há **unidades duplicadas** no CadSUAS?	☐ 2 O RMA foi enviado no prazo e com todos os blocos preenchidos?
☐ 3 Há CRAS sem declaração de área de abrangência?	☐ 4 Os cadastros do CadÚnico estão atualizados?

Quadro: Erros de registro que contaminam o diagnóstico - conferência rápida - 4 itens

Os principais sistemas que a Vigilância precisa conhecer, com seus acessos, prazos e usos no diagnóstico, estão resumidos no **Anexo G**.

1.7 Elaboração de diagnósticos e estudos

Uma das principais funções da Vigilância Socioassistencial é a produção de diagnósticos socioassistenciais. O diagnóstico é uma **análise interpretativa** que possibilita a leitura de uma determinada realidade social. A partir dessa leitura, o município conhece melhor as necessidades e demandas dos cidadãos. O diagnóstico socioterritorial possibilita aos responsáveis e operadores da política apreenderem as particularidades do território em que estão inseridos e detectarem as características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, à sua autonomia, à socialização e ao convívio familiar.

O diagnóstico deve levantar, **além das carências, também as potencialidades do lugar**, o que possibilita ações estratégicas para fomentá-las. Por outro lado, deve levantar a **rede de proteção social no território** — seja a rede referenciada da Assistência Social, seja a rede das demais políticas públicas —, verificando quantas famílias já estão sendo atendidas e, logicamente, a quantidade de famílias que demandam os serviços, mas ainda não estão sendo adequadamente atendidas.

Carências e vulnerabilidades **Perguntas que orientam o levantamento:** Quais situações de precarização vulnerabilizam as famílias e trazem riscos e danos à sua autonomia, socialização e convívio familiar?	**Potencialidades e ativos locais** **Perguntas que orientam o levantamento:** Que recursos, saberes, associações, coletivos e redes de solidariedade existem no território e podem ser fomentados?
Rede de proteção social **Perguntas que orientam o levantamento:** Quais serviços da rede referenciada da Assistência Social e das demais políticas existem no território e onde estão localizados?	**Distância entre demanda e atendimento** **Perguntas que orientam o levantamento:** Quantas famílias já são atendidas e quantas demandam os serviços sem atendimento adequado?
Problemas prioritários e causalidades **Perguntas que orientam o levantamento:** Quais são os problemas prioritários, quais suas causas e onde se concentram no território?	

Quadro: O que um diagnóstico socioterritorial deve levantar

Os municípios possuem estruturas, realidades, dimensões territoriais e populacionais bem distintas; por isso, os diagnósticos devem ser **personalizados**, dialogando com as particularidades locais, a fim de que a comunidade demande serviços segundo suas próprias características.

É papel da Vigilância **contribuir com as áreas de proteção social básica e de proteção social especial** na elaboração de planos e diagnósticos, tais como diagnósticos dos territórios de abrangência dos CRAS e diagnósticos e planos para enfrentamento do trabalho infantil, entre outros. Assim, o diagnóstico se concretiza por meio de um ou mais **relatórios técnicos**, que trazem subsídios para a tomada de decisão política.

Sob este aspecto, o diagnóstico socioterritorial se relaciona com os planos de Assistência Social: o plano deve conter a caracterização da realidade social dos municípios e, portanto, deve conter um diagnóstico; no entanto, o **diagnóstico socioterritorial não se limita à realização do plano**.

O DIAGNÓSTICO NA NOB: ONDE VIVE E O QUE REQUER

O Plano de Assistência Social tem, entre seus componentes, o **diagnóstico socioterritorial** (art. 18, §2º, I), realizado **a cada quadriênio**, acompanhando o PPA, e que compõe a elaboração dos Planos em cada esfera de governo (arts. 19 e 20). Sua base é a **leitura dos territórios e microterritórios**, reconhecendo demandas e potencialidades (art. 20, parágrafo único). A NOB também diz o que ele **requer** (art. 21): processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade (I); identificação da **rede socioassistencial** e das **demais políticas** (II); reconhecimento da oferta e da demanda e **definição de territórios prioritários** (III); e uso de **dados territorializados dos sistemas oficiais** (IV).

Vale separar dois tempos que costumam se confundir: o **ciclo de trabalho** da Parte II — 30 a 60 dias — é a duração de uma rodada de produção; a **periodicidade do produto** é o quadriênio do Plano. Entre um diagnóstico e outro, os dados continuam sendo atualizados e monitorados (itens 1.8 e 1.12). O art. 21, III — definição de **territórios prioritários** — é a base legal da **Matriz de Priorização Territorial** do item 4.7.

As informações sistematizadas nesses relatórios podem ser de cunho **secundário** — informações já existentes em bases de dados ou registros administrativos — ou **primário** — informações que o próprio setor produza. No levantamento de dados primários, o conhecimento das equipes técnicas sobre o território, suas características e dificuldades é decisivo. Apenas estando nas unidades, circulando em seu território e conversando com lideranças comunitárias é possível verificar os limites de territórios de gangues e facções, quais os trechos mais distantes, as dificuldades de travessia para as famílias, entre outras características próprias do território de abrangência das unidades. Além disso, processos de **construção coletiva**, com a participação das equipes técnicas das unidades e de usuários, podem ajudar na elaboração do diagnóstico e em sua melhor interlocução com as necessidades da política.

> *"A análise da realidade deve ser tratada não apenas pelos dados numéricos, mas também pelo que pensam e propõem os sujeitos fundamentais que vivem neste território. […] não se deve restringir a coleta de informações apenas a estudos estatísticos. O depoimento de usuários e da população pode revelar outras faces dos problemas e atendimentos oferecidos." (BRASIL/MDS, 2008, vol. 3, p. 34, citado na NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada)*

INFORMAÇÃO SECUNDÁRIA		INFORMAÇÃO PRIMÁRIA
Já existe em bases de dados e registros administrativos (Censo SUAS, RMA, CadÚnico, relatórios).	→	**É produzida pelo próprio setor, com as equipes no território e na escuta da comunidade.**
Descreve o que já foi registrado, com o recorte e a qualidade de quem registrou.	→	**Capta o que não está nos sistemas: limites de território, dificuldades de travessia, saberes e lideranças locais.**
Base do diagnóstico quantitativo e dos indicadores.	→	**Qualifica e valida os dados e revela o que os números, sozinhos, não mostram.**

Quadro: Informação secundária e informação primária no diagnóstico

É responsabilidade da Vigilância Socioassistencial **elaborar e atualizar periodicamente** o diagnóstico socioterritorial (do município, do estado ou do país), que deve conter informações especializadas dos riscos e vulnerabilidades e da consequente demanda de serviços de proteção social básica e de proteção social especial, bem como informações igualmente especializadas referentes ao tipo e volume de serviços efetivamente disponíveis e ofertados à população. O diagnóstico deve ser um **instrumento dinâmico e participado**, que permita compreender a realidade social e inclua a identificação das necessidades, a detecção dos problemas prioritários e de suas causalidades e o levantamento dos recursos e potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento.

Os municípios devem incorporar a utilização da base de dados do **Cadastro Único** como ferramenta para a construção de **mapas de vulnerabilidade social** dos territórios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e para estimar a demanda potencial dos serviços de Proteção Social Básica.

Em muitas situações, é comum encontrar diagnósticos que focam apenas em questões socioeconômicas mais amplas, como Educação e Saúde — questões que são importantes, mas **não dialogam diretamente com o planejamento específico da Assistência Social**. Por isso, os diagnósticos socioterritoriais no âmbito da Assistência devem se preocupar em levantar informações úteis para a própria Assistência, como situações de trabalho infantil, pessoas idosas dependentes, situações de violação de direitos, entre outros.

> **O DIAGNÓSTICO GENÉRICO NÃO GERA DECISÃO**
> Um relatório que descreve a economia, a escolaridade e a saúde do município, mas não diz **onde estão as famílias que precisam de proteção social e quanto da oferta chega até elas**, não serve ao planejamento do SUAS. O diagnóstico socioterritorial é especializado: ele fala de vulnerabilidade, de risco, de violação de direitos e de cobertura dos serviços socioassistenciais.

1.8 Monitoramento e avaliação

No âmbito do SUAS, o **monitoramento** é uma atividade da Vigilância Socioassistencial por meio da qual se procura levantar continuamente informações sobre os serviços ofertados à população, particularmente no que diz respeito a aspectos de sua qualidade e de sua adequação quanto ao tipo e volume da oferta. O monitoramento ajuda a identificar problemas e a subsidiar as estratégias de **"correção dos rumos"**.

A NOB/SUAS 2012 traz as atividades de gestão da informação, monitoramento e avaliação para dentro do capítulo da Vigilância Socioassistencial, dando maior clareza sobre a relação entre essas atividades. Mesmo quando são outros órgãos que realizam pesquisas, estudos e relatórios, é de responsabilidade da Vigilância a devida **tradução e sistematização** dessas informações. Ao mesmo tempo, é de sua responsabilidade, em conjunto com as proteções sociais, organizar atividades de monitoramento in loco, visitas e encontros.

Assim, da mesma forma que os diagnósticos socioterritoriais, o monitoramento organiza informações de **dados secundários** — provenientes de sistemas de informação, bases de dados oficiais e relatórios administrativos — bem como **dados primários**, por meio de visitas in loco. O Censo SUAS consolidou-se como referência nacional que materializa uma experiência exitosa de monitoramento do SUAS, e seus dados têm sido utilizados intensamente pelos gestores para o planejamento e o aprimoramento do sistema.

Cabe à Vigilância, também, **orientar quanto aos procedimentos de registro** das informações referentes aos atendimentos realizados pelas unidades da rede socioassistencial, zelando pela padronização e pela qualidade dos registros, uma vez que tais informações são essenciais para a caracterização da oferta de serviços e para a notificação dos eventos de violação de direitos. Para tanto, deve acompanhar a alimentação dos sistemas de informação, mantendo permanente diálogo com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, que são diretamente responsáveis pela alimentação dos sistemas de seu âmbito de atuação.

A Vigilância deve estabelecer, com base nas normativas existentes e no diálogo com as demais áreas técnicas, **padrões de referência para avaliação da qualidade** dos serviços ofertados e monitorá-los por meio de indicadores. Deve, ainda, coordenar em nível municipal, em articulação com as proteções básica e especial, as atividades de **inspeção** da rede socioassistencial pública e privada, para avaliar periodicamente a observância dos padrões de referência relativos à qualidade dos serviços ofertados.

Como principais instrumentos de análise das unidades da rede socioassistencial nacionalmente, destacam-se o **Censo SUAS** e o **CadSUAS**. É de responsabilidade da Vigilância coordenar o processo de realização anual do Censo SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas, e gerir as informações prestadas no CadSUAS, a fim de que não haja erros de registro, como **unidades duplicadas**.

No âmbito do SUAS, o monitoramento **não tem caráter punitivo, mas instrutivo**. A NOB separa o **acompanhamento** (arts. 36 a 41) das **medidas administrativas** cabíveis por descumprimento (art. 42). Não cabe à Assistência Social realizar atividades de caráter fiscalizatório; situações de violação de direitos devem ser compulsoriamente encaminhadas aos órgãos competentes.

Monitorar é **cruzar**, e não apenas contar. O número bruto do RMA ganha sentido quando confrontado com a norma (parâmetros da NOB-RH/SUAS) e com a composição real da equipe (CadSUAS). Indicadores-síntese, como o **ID-CRAS** e o **ID-CREAS** — escala de 1 a 5 no Censo SUAS, tratados no item 3.5 —, condensam estrutura, equipe e serviços em uma leitura única, útil para comparar unidades e localizar a dimensão mais frágil de cada uma.

O MONITORAMENTO NA NOB

O monitoramento é o **acompanhamento contínuo e sistemático** dos serviços, programas, projetos e benefícios (art. 99). Seus indicadores medem **três dimensões**: **estrutura ou insumos**, **processos ou atividades** e **produtos ou resultados** (art. 100). O modelo nacional prevê indicadores pactuados entre os entes (art. 101), e as fontes principais são o Censo SUAS e os sistemas de registro e cadastros do SUAS (art. 102). No estado e no município, o monitoramento combina dados secundários e verificação **in loco** junto aos serviços (arts. 103 e 104). Os indicadores são apurados **anualmente** (art. 27) e realimentam o **Pacto de Aprimoramento do SUAS**, que fixa metas quadrienais e agrupa os entes em níveis de gestão pelo **ID SUAS** (arts. 23 e 28).

Avaliação

Assim como o monitoramento, a NOB/SUAS 2012 traz para dentro do escopo da Vigilância Socioassistencial a responsabilidade de efetivar a atividade de **avaliação**. Isso não quer dizer que toda pesquisa ou estudo será produzido exclusivamente pela Vigilância. A área é responsável por **apoiar a gestão na escolha de pesquisas** que se adequem às necessidades do SUAS. Portanto, compete à Vigilância propor ou auxiliar na proposição de temáticas, acompanhar o processo e **traduzir os resultados** para o âmbito do SUAS.

A AVALIAÇÃO NA NOB

A avaliação no SUAS abrange a gestão, os serviços, os programas, os projetos e os benefícios (arts. 105 a 108). À **União** cabe promover avaliações externas e uma pesquisa amostral nacional com usuários do SUAS a cada dois anos (art. 105); aos **estados**, avaliações periódicas que subsidiem os planos estaduais (art. 106); e ao **Distrito Federal e aos municípios**, práticas participativas com trabalhadores, usuários e controle social (art. 107). A execução pode ser contratada junto a instituições de pesquisa (art. 108).

DO DIAGNÓSTICO AO CICLO DE GESTÃO

Diagnóstico, monitoramento e avaliação não são etapas separadas: são faces do mesmo ciclo. O diagnóstico revela a realidade; o monitoramento verifica se a resposta adotada está funcionando; a avaliação diz se os resultados valem o esforço. Fechar esse ciclo — e recomeçá-lo — é o que distingue a gestão planejada da gestão reativa.

1.9 Planejamento e organização de ações de busca ativa

A Vigilância Socioassistencial não termina no diagnóstico: ela organiza a **busca ativa** — a ida ao encontro das famílias que têm direito ao serviço e ainda não chegaram até ele. É o que supera a atuação pautada somente pela **demanda espontânea** e dá à política seu caráter preventivo e proativo.

A busca ativa se desdobra em três estratégias, que se apoiam uma na outra:

- **Inclusão no Cadastro Único** — localizar as famílias mais pobres, incluí-las e manter os dados em dia.
- **Acesso a benefícios** — incluir nas transferências e benefícios quem atende aos critérios de elegibilidade.
- **Acesso a serviços** — assegurar que as famílias cheguem aos serviços socioassistenciais e das demais políticas.

O papel da Vigilância é entregar às equipes de CRAS e CREAS **listas territorializadas** — produzidas a partir do CadÚnico e de outras fontes — e depois **monitorar o retorno**: quantas famílias foram efetivamente buscadas, quantas aderiram e quantas ficaram de fora, com que justificativa. A Vigilância subsidia as proteções para que estas vão onde os mais vulneráveis estão.

> **A BUSCA ATIVA NA NOB/SUAS 2012**
> A NOB/SUAS 2012 (Resolução CNAS nº 33/2012) determina que a Vigilância utilize o Cadastro Único para planejar, orientar e coordenar as ações de busca ativa (art. 91, IV) e que os municípios forneçam aos CRAS e CREAS, sistematicamente, as listagens territorializadas de famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF, beneficiárias do BPC e dos benefícios eventuais, monitorando a busca ativa (art. 94, III, IV e V).

O ponto de partida é o **"de/para"** entre a localidade do cadastro e a área de abrangência do CRAS, tratado no item 1.12: sem esse vínculo, o número não encontra o serviço e a busca ativa fica sem destinatário.

Subseção adaptada das **Orientações Técnicas sobre a Vigilância Socioassistencial** (MDS, 2013), cap. 3.5.

1.10 Notificações de violências e violações de direitos

Uma das macroatividades da Vigilância é **organizar, normatizar e gerir o sistema de notificações** de violências e violações de direitos, com instrumentos e fluxos definidos. No município, isso significa cuidar da **qualidade do registro**, porque sem notificação consistente não há série histórica — e fica impossível saber se o aumento dos casos é real ou apenas melhora do registro.

O sistema deve contemplar, no mínimo, o registro e a notificação de três eventos:

- **violência física intrafamiliar**, negligência e maus tratos;
- **abuso ou exploração sexual** de crianças e adolescentes;
- **trabalho infantil**.

A identificação desses eventos depende de parcerias: as **escolas**, as **polícias** e as **igrejas** são interlocutores imprescindíveis, ao lado do Conselho Tutelar e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (item 1.12). Olhar para o que **falta** também é tarefa da Vigilância: onde a violação existe mas não chega ao serviço, há **subnotificação** — uma das formas mais discretas de demanda reprimida.

O QUE A NOB COBRA NA NOTIFICAÇÃO

A NOB/SUAS 2012 atribui à Vigilância implementar o sistema de notificação compulsória, com registro e notificação ao Sistema de Garantia de Direitos das situações de violência intrafamiliar, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalho infantil (art. 91, V), usar esses dados para monitorar a incidência e o atendimento (art. 91, VI) e, à União, organizar e gerir nacionalmente o sistema de notificações (art. 92, II).

Subseção adaptada das **Orientações Técnicas sobre a Vigilância Socioassistencial** (MDS, 2013), cap. 3.6.

1.11 Estruturação e financiamento da Vigilância Socioassistencial

Para existir e se manter, a área precisa de estrutura. A Vigilância é responsabilidade federativa — há atribuições comuns à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, e atribuições específicas de cada ente. No município, a tarefa central é elaborar os diagnósticos dos territórios de abrangência dos CRAS e dos CREAS e fornecer às unidades os indicadores de que elas precisam.

Há, ainda, uma ligação direta entre diagnóstico e financiamento. Na NOB/SUAS 2012, o cofinanciamento dos serviços se ancora no diagnóstico socioterritorial e nos indicadores da Vigilância — ampliar a oferta deixa de ser decisão livre e passa a depender da leitura do território.

O DIAGNÓSTICO NO COFINANCIAMENTO

O cofinanciamento dos serviços socioassistenciais observa objetivos que passam pelo diagnóstico (art. 78): implantar a oferta qualificada em **territórios de vulnerabilidade e risco**, de acordo com o diagnóstico das necessidades locais e regionais (§ 2º — considerados os dados do diagnóstico socioterritorial e da Vigilância, pelo cruzamento de indicadores); atender as **prioridades pactuadas** (§ 3º); e buscar a **equalização e universalização da cobertura**, levando em conta os diagnósticos e planejamentos intraurbanos e regionais (§ 4º).

A implantação e a manutenção da área podem ser custeadas com o **IGD-SUAS** — de equipamentos (computadores, tablets, GPS) e softwares de estatística e geoprocessamento a oficinas, capacitações, internet e contratação temporária de serviços técnicos.

O IGDSUAS NA NOB

O apoio à gestão descentralizada se dá pelo **Bloco de Financiamento da Gestão do SUAS**, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (art. 72). O incentivo à gestão do SUAS tem como componentes o **IGDSUAS-E** (estadual) e o **IGDSUAS-M** (municipal), calculados com base em resultados e investimentos dos entes (arts. 73 e 75). É por esse incentivo que se custeia a estruturação e a manutenção da área de Vigilância.

Na prática, três entraves são recorrentes:

- **Recursos humanos insuficientes.** Sem equipe própria, o técnico da Vigilância é desviado para o atendimento direto ou para a digitação do CadÚnico, e a análise não acontece.
- **Subfinanciamento e infraestrutura.** Falta dotação para computadores, internet, softwares de geoprocessamento e deslocamento territorial.
- **Capacitação prática deficitária.** Há domínio conceitual, mas pouca formação no manuseio de sistemas, na extração de microdados e na construção de indicadores e mapas.

Entre a previsão legal e a rotina administrativa há um caminho. Seis passos ajudam um município a sair do zero e sustentar a área ao longo do tempo.

PASSO 1 · Instituir
Criar a área no organograma do órgão gestor por lei, decreto ou portaria.

PASSO 2 · Constituir equipe
Garantir ao menos um técnico exclusivo de nível superior.

PASSO 3 · Desenvolver habilidades
Priorizar as habilidades necessárias, e não apenas a graduação específica.

PASSO 4 · Dominar ferramentas
Planilhas, QGIS, CECAD 2.0 e painéis de dados.

PASSO 5 · Articular com a rede
Firmar fluxos de trabalho com a proteção básica, a especial e o órgão gestor.

PASSO 6 · Retroalimentar
Devolver as análises às equipes de ponta, em ciclo contínuo.

Quadro: Seis passos para estruturar a Vigilância

A composição ideal da equipe reúne áreas como Serviço Social, Estatística, Sociologia, Tecnologia da Informação, Psicologia, Antropologia e Direito. Mais decisivo do que o diploma é o conjunto de habilidades: conhecer a política e saber articular; ler dados, gráficos e mapas; dominar os instrumentos do SUAS; construir e interpretar indicadores; comunicar informação com ética e sigilo. Como habilidades desejáveis, entram ciência de dados, geoprocessamento, design de informação e leitura territorial.

O tamanho do desafio aparece nos dados. No Censo SUAS 2025, apenas 42,8% dos municípios têm a Vigilância na estrutura formal do órgão gestor, 31,4% a mantêm informalmente e 25,8% ainda não a constituíram. O gargalo está no **Pequeno Porte I**: são 3.804 municípios, cerca de 69% da base, com apenas 35,0% de institucionalização formal. A presença da área cresce com o porte do município. A evolução é visível: no Censo SUAS 2012, a área estava instituída formalmente em cerca de 30% dos municípios e 36% não tinham nenhuma iniciativa de organização — houve avanço, mas ainda há um longo trecho a percorrer.

Equipe e habilidades técnicas

A equipe deve ser **multidisciplinar**. Em estados, metrópoles e municípios de grande porte, recomenda-se reunir formações como Serviço Social, Estatística, Sociologia e Psicologia, além de outras admitidas pela Resolução CNAS nº 17/2011.

Para constituir a equipe há três caminhos: **contratação**, **realocação** de servidores da própria secretaria e **capacitação** de quem já está no quadro. O conteúdo da Assistência Social também é oferecido nos cursos do **CapacitaSUAS**.

Contratação de serviços técnicos especializados

Quando a equipe própria não cobre tudo, a Vigilância pode contratar serviços técnicos — pessoa física ou jurídica — para treinamentos, estudos, diagnósticos, pesquisas e definição de fluxos, observadas as normas de contratação pública (Lei nº 14.133/2021). Parcerias com instituições de ensino e pesquisa são um caminho frequente.

O cuidado é ter **clareza do objeto**: contratações com objetivos vagos ampliam a distância entre o resultado esperado e o obtido. Objeto, atividades e produtos devem estar detalhados, e a experiência do contratado na área da Assistência Social pesa no resultado.

Infraestrutura e equipamentos

Não há equipamento obrigatório, mas a área costuma demandar infraestrutura acima da média do órgão gestor, por causa do manuseio de bases e da leitura de mapas. Como **referência de ordem de grandeza** — os valores abaixo vêm das Orientações Técnicas de 2013 e não são exigência vigente —, apontava-se internet de pelo menos 10 Mb/s, computadores mais potentes que a média do órgão e softwares de planilha, estatística e geoprocessamento, prezando pela **interoperabilidade** entre sistemas.

1.12 Integração da Vigilância Socioassistencial com outros setores

Os problemas que chegam ao SUAS raramente se resolvem só com a Assistência Social. A família que procura o CRAS por causa do desemprego costuma trazer, na mesma história, uma criança que faltou muito à escola, um adulto que não consegue consulta e uma dívida que virou ameaça. Quem atende vê o pedido que chega; a Vigilância Socioassistencial é a área que enxerga o padrão por trás dos pedidos. Para enxergar esse padrão, ela precisa conversar com todo mundo que guarda informação sobre o território, dentro e fora da Assistência Social.

A NOB/SUAS 2012 exige essa articulação. A Vigilância é uma das três funções da política, ao lado da Proteção Social e da Defesa de Direitos, e os municípios respondem por dois compromissos bastante concretos: elaborar e atualizar os diagnósticos dos territórios de abrangência dos CRAS e CREAS em conjunto com as áreas de proteção, e devolver às unidades, sistematicamente, as informações e listagens de que elas precisam para trabalhar (arts. 91 e 94).

Na prática, a integração se organiza em três frentes. A primeira é interna à Secretaria: a gestão do Cadastro Único e o CECAD, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A segunda é o Sistema de Garantia de Direitos, com o Conselho Tutelar, o Ministério Público e o Judiciário. A terceira reúne as políticas que funcionam como retaguarda do SUAS, como Saúde, Educação e Trabalho. As seções seguintes tratam de cada uma delas com a mesma pergunta em mente: que informação circula, de quem para quem, e o que se faz com ela depois.

> **O QUE A NORMA COBRA DA ARTICULAÇÃO**
>
> A NOB/SUAS 2012 (Resolução CNAS nº 33/2012) atribui à Vigilância a produção, a sistematização e a disseminação de informações territorializadas (arts. 87 a 90) e determina aos municípios que forneçam aos CRAS e CREAS **informações, indicadores e listagens territorializadas** do Cadastro Único, do BPC, dos benefícios eventuais e do descumprimento de condicionalidades do PBF, para orientar a busca ativa e depois monitorar sua realização (arts. 91 e 94). O que a Vigilância entrega é insumo de trabalho das unidades, não cortesia entre setores.

A gestão do Cadastro Único e o CECAD

O Cadastro Único é a maior base de vulnerabilidade a que o SUAS tem acesso, mas quem o opera no dia a dia é a equipe de gestão do CadÚnico, não a Vigilância. Essa divisão é útil, desde que cada lado saiba o que faz. À gestão cabe manter a base atualizada, cuidar dos prazos de revisão e das averiguações. À Vigilância cabe ler essa base como retrato do território e transformá-la em indicador e em lista de trabalho. Quando as duas áreas não se falam, acontecem dois desperdícios ao mesmo tempo: a base vira obrigação burocrática de quem a alimenta, e a Vigilância recomeça do zero um trabalho que já estava feito.

O encontro das duas áreas passa por um ajuste simples e decisivo: associar cada localidade do cadastro à área de abrangência do CRAS. É o chamado “de/para”. Sem esse vínculo, o número não encontra o serviço. Sabe-se que há muitas famílias pobres no município, mas não se sabe

qual CRAS responde por elas, e a busca ativa fica sem destinatário. Em municípios com zona rural extensa, como no caso de Jardim Fluminense, é o de/para que revela as localidades a que nenhuma unidade chega.

O CECAD 2.0 é a ferramenta por onde se fazem as consultas e as extrações. Vale conhecer a diferença entre o que é público e o que é restrito, porque ela muda o que se pode fazer com o resultado.

Tabulador (TABCAD)

Acesso: Livre

O que entrega: Cruza duas variáveis do cadastro e aplica filtros, em números absolutos ou percentuais.

Para que serve na Vigilância: Ler pobreza, renda, composição familiar e deficiência de um município sem identificar ninguém.

Frequência simples

Acesso: Livre

O que entrega: Tabula uma única variável, com filtros.

Para que serve na Vigilância: Montar o perfil de um recorte só, como famílias com pessoa idosa ou com criança de até 6 anos.

Resumo

Acesso: Livre

O que entrega: Reúne dados agregados do município, do estado, da região ou do país.

Para que serve na Vigilância: Comparar o município com o estado e com a média nacional.

Extrator de dados

Acesso: Restrito

O que entrega: Baixa a base em arquivo, inclusive com nome, NIS e endereço das famílias.

Para que serve na Vigilância: Cruzar o cadastro com o CRAS, o setor censitário e o RMA; é daqui que sai a listagem da busca ativa.

Busca nome / NIS

Acesso: Restrito

O que entrega: Abre o formulário completo de uma família ou pessoa.

Para que serve na Vigilância: Conferir um caso específico antes de encaminhar; não serve para analisar o território.

Quadro: CECAD 2.0: o que cada tipo de consulta permite

A linha que separa os dois grupos é a identificação das famílias. O TABCAD devolve apenas resultado somado, sem nome nem endereço; o Extrator de Dados e a Busca Nome/NIS chegam à pessoa e, por isso, são restritos a perfis de gestor. O manuseio de dados identificados obedece ao Decreto nº 6.135/2007 e à Portaria MDS nº 10/2012: o uso é permitido para formular e gerir políticas públicas, com responsabilidade sobre o sigilo.

O DADO IDENTIFICADO NÃO PODE VIRAR DIAGNÓSTICO

Diagnóstico se faz com número somado: quantas famílias, onde e com que perfil. A listagem com nome existe para orientar a busca ativa e para conferir um caso, e não para circular em relatório, apresentação ou reunião. Toda extração identificada precisa de finalidade definida, responsável nomeado e arquivo guardado com acesso controlado. Aqui, o sigilo é menos uma formalidade e mais um direito das famílias.

Do lado da Vigilância, quatro providências bastam para que o CECAD renda trabalho: escolher as variáveis que conversam com a oferta; firmar o de/para com os CRAS; extrair e tratar a base sob sigilo; e devolver o resultado às unidades na forma de indicador e de lista. Um pedido feito assim, com recorte e finalidade explícitos, também ajuda quem alimenta o cadastro a entender por que registrar com cuidado faz diferença.

A Proteção Social Básica

Com a Proteção Social Básica a Vigilância tem a relação mais frequente e mais cotidiana. O CRAS é o lugar onde o território aparece em detalhe, e o PAIF e o SCFV são os serviços que dão consequência prática aos dados. A Vigilância não acompanha famílias nem decide encaminhamento: ela entrega à equipe a informação que permite sair da demanda espontânea e procurar quem ainda não chegou ao serviço.

O que a norma chama de busca ativa se apoia, quase sempre, em listas territorializadas. É a partir delas que o CRAS descobre que, numa localidade, há dezenas de famílias em extrema pobreza sem nenhum acompanhamento, ou que um número grande de beneficiários do BPC nunca foi convidado a participar do convívio. A Vigilância organiza essas listas e depois acompanha o retorno: quantas famílias foram efetivamente buscadas, quantas aderiram e quantas ficaram de fora, com que justificativa.

Famílias em extrema pobreza ou baixa renda sem acompanhamento do PAIF

De onde vem o dado: CadÚnico/CECAD cruzado com o RMA do CRAS

O que se entrega e se monitora: Taxa de cobertura do PAIF por território e a lista das famílias ainda não acompanhadas.

Famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF

De onde vem o dado: CECAD e a relação do PBF

O que se entrega e se monitora: Relação por localidade e situação, para acompanhamento familiar e registro do retorno.

Famílias beneficiárias do BPC e dos benefícios eventuais

De onde vem o dado: CECAD e o registro municipal de benefícios

O que se entrega e se monitora: Lista territorializada dos beneficiários, para inserção nos serviços conforme a vulnerabilidade.

Famílias com criança pequena, pessoa idosa ou pessoa com deficiência

De onde vem o dado: CadÚnico/CECAD, por composição familiar e faixa etária

O que se entrega e se monitora: Recorte que orienta a prioridade de vaga no SCFV e as ações de cuidado no território.

Territórios com oferta insuficiente de CRAS

De onde vem o dado: Famílias referenciadas, NOB-RH/SUAS e Censo SUAS

O que se entrega e se monitora: Comparação entre famílias referenciadas e parâmetro legal, que sustenta a decisão de ampliar equipe ou criar equipe volante (item 3.5).

Quadro: O que a Vigilância entrega à Proteção Social Básica

Duas confusões atrapalham esse trabalho. A primeira é tratar o volume de famílias inscritas no Cadastro Único como se fosse o número de famílias referenciadas ao CRAS. São coisas diferentes: o parâmetro da NOB-RH/SUAS mede o vínculo entre equipe e território, e não o total de inscritos. Misturar os dois produz taxas de cobertura distorcidas. A segunda é devolver dado sem orientação de uso, porque planilha sem recorte claro vira arquivo parado em vez de agenda de visita. Devolutiva boa é aquela que a coordenação do CRAS abre na segunda-feira e consegue transformar em trabalho.

A Proteção Social Especial

Na Proteção Social Especial a conversa muda de tom, porque o que está em jogo é risco e violação de direitos. São dois níveis. Na média complexidade estão o CREAS e o PAEFI, as medidas socioeducativas em meio aberto, a abordagem social e o Centro POP. Na alta complexidade estão os serviços de acolhimento, para crianças e adolescentes, adultos, pessoas idosas e pessoas com deficiência. São registros em menor número e sob sigilo maior, o que torna a integração ainda mais necessária: um sinal isolado de violação vira padrão quando alguém o soma aos demais.

Média complexidade

Serviço: CREAS - PAEFI

O que a Vigilância fornece: Diagnóstico dos territórios com mais violação, encaminhamentos feitos pelo CRAS e séries do RMA-CREAS.

O que recebe e monitora: Volume e perfil dos acompanhamentos, demanda não atendida e o fluxo de referência e contrarreferência.

Média complexidade

Serviço: Medidas socioeducativas (LA e PSC)

O que a Vigilância fornece: Localização das famílias e leitura das vulnerabilidades que acompanham a medida.

O que recebe e monitora: Cobertura, evasão e articulação com as redes de educação e de justiça.

Média complexidade

Serviço: Abordagem social e Centro POP

O que a Vigilância fornece: Mapa dos pontos de concentração e dos trajetos da população em situação de rua.

O que recebe e monitora: Registros de abordagem e a evolução das situações no território.

Alta complexidade

Serviço: Acolhimento institucional e familiar

O que a Vigilância fornece: Estudo de demanda, capacidade instalada e relação entre vagas e necessidade por território.

O que recebe e monitora: Ocupação, tempo de permanência, desligamentos e os fluxos de entrada e saída.

Quadro: A Vigilância e a Proteção Social Especial

A organização do registro e da notificação de violências e violações de direitos é tratada no item 1.10. Aqui interessa o fluxo entre as proteções: o caminho que o caso percorre e o que a Vigilância acompanha nele.

Em geral, o CRAS identifica a violação, registra um relatório e encaminha ao CREAS, que assume o acompanhamento no PAEFI; quando a situação se estabiliza, o CREAS devolve o caso ao CRAS, para que a família siga acompanhada na proteção básica. Esse vai e volta, chamado de referência e contrarreferência, precisa de prazos e de registro. A Vigilância acompanha se o caminho está sendo cumprido e onde ele se rompe: casos que entram no CREAS e não têm retorno costumam indicar um protocolo que existe mais no papel do que na rotina.

AQUI, O SIGILO É REFORÇADO

Os registros da Proteção Social Especial envolvem crianças, adolescentes, pessoas idosas e famílias em situação grave. A Vigilância pode consolidar, analisar e devolver indicadores, mas não lhe cabe identificar casos publicamente nem fazer apuração: quando há violação, o encaminhamento aos órgãos competentes é obrigatório. O monitoramento, como em toda a área, orienta e qualifica o serviço; não pune.

O Sistema de Garantia de Direitos

O SUAS não atua sozinho na defesa de direitos. O Sistema de Garantia de Direitos reúne, em torno de três eixos (promoção, defesa e controle), o Conselho Tutelar, os conselhos de direitos, o Ministério Público, a Defensoria e o Judiciário, além da própria Assistência Social, da Saúde, da Educação e da segurança pública. A Vigilância não faz atendimento nessa rede. Ela organiza a informação que faz o conjunto funcionar como sistema.

O Conselho Tutelar é o parceiro mais presente no dia a dia, porque aplica medidas de proteção e requisita serviços de saúde, educação e assistência social. Dois cuidados evitam ruído nessa relação. O primeiro é o registro: toda requisição e todo encaminhamento precisam de devolutiva formal, informando se a família aderiu, se houve alta, se foi reconduzida a outro serviço ou se a situação reincidiu. O segundo é o fluxo: quando o caso chega ao CRAS ou ao CREAS sem passar pela equipe técnica e sem constar do Cadastro Único, perde-se a possibilidade de acompanhá-lo e de contar sua história.

Há ainda o campo da proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, em que a lei separa a escuta especializada, feita pelos órgãos da rede de proteção, da perícia e do depoimento especial, que cabem à Justiça. Ao SUAS interessa saber onde as situações são identificadas e por onde circulam, para que a informação não se perca entre uma porta e outra. Nesse terreno, a Vigilância ajuda a montar o fluxo, mas quem decide sobre cada caso são os órgãos competentes, e não o setor de dados.

Conselho Tutelar

O que faz: Aplica medidas de proteção e requisita serviços.

O que a Vigilância troca com ele: Devolutiva dos atendimentos requisitados e leitura das reincidências por território.

Ministério Público e Defensoria

O que faz: Atuam na defesa de direitos e no acompanhamento de casos e políticas.

O que a Vigilância troca com ele: Indicadores e diagnósticos que sustentem a atuação conjunta, sem identificar famílias.

Judiciário e sistema socioeducativo	Conselhos de direitos (CMAS e CMDCA)
O que faz: Executam medidas e acompanham adolescentes. **O que a Vigilância troca com ele:** Dados agregados sobre o cumprimento de medidas e sobre a rede disponível no território.	**O que faz:** Deliberam e controlam a política. **O que a Vigilância troca com ele:** Diagnósticos e relatórios que embasam a deliberação sobre oferta e financiamento.

Quadro: Com quem a Vigilância se relaciona no Sistema de Garantia de Direitos

Saúde, Educação e Trabalho: as retaguardas do SUAS

Boa parte das situações que chegam ao SUAS depende de outra política para se resolver. Uma pessoa com transtorno mental em situação de rua precisa da RAPS e do Consultório na Rua; uma criança que falta à escola precisa de um olhar conjunto entre educação e proteção básica; um jovem que procura o CRAS por causa do desemprego precisa do Acessuas Trabalho e de qualificação profissional. A Vigilância não executa nada disso, mas é quem localiza onde a necessidade se concentra e aponta para os setores em que estão as respostas.

Essa é a leitura intersetorial de que falam as Orientações Técnicas: mapear, no território, não só a rede da Assistência Social, mas os pontos de apoio das outras políticas que funcionam como retaguarda. É o que o Bloco 4 do diagnóstico pede (item 3.1) e o que o mapa da rede socioassistencial e intersetorial recoloca em forma territorial (item 4.2).

Saúde	Educação
O que se procura: Equipes de saúde da família, CAPS e RAPS, Consultório na Rua, notificações de agravos. **Como entra no diagnóstico:** Localizar os serviços de saúde mental, medir a distância até eles e cruzar notificações com a oferta do SUAS. **Cuidado a observar:** O SUAS não substitui o cuidado em saúde nem faz apuração de casos.	**O que se procura:** Escolas, matrículas, infrequência, evasão e buscas ativas escolares. **Como entra no diagnóstico:** Cruzar infrequência com a pobreza do território e acionar a proteção básica onde há concentração de faltas. **Cuidado a observar:** A escola identifica o sinal; o acompanhamento da família é do SUAS.
Trabalho e renda	**Habitação e infraestrutura**
O que se procura: Acessuas Trabalho, cursos de qualificação, agências de emprego e inclusão produtiva. **Como entra no diagnóstico:** Relacionar a pobreza do território com as oportunidades existentes e a distância até elas. **Cuidado a observar:** A inclusão produtiva se combina com o PAIF, não o substitui.	**O que se procura:** Programas habitacionais, urbanização, áreas de risco e saneamento. **Como entra no diagnóstico:** Reunir a oferta que altera a vulnerabilidade do domicílio e dialoga com a leitura territorial. **Cuidado a observar:** O diagnóstico da Assistência foca o que se conecta com a proteção social.

Quadro: Onde a Vigilância busca retaguarda nas demais políticas

Nenhuma dessas parcerias se sustenta no improviso. Elas funcionam melhor quando há protocolo escrito, com o que cada porta recebe, o que devolve e em quanto tempo; quando existe uma agenda periódica de devolutiva; e quando cada fluxo tem o nome de quem responde por ele, na Vigilância e no setor parceiro.

A Educação Permanente e a Gestão do Trabalho

A Vigilância também precisa conversar com a área que cuida da formação dos trabalhadores: a Educação Permanente. A relação entre as duas é estruturante. A Vigilância mostra a realidade do território e do serviço; a Educação Permanente transforma esse retrato em desenvolvimento de competências. Uma alimenta a outra, num ciclo: a formação melhora o serviço, o serviço registra melhor, e o registro volta a informar o diagnóstico. É a gestão baseada em evidências aplicada à formação.

No Plano de Educação Permanente, o papel da Vigilância é apontar, com base em evidências, as lacunas técnicas, operacionais e metodológicas da rede. As perguntas que orientam esse trabalho são diretas: quais demandas cresceram nos serviços? Onde estão os maiores gargalos do atendimento? Que áreas pedem mais qualificação? Há falhas nos registros e no uso dos sistemas? O caderno trata do método em geral; aqui interessa a interface — o que a Vigilância entrega ao plano de formação.

A CAPACITAÇÃO NA NOB-RH

A Política Nacional de Capacitação do SUAS tem por **fundamento a educação permanente** e deve ser **sistemática e continuada** (planos anuais de capacitação), **sustentável** (com provisão de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e materiais) e **participativa** (com os atores no planejamento, na execução e na avaliação, aprovada pelos conselhos). Organiza-se em patamares formativos progressivos — capacitação introdutória, atualização, aperfeiçoamento, especialização e mestrado profissional (NOB-RH/SUAS, Cap. V).

Levantamento de Necessidade de Capacitação (LNC)

Como a Vigilância contribui: Aplica o instrumental (formulário eletrônico) junto aos trabalhadores de nível superior e médio, para identificar temas prioritários e lacunas de formação.

Análise dos sistemas oficiais

Como a Vigilância contribui: Extrai e analisa dados do Censo SUAS e do CadSUAS para traçar o perfil dos profissionais: escolaridade, tipo de vínculo e tempo de atuação nas unidades.

Perfil dos trabalhadores

Como a Vigilância contribui: Conduz pesquisa censitária ou amostral com dados sociodemográficos, tempo na política e formação acadêmica.

Entraves da prática profissional

Como a Vigilância contribui: Coleta dados qualitativos sobre os obstáculos do cotidiano — dificuldades de articulação da rede, preenchimento de instrumentais —, que servem de base para definir os conteúdos de capacitação.

Tabulação das sugestões de formação

Como a Vigilância contribui: Organiza as observações e sugestões enviadas pelos trabalhadores em campos abertos, permitindo construir o percurso formativo de modo participativo.

Cruzamento de vulnerabilidade e capacidade da rede

Como a Vigilância contribui: Usa sistemas de informação geográfica para verificar se as equipes de cada território reúnem as competências exigidas pelas vulnerabilidades daquela área.

Monitoramento e avaliação da formação **Como a Vigilância contribui:** Cria parâmetros e indicadores para acompanhar o alcance das metas de formação e a eficácia das ações ao longo do plano.	**Acompanhamento da rotatividade (turnover)** **Como a Vigilância contribui:** Pesquisa a estabilidade dos trabalhadores nas unidades, para planejar a capacitação introdutória de quem chega e a educação continuada de quem fica.

Quadro: Como a Vigilância apoia o Plano de Educação Permanente



Figura: Instrumento do Levantamento de Necessidade de Capacitação (LNC), aplicado aos trabalhadores a cada ano: a coleta abre em abril e a análise é feita pela Vigilância em maio.

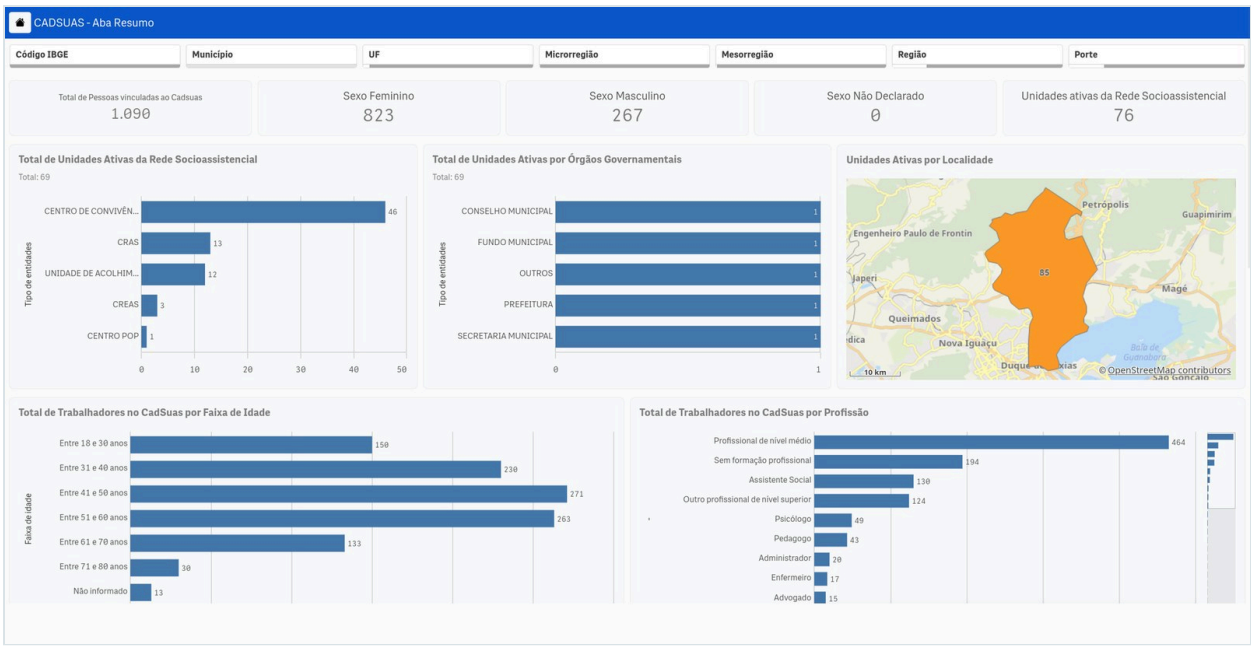


Figura: Painel do CadSUAS (aba Resumo): perfil dos trabalhadores por faixa de idade e por profissão e recorte territorial das unidades ativas (exemplo de Duque de Caxias/RJ).

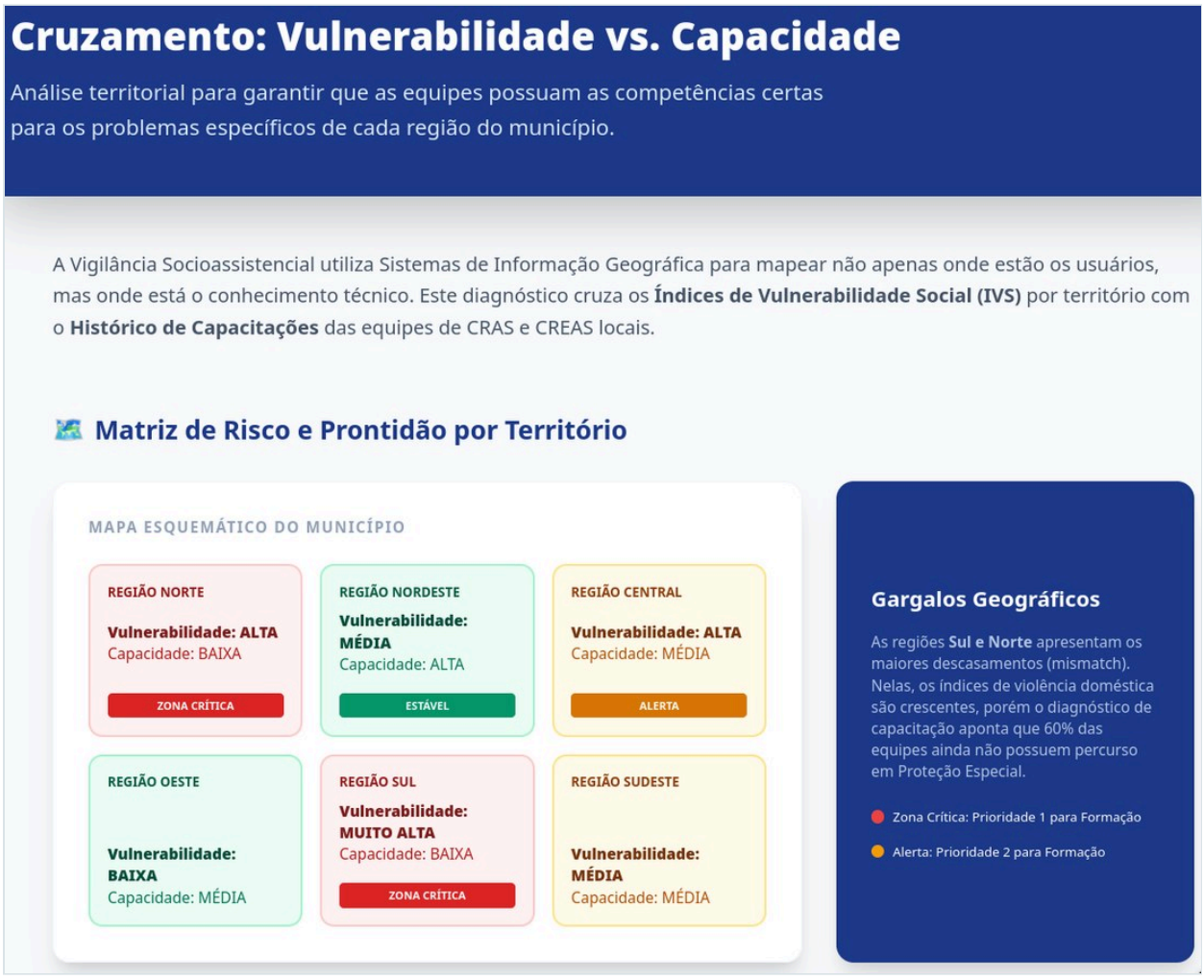


Figura: Matriz de risco e prontidão por território: o cruzamento entre o índice de vulnerabilidade social e o histórico de capacitações das equipes aponta onde formar primeiro.



Figura: Monitoramento da rotatividade (turnover): taxa anual, permanência média e índice de retenção, que calibram a capacitação introdutória e a educação continuada.

Os sistemas ajudam a responder, mas não respondem tudo. O RMA mostra volume e perfil dos atendimentos; o Censo SUAS e o CadSUAS trazem estrutura, recursos humanos e formação; o Prontuário SUAS permite uma leitura qualitativa dos casos acompanhados. O que os números não captam aparece na escuta das equipes — em reuniões, oficinas e questionários — e nas supervisões de campo: insegurança técnica, dificuldade de articulação intersetorial, pouca familiaridade com as normativas do SUAS.

A análise integrada costuma organizar o diagnóstico formativo em quatro eixos de capacitação prioritários:

- **Técnica** — atendimento, abordagem familiar e trabalho social com famílias.
- **Operacional** — uso dos sistemas: CadÚnico, Prontuário SUAS e RMA.
- **Gerencial** — planejamento, monitoramento e uso de indicadores.
- **Intersetorial** — articulação com saúde, educação e sistema de justiça.

Esse arranjo é um ciclo: o replanejamento alimenta uma nova rodada de produção de dados, de modo que a formação permaneça ancorada na realidade da política, e não no catálogo de cursos disponíveis.

> **FORMAÇÃO QUE NASCE DO TERRITÓRIO**
> Antes de contratar qualquer capacitação, vale responder com dados a uma pergunta simples: **qual território ou serviço concentra hoje a maior lacuna?** O cruzamento entre o índice de vulnerabilidade da área e o histórico de formação das equipes costuma priorizar melhor do que a lista de cursos oferecidos pelos fornecedores.

Esta subseção se apoia no material **O papel da Vigilância Socioassistencial no Plano de Educação Permanente**, da Coordenação de Vigilância Socioassistencial da SEDSODH/RJ, e nas figuras que o acompanham.

Como transformar a integração em rotina

Integração depende de gente, mas não sobrevive só de boa vontade. Mudança de gestão, rotatividade de equipe e sobrecarga do cotidiano desfazem arranjos que nunca foram escritos. Por isso vale converter a conversa em instrumento, com responsáveis, prazos e produtos definidos.

Protocolo de fluxos e responsabilidades

O que precisa conter: O que circula, de quem para quem, em que prazo e com que produto.

Quem participa: Vigilância, proteções básica e especial e gestão do SUAS

Ficha de referência e contrarreferência

O que precisa conter: Identificação do caso, motivo, serviço de destino e campo de devolutiva.

Quem participa: CRAS, CREAS e rede intersetorial

Plano de ação da Vigilância

O que precisa conter: Ações, responsáveis, indicadores e prazos da área, articulados às proteções.

Quem participa: Vigilância e gestão municipal

Agenda de devolutivas territorializadas

O que precisa conter: Encontros periódicos para devolver dados e indicadores às unidades.

Quem participa: Vigilância e coordenações de CRAS e CREAS

Resolução do CMAS

O que precisa conter: Formaliza instrumentais e fluxos pactuados, dando transparência e continuidade.

Quem participa: Gestão, unidades e Conselho Municipal de Assistência Social

Quadro: Instrumentos que mantêm a integração de pé

Três hábitos mantêm o arranjo vivo. O primeiro é a devolutiva sistemática: a informação volta às unidades em reunião, e não apenas em arquivo. O segundo é o calendário pactuado, que marca quando cada extração, indicador ou diagnóstico deve sair, para não competir com os picos de atendimento. O terceiro é o responsável nomeado: cada fluxo tem alguém que responde por ele, na Vigilância e em cada setor, e esse alguém é conhecido dos dois lados.

Há ainda um canal que costuma passar ao largo da Vigilância: a **ouvidoria**. Reclamações, denúncias e sugestões dos usuários são informação territorializável. A NOB-RH observa que a Vigilância tem o potencial de **sistematizar e georreferenciar** essas manifestações, subsidiando as equipes e dando **voz ao usuário** na leitura do território.

INTEGRAR É FAZER A INFORMAÇÃO VOLTAR EM FORMA DE AÇÃO

O trabalho começa no Cadastro Único, quando localidade e CRAS são postos lado a lado, e segue com a Proteção Social Básica, que transforma lista em busca ativa, e com a Proteção Social Especial, que trata do risco e da violação sob sigilo redobrado. Ganha corpo no Sistema de Garantia de Direitos e nas retaguardas da Saúde, da Educação e do Trabalho. A lógica é sempre a mesma: o dado sai do sistema, passa pela análise e volta para quem atende a família. Quando não volta, vira relatório de gaveta; quando volta, vira decisão.

Parte II - Método: o ciclo de 30 a 60 dias

Produzir um diagnóstico de qualidade não é resultado de esforço improvisado. Exige método, padronização de procedimentos e planejamento cronológico. Recomenda-se organizar o trabalho em um **ciclo estruturado de 30 a 60 dias** (aproximadamente sete semanas), com entrosamento entre gestão, vigilância e equipes de proteção social.

Antes do cronograma, vale examinar o desenho completo desse ciclo. Diagnóstico é uma leitura intencional e sistemática da realidade: não é um relatório isolado, e sim uma etapa de um plano, em que cada passo prepara o seguinte.

PASSO 1 · Planejamento
Definir as perguntas, as fontes e as ferramentas. *Quais dados, fontes e ferramentas?*

PASSO 2 · Coleta
Extrair no CECAD 2.0, com o acesso do gestor do CadÚnico. *De onde vêm os dados e quem autoriza?*

PASSO 3 · Análise
Tratar a base na planilha, filtrar as colunas e calcular as variáveis de pobreza. *Quais filtros revelam a pobreza por bairro?*

PASSO 4 · Visualização
Montar tabelas e gráficos que revelem as concentrações. *Que forma mostra melhor o padrão?*

PASSO 5 · Georreferenciamento
Espacializar a demanda sobre o mapa da oferta. *Onde a demanda está em relação aos serviços?*

PASSO 6 · Disseminação
Devolver à gestão e à rede e publicar o material. *Quem precisa conhecer isso para agir?*

PASSO 7 · Decisão e ação
Reorganizar a rede a partir do que os dados mostraram. *O que muda na oferta?*

Quadro: O ciclo do dado à ação

2.1 As cinco etapas do planejamento integrado

As etapas abaixo são as mesmas do cronograma-matriz do item 2.2 — lá elas aparecem com responsáveis e prazos.

ETAPA 1 · Preparação
Formalização da equipe responsável (liderada pela Vigilância Socioassistencial, com suporte do CadÚnico, CRAS e CREAS), reuniões de sensibilização com coordenadores e delimitação do escopo: qual problema de gestão o diagnóstico deve responder? Sem essa resposta, a coleta se dispersa.

ETAPA 2 · Coleta de dados
Extração das bases operacionais nos sistemas e levantamento dos dados territoriais complementares, inclusive em campo.

ETAPA 3 · Análise e redação
Tratamento das bases, cálculo dos indicadores, espacialização e redação da minuta do relatório.

ETAPA 4 · Validação e escuta
Rodas de conversa com as equipes do CRAS e do CREAS e com as lideranças do território e apreciação da proposta pelo CMAS.

ETAPA 5 · Publicação
Emissão do relatório final e incorporação das diretrizes aos instrumentos de planejamento.

VERIFIQUE OS ACESSOS ANTES DE COMEÇAR

Grande parte dos atrasos em diagnósticos vem de problemas de acesso a sistemas: senha vencida, perfil de usuário incorreto, mandato do técnico no CadSUAS expirado. Faça uma **checagem prévia de acessos** na Semana 1 e registre quem tem qual perfil (por exemplo, perfil `rma.municipio` para a gestão e `rma.cras` para a unidade).

2.2 Cronograma-matriz do diagnóstico

SEMANA 1

1 Preparação
Definição do escopo; alinhamento com as equipes; verificação de senhas e perfis nos sistemas (CECAD, RMA, CadSUAS).
Gestão do SUAS e Vigilância

SEMANAS 2 E 3

2 Coleta de dados
Extração de dados do CadÚnico/CECAD; tabulação do RMA; consulta ao CadSUAS/Censo SUAS; levantamento de rotas e tempos de deslocamento no território.
Vigilância e CadÚnico

SEMANAS 4 E 5

3 Análise e redação
Cruzamento capacidade x vulnerabilidade; tabelas dinâmicas; espacialização; redação da minuta do relatório.
Vigilância

SEMANA 6

4 Validação e escuta
Rodas de conversa com CRAS/CREAS e com lideranças do território; apresentação da proposta para apreciação do CMAS.
Gestão, equipes e CMAS

SEMANA 7

5 Publicação
Emissão do relatório final; incorporação das diretrizes nos instrumentos de planejamento (PMAS/PPA/LOA).
Gestão do SUAS

Quadro: Cronograma-matriz simplificado (ciclo de 7 semanas)

2.3 Definição de escopo e perguntas orientadoras

Antes de manipular qualquer planilha, a gestão precisa delimitar a **finalidade prática** do estudo. A pergunta orientadora estabelece o norte analítico e evita a dispersão. Compare as três situações a seguir.

Reordenamento da rede

Pergunta orientadora: "Onde estão os vazios de cobertura física e de transporte no município?"

Foco da análise: Dimensionamento da oferta, capacidade instalada e logística de acesso

Produto principal: Proposta de relocalização, itinerância ou nova unidade

Elaboração do PMAS

Pergunta orientadora: "Qual é o panorama geral das vulnerabilidades e das violações de direitos no município?"

Foco da análise: Mapeamento macro das demandas e diretrizes de investimento

Produto principal: Capítulo de diagnóstico do PMAS com metas

Populações específicas

Pergunta orientadora: "Quem são e onde estão as pessoas idosas e com deficiência em situação de isolamento?"

Foco da análise: Adensamento microterritorial e localização de grupos prioritários

Produto principal: Roteiro de busca ativa territorializada

Quadro: Pergunta orientadora, foco e produto esperado

ESCOPO AMPLO DEMAIS É ESCOPO PERDIDO

Tentar responder a todas as perguntas de uma só vez é o erro mais comum. O resultado é um relatório extenso, com dezenas de tabelas, que **não sustenta nenhuma decisão**. Prefira um escopo estreito e respondido com qualidade: dois ou três indicadores bem analisados valem mais que trinta planilhas sem leitura.

2.4 Triagem operacional: os três sinais de alerta do SUAS

Na fase de planejamento e análise inicial, recomenda-se submeter a rede municipal a um protocolo de triagem baseado em três **sinais de alerta**. Eles indicam rapidamente onde o diagnóstico deve concentrar esforços.

A - Concentração urbana e duplicidade de cobertura

Configura-se quando: Dois ou mais CRAS estão na mesma mancha urbana consolidada ou em bairros contíguos de baixa vulnerabilidade, disputando o mesmo público, enquanto periferias e zonas rurais permanecem descobertas.

Como identificar nos dados: Sobreposição das áreas de abrangência (CadSUAS) sobre os adensamentos de pobreza do CadÚnico; mapa de pontos x manchas.

B - Barreiras severas de mobilidade e acessibilidade

Configura-se quando: Comunidades de alta vulnerabilidade estão a mais de 30 a 40 minutos da unidade mais próxima, com transporte coletivo raro, caro ou incompatível com o horário de funcionamento do serviço.

Como identificar nos dados: Cálculo de tempo e custo de deslocamento por localidade; análise da grade horária do transporte; sobreposição com a vulnerabilidade.

C - Ociosidade operacional revelada pelo RMA

Configura-se quando: O RMA indica baixíssimo volume de acompanhamento familiar continuado pelo PAIF em unidades com equipe técnica completa, o que revela que a localização ou o horário da unidade inibem o acesso.

Como identificar nos dados: Razão entre famílias em acompanhamento pelo PAIF (RMA) e famílias em extrema pobreza na área de abrangência (CadÚnico).

Quadro: Os três sinais de alerta e como reconhecê-los

DA TRIAGEM AO DIAGNÓSTICO

Se, na triagem, um território acende simultaneamente os **três sinais de alerta**, ele é candidato prioritário a um diagnóstico aprofundado. É exatamente o que ocorre no estudo de caso da Parte V: uma comunidade rural que concentra alta extrema pobreza, barreira severa de transporte e um CRAS com equipe completa mas produção quase nula naquele território.

2.5 Matriz de responsabilidades (modelo)

Para que o cronograma não fique apenas no papel, distribua nominalmente as tarefas. O modelo abaixo pode ser replicado na abertura de cada ciclo diagnóstico.

PRODUTO / TAREFA	RESPONSÁVEL (NOME)	APOIO	PRAZO	STA-TUS
Nota técnica de escopo e pergunta orientadora	Coordenação da Vigilância	Gestão do SUAS	Semana 1	☐
Extração e depuração da base do CadÚnico/CECAD	Técnico(a) do CadÚnico	Vigilância	Semanas 2-3	☐
Consolidação dos RMA do trimestre de referência	Vigilância	Coordenadores de CRAS/CREAS	Semana 3	☐
Levantamento de rotas, tempos e custos de acesso	Equipe do CRAS	Vigilância	Semana 3	☐

PRODUTO / TAREFA	RESPONSÁVEL (NOME)	APOIO	PRAZO	STA-TUS
Tabulação, indicadores e mapas	Vigilância	-	Semanas 4-5	☐
Roda de conversa de validação comunitária	Coordenadores de CRAS	Vigilância e lideranças	Semana 6	☐
Minuta de relatório e de resolução	Vigilância	Gestão e jurídico	Semana 6	☐
Apreciação e deliberação no CMAS	Gestão do SUAS	Vigilância	Semana 6-7	☐
Publicação e incorporação ao PMAS	Gestão do SUAS	-	Semana 7	☐

Quadro: Modelo de matriz de responsabilidades e prazos

Com o escopo definido, o cronograma pactuado e os responsáveis nomeados, o método está de pé. O passo seguinte é saber de onde vêm os dados — e é disso que trata a Parte III.

Parte III - Dados: fontes, dicionários e tratamento

A consistência técnica do diagnóstico depende do uso correto dos sistemas de informação do SUAS e das bases oficiais. A extração criteriosa e a **crítica das variáveis** evitam análises distorcidas que induzem a erros na alocação de equipamentos e serviços.

3.1 Como organizar e apresentar os dados: os cinco blocos do diagnóstico

Definido o escopo e identificadas as fontes, a próxima decisão é **editorial e estratégica**: em que ordem os dados serão apresentados. Uma boa organização do relatório evita que o leitor se perca e garante que a leitura conduza naturalmente à decisão. A sugestão a seguir, consolidada na prática da Vigilância Socioassistencial, propõe que o diagnóstico seja estruturado em **cinco blocos de variáveis e indicadores**.

1) Variáveis e indicadores de contexto

Objetivo: Apresentar as condições gerais de desenvolvimento econômico e social do município, de modo **muito sintético**.

O que deve conter: Demografia, educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbana, economia e meio ambiente. **Não deve ocupar mais que 25% do documento produzido.**

2) Variáveis e indicadores de caracterização da demanda potencial

Objetivo: Apresentar uma referência numérica que possa ser utilizada como **proxy da demanda potencial** (dimensionamento do público-alvo) para cada serviço e benefício.

O que deve conter: Todos os Serviços Socioassistenciais Tipificados, os Benefícios Eventuais, o BPC e o benefício do Programa Bolsa Família.

3) Variáveis e indicadores da estrutura de oferta dos serviços e benefícios da Assistência Social

Objetivo: Apresentar, por meio de dados quantitativos, a **existência (ou não) de oferta** de cada serviço tipificado e benefício, bem como o volume e a capacidade instalada.

O que deve conter: Oferta por serviço e benefício, volume e/ou capacidade instalada, indicadores de qualidade quando possível e a existência e o volume de financiamento federal.

4) Variáveis e indicadores da oferta das demais políticas públicas

Objetivo: Apresentar, por dados numéricos e categóricos, as outras ofertas que constituem **"retaguardas"** ou pontos de apoio indispensáveis à dimensão intersetorial.

O que deve conter: Exclusivamente no que se refere aos pontos de contato e de complementaridade: Justiça, serviços de saúde mental, Equipes/Unidades de Saúde da Família, programas de educação em horário integral, entre outros.

5) Indicadores que correlacionem demanda e oferta

Objetivo: Apresentar indicadores que permitam analisar, direta ou indiretamente, a **cobertura** dos serviços e benefícios.

O que deve conter: Percentuais de cobertura (análise direta) ou taxas e razões comparáveis (análise indireta).

Quadro: Os cinco blocos de apresentação dos dados do diagnóstico socioterritorial

Vale detalhar a diferença entre as duas formas de analisar a cobertura, porque ela determina o tipo de indicador que o município consegue construir.

COBERTURA DIRETA (PERCENTUAL)		COBERTURA INDIRETA (RAZÃO COMPARÁVEL)
Quando é possível estimar com razoável precisão o volume da demanda efetiva e da oferta existente.	→	**Quando só há o dimensionamento genérico do público-alvo, sem dados precisos sobre a demanda efetiva.**
A relação pode ser expressa em percentual de cobertura.	→	**Trabalha-se com taxas ou razões comparáveis entre territórios ou com a média do estado.**
Exemplo: 210 famílias em extrema pobreza e 2 em acompanhamento pelo PAIF (cobertura de 0,95%).	→	**Exemplo: 60 vagas de acolhimento por 100 mil crianças em uma microrregião, contra 15 em outra.**

Quadro: Cobertura direta e cobertura indireta

POR QUE COMEÇAR PELO BLOCO 1 COM MUITA PARCIMÔNIA

Os indicadores de contexto são úteis para situar o leitor, mas **não são o diagnóstico**. Como a recomendação é que ocupem no máximo um quarto do documento, a maior parte do relatório deve ser dedicada aos Blocos 2 a 5 — ou seja, à demanda potencial, à oferta existente e ao encontro (ou desencontro) entre elas.

3.2 Panorama das fontes de dados

CadÚnico / CECAD 2.0

O que oferece: Microdados de famílias e pessoas: renda, composição familiar, localidade, situação do domicílio, benefícios, deficiências, escolaridade, trabalho.

Uso central no diagnóstico: Eixo da vulnerabilidade: quem e onde estão as famílias pobres e extremamente pobres.

Acesso: CECAD 2.0 (perfil municipal)

RMA (Registro Mensal de Atendimentos)

O que oferece: Volume e perfil dos atendimentos e acompanhamentos de CRAS (PAIF, SCFV, benefícios eventuais) e CREAS (PAEFI, MSE, abordagem social).

Uso central no diagnóstico: Eixo da oferta: o que o serviço efetivamente produz.

Acesso: Sistema RMA (aplicacoes.mds.gov.br)

CadSUAS / Censo SUAS

O que oferece: Capacidade instalada: endereço, área de abrangência, equipe de referência, infraestrutura, acessibilidade, equipamentos.

Uso central no diagnóstico: Eixo da capacidade e das condições de oferta.

Acesso: CadSUAS e Censo SUAS

IBGE (Censo Demográfico e malhas)

O que oferece: População total por localidade/setor, domicílios, renda, malhas de setores censitários.

Uso central no diagnóstico: Denominadores: base para calcular taxas e percentuais.

Acesso: IBGE / SIDRA / malhas públicas

Rede intersetorial

O que oferece: Saúde (ESF/ACS), Educação (matrículas, infrequência, evasão), Habitação, Segurança Pública, Conselho Tutelar.

Uso central no diagnóstico: Leitura multidimensional e confirmação dos achados.

Acesso: Acordos de cooperação locais

Registros próprios e escuta comunitária

O que oferece: Atas, relatórios de visitas, demandas espontâneas, rodas de conversa e lideranças locais.

Uso central no diagnóstico: Qualificação e validação dos dados quantitativos.

Acesso: Equipes locais

Quadro: Fontes de dados, o que cada uma oferece e para que serve

Cada uma dessas fontes é acessada por um sistema próprio. O **Anexo G** descreve esses sistemas, quem pode acessá-los e com que periodicidade são alimentados. Além deles, quatro ferramentas públicas ampliam o repertório: o **IVCAD**, índice sintético de vulnerabilidade das famílias do CadÚnico, em escala de 0 a 1; o **Vis Data** e o **RI Social**, que publicam indicadores e séries das políticas do MDS por recorte geográfico; e o **Agiliza SUAS**, que assumiu a prestação de contas dos repasses fundo a fundo.

3.3 CadÚnico / CECAD: o perfil socioeconômico

Para garantir a centralidade da proteção social básica, a análise do CadÚnico concentra-se nos indicadores de **vulnerabilidade social, renda e composição familiar**. As quatro dimensões essenciais são:

- **Faixas de pobreza e extrema pobreza** (renda per capita familiar).
- **Recebimento de benefícios monetários** (Programa Bolsa Família - PBF e Benefício de Prestação Continuada - BPC).
- **Composição, vínculo e estrutura familiar** (número de membros, presença de crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência).
- **Localização espacial do domicílio** (situação urbana ou rural e agrupamento por localidade/bairro).

As faixas de renda do CadÚnico

O CadÚnico classifica as famílias conforme a renda mensal por pessoa. Este é o recorte que define o público prioritário da proteção social básica.

POBREZA

Até R$ 218,00

Público prioritário absoluto; corresponde à linha de pobreza do Programa Bolsa Família. Onde há concentração dessa faixa, há necessidade de proteção básica ativa.

BAIXA RENDA

De R$ 218,01 até meio salário mínimo

Público elegível a programas e ao acompanhamento preventivo; faixa mais sensível a choques (desemprego, doença, calamidade).

ACIMA DE MEIO SALÁRIO MÍNIMO

Acima do limite de baixa renda

Pode permanecer no CadÚnico em situações específicas (por exemplo, famílias com renda total de até 3 salários mínimos ou vinculadas a programas); atenção às regras de proteção de benefícios.

Quadro: Faixas de renda do CadÚnico e público correspondente

OS VALORES DE REFERÊNCIA MUDAM TODOS OS ANOS

O limite de **baixa renda equivale a meio salário mínimo**, que é reajustado anualmente. Por isso, o recorte de renda deve ser **recalculado a cada ciclo diagnóstico** com o valor vigente. Nunca reaproveite um diagnóstico antigo sem atualizar as linhas de corte, e prefira trabalhar com a **variável contínua de renda** (`vlr_renda_media_fam`) aplicando o corte vigente, em vez de depender apenas de rótulos de faixa que podem estar desatualizados no próprio sistema.

Renda média x renda mediana: por que a distinção importa

No tratamento da variável de renda, é preciso compreender e apresentar as duas medidas: **renda média** e **renda mediana** per capita.

Renda média per capita = (soma das rendas per capita das famílias) ÷ (total de famílias)

Renda mediana per capita = valor que divide a população cadastrada ao meio: 50% das famílias ganham menos, 50% ganham mais

A média aritmética é **altamente sensível a valores extremos** (outliers): tende a ser puxada para cima por um pequeno número de famílias com renda mais elevada no cadastro. A mediana, ao contrário, revela a renda real da maioria das famílias vulneráveis, refletindo o perfil efetivo do público do SUAS **sem as distorções provocadas pela média**.

COMO A MÉDIA ENGANA

Um município com 1.000 famílias no CadÚnico pode ter renda média per capita de R$ 480,00 puxada por poucas famílias com renda alta, enquanto a **renda mediana é de R$ 190,00**. Reportar apenas a média sugeriria uma população menos pobre do que ela é. No diagnóstico socioassistencial, **apresente sempre as duas medidas** e destaque a mediana como retrato da maioria.

3.4 RMA: o que o serviço efetivamente produz

O Registro Mensal de Atendimentos registra o volume de atendimentos e o perfil das famílias atendidas e acompanhadas nos CRAS, nos CREAS e no Centro POP. É a principal fonte para a **vigilância da oferta**.

RMA-CRAS

Bloco I **Famílias em acompanhamento pelo PAIF**

O que registra: Total de famílias em acompanhamento (A.1); novas famílias inseridas no mês (A.2); perfil das novas famílias (B.1 a B.6): extrema pobreza, PBF, PBF em descumprimento de condicionalidades, famílias com BPC, crianças/adolescentes em trabalho infantil e em serviço de acolhimento.

Bloco 2 **Atendimentos particularizados**

O que registra: Volume de atendimentos individualizados realizados no mês, inclusive **visitas domiciliares** e concessão de **benefícios eventuais** (auxílio-natalidade, auxílio-funeral e outros).

Bloco 3 **Atendimentos coletivos**

O que registra: Volume de atendimentos coletivos (grupos, oficinas, ações comunitárias) realizados no mês e total de participantes.

Quadro: Estrutura do RMA-CRAS (Blocos I a 3)

RMA-CREAS

Bloco I **PAEFI**

O que registra: Total de casos (famílias ou indivíduos) em acompanhamento (A.1); novos casos inseridos no mês (A.2); perfil das pessoas vitimadas (violências contra crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres adultas, tráfico de pessoas, discriminação, pessoas em situação de rua) e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Bloco II **Atendimentos no CREAS**

O que registra: Atendimentos individualizados e em grupo no mês; **famílias encaminhadas ao CRAS**; **visitas domiciliares** realizadas.

Bloco III **Medidas socioeducativas**

O que registra: Total e novos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Bloco IV **Abordagem social**

O que registra: Pessoas abordadas e seus perfis; quantidade total de abordagens realizadas.

Quadro: Estrutura do RMA-CREAS (Blocos I a IV)

RMA-Centro POP

O Centro POP também registra no RMA, em formulário próprio. O recorte é o da **população em situação de rua**: quantas pessoas foram atendidas, quais situações foram identificadas e quantas abordagens foram feitas no mês. É o que dá série histórica a um público que, sem esse registro, aparece no diagnóstico apenas como estimativa — e costuma ser justamente o que mais depende da busca ativa.

Bloco 1 **Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua**

O que registra: Pessoas em situação de rua atendidas no mês (A.1), por sexo e faixa etária; características identificadas (B.1 a B.3): usuários de crack ou outras drogas, migrantes e pessoas com deficiência ou transtorno mental; **cadastramento no CadÚnico** (C.1 e C.2); total de atendimentos realizados no mês (D.1).

Bloco 2 **Serviço Especializado em Abordagem Social no Centro POP**

O que registra: Quantidade e perfil das pessoas abordadas (E.1), por sexo e faixa etária; situações identificadas (F.1 a F.6): trabalho infantil, exploração sexual, uso de crack e outras drogas e situação de migração; total de abordagens realizadas no mês (G.1).

Quadro: Estrutura do RMA-Centro POP (Blocos 1 e 2)

ACOMPANHAMENTO NÃO É ATENDIMENTO

O RMA distingue **atendimento** (ato ou ação imediata, como acolhida, escuta e orientação) de **acompanhamento** (processo continuado, planejado, com objetivos e Plano de Acompanhamento). Um CRAS pode registrar centenas de atendimentos particularizados e **nenhuma** família em acompanhamento pelo PAIF. Para medir proteção social continuada, o indicador é o **acompanhamento**, não o atendimento.

3.5 CadSUAS, Censo SUAS e NOB-RH: a capacidade instalada

O CadSUAS (Cadastro Nacional do SUAS) e o Censo SUAS fornecem o retrato da **capacidade instalada** das unidades: endereço, área de abrangência, horário de funcionamento, equipe de referência, infraestrutura, acessibilidade e equipamentos. É o que permite avaliar se a oferta está **dimensionada, localizada e aparelhada** para o território que deve atender.

O CÓDIGO DA UNIDADE É A CHAVE DA JUNÇÃO

Toda unidade cadastrada no CadSUAS recebe um **código próprio**, que a identifica no Censo SUAS (campo identificador da unidade), no RMA e no Prontuário Eletrônico. É por esse código, e não pelo nome, que as bases se juntam: o nome muda, aparece abreviado e se repete no município, e o código não. Antes de cruzar qualquer extrato, confira se o identificador da planilha é o mesmo do CadSUAS e registre-o ao lado do nome da unidade; sem isso, registros se perdem no caminho e o total do quadro não fecha. **Não confunda** esse código com o **ID-CRAS** e o **ID-CREAS**, que são índices de desenvolvimento da unidade, tratados adiante.

SEM CADSUAS, NÃO HÁ CENSO NEM RMA

Os sistemas do SUAS formam uma dependência, e não uma lista solta. Uma unidade que não está no CadSUAS é considerada não implantada e pode ter o repasse suspenso; o cálculo do **IGD-SUAS** fica comprometido, porque o **ID-CRAS** e o **ID-CREAS**, que entram na conta, são apurados a partir do Censo SUAS e do RMA. Antes de cobrar indicador, é preciso garantir que o registro básico esteja em ordem.

O parâmetro legal: a NOB-RH/SUAS

A composição das equipes de referência não é uma escolha discricionária do município: ela é definida pela **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS - Resolução CNAS nº 269/2006)**. A norma define equipes de referência como as equipes responsá-

veis pela organização e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, considerando o **número de famílias e indivíduos referenciados**, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.

Antes de comparar números, vale fixar o que significa **construir referência**. Segundo a NOB-RH comentada, a referência que as equipes produzem existe para dar ao cidadão a **certeza de que encontrará acolhida, convívio e meios para o desenvolvimento de sua autonomia** — e não um balcão de encaminhamentos. É uma referência **compartilhada** entre proteção básica e especial, cuja baliza é a **matricialidade sociofamiliar** e o **território**.

O conceito-chave da NOB-RH é o de **família referenciada**: a unidade de medida do vínculo entre a equipe e o território. É esse número, e não a população total do município, que dimensiona a equipe. Para chegar à equação entre profissionais e famílias, a NOB-RH comentada propõe duas perguntas de diagnóstico: **que trabalho social é desenvolvido com as famílias** e **qual é o grau de conhecimento sobre as necessidades de proteção do território**. Compare o seu município com os parâmetros a seguir.

Componente	Pequeno Porte I (até 2.500 famílias referenciadas)	Pequeno Porte II (até 3.500 famílias referenciadas)	Médio, Grande, Metrópole e DF (a cada 5.000 famílias referenciadas)
Técnicos de nível superior	2 (1 assistente social e outro preferencialmente psicólogo)	3 (2 assistentes sociais e preferencialmente 1 psicólogo)	4 (2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS)
Técnicos de nível médio	2	3	4
Coordenação	1 coordenador, em qualquer porte: técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalho comunitário e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios	Idem	Idem

Quadro: Equipe de referência do CRAS - parâmetros da NOB-RH/SUAS (Resolução CNAS nº 269/2006)

Função	Municípios em Gestão Inicial e Básica (capacidade de 50 pessoas)	Municípios em Gestão Plena e Estados com serviços regionais (capacidade de 80 pessoas)
Coordenação	1 coordenador	1 coordenador
Nível superior	1 assistente social e 1 psicólogo	2 assistentes sociais e 2 psicólogos
Assessoria jurídica	1 advogado	1 advogado
Abordagem de usuários	2 profissionais de nível superior ou médio	4 profissionais de nível superior ou médio
Apoio administrativo	1 auxiliar administrativo	2 auxiliares administrativos

Quadro: Equipe de referência do CREAS (proteção social especial de média complexidade) - parâmetros da NOB-RH/SUAS

EQUIPES DE REFERÊNCIA NÃO SÃO "EQUIPES MÍNIMAS"

A NOB-RH é explícita: as equipes de referência **não são equipes mínimas**. Elas podem ser integradas por outros profissionais além das categorias indicadas - a **Resolução CNAS nº 17/2011** ampliou o elenco (antropólogo, economista doméstico, pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional,

musicoterapeuta) - e **podem ser multiplicadas em outras equipes**, conforme a necessidade dos serviços e do território. É esse dispositivo que abre espaço para composições adequadas a realidades rurais e de difícil acesso.

> *"Essa é uma atribuição fundamental da função de vigilância socioassistencial: subsidiar planos de assistência social por meio de diagnósticos que dêem a visão da totalidade das necessidades de proteção de assistência social. Uma vez conhecida a totalidade das necessidades, é possível planejar melhor os meios necessários para atendê-la. O território, como unidade de análise do Plano de Assistência Social, deve ser apreendido também em sua relação com o contexto nacional mais amplo." (NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada, MDS, 2011)*

Territórios de difícil acesso: a equipe volante

A NOB-RH trata expressamente das realidades de acesso difícil. Vale reproduzir o seu enunciado, porque é ele que fundamenta a solução adotada no estudo de caso da Parte V:

> *"Nos municípios e regiões em que há dificuldade de acesso aos serviços, ou seja, territórios com peculiaridade de extensão territorial, isolamento, áreas rurais e de difícil acesso poderão ser compostas, além das equipes de referência dos serviços socioassistenciais, outras equipes para atender a essa especificidade." (NOB-RH/SUAS, Resolução CNAS nº 269/2006)*

A EQUIPE VOLANTE COMO INSTRUMENTO INSTITUCIONAL

A **equipe volante** é a regulamentação operacional desse dispositivo: a **Resolução CIT nº 6/2011** prevê, para municípios com território extenso, localidades isoladas, de difícil acesso e com espalhamento populacional, **equipes adicionais nos CRAS**, concebidas e reguladas como equipes volantes. A estratégia do II Plano Decenal da Assistência Social (Resolução CNAS nº 7/2016) reforça a expansão das equipes volantes, inclusive nas áreas rurais. **Quando o problema é acesso em território extenso, rural ou isolado, a resposta institucionalmente prevista não é uma nova unidade física, e sim a equipe volante.**

O QUE O CENSO SUAS PERGUNTA SOBRE ISSO

O Censo SUAS (bloco Dados Gerais) verifica se o CRAS possui **equipe técnica contratada especificamente para deslocamento visando o atendimento à população em territórios extensos e áreas isoladas** (q40); quais territórios são atendidos — favelas e periferias urbanas, comunidades rurais, aldeias indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, acampamentos, terreiros (q41 e q42); a **frequência** do deslocamento (q43); e o **meio de transporte** utilizado — automóvel exclusivo, compartilhado, particular, embarcação ou transporte público (q44). Essas variáveis são o ponto de partida para medir a cobertura itinerante do município: um CRAS sem equipe volante em um território extenso com comunidades rurais isoladas é, em si, um achado de diagnóstico.

O dado real: o Censo SUAS como referência de comparação

Além do parâmetro legal, o município pode comparar-se com a realidade de outros do mesmo porte. O quadro abaixo reúne a **equipe mediana por CRAS** nos municípios do estado do Rio de Janeiro, com tabulação própria do **Censo SUAS 2025 (CRAS - Recursos Humanos)**: 491 unidades, em 92 municípios, com data de referência em 31 de agosto de 2025. A mediana é calculada **por unidade**, e não por município, de modo que um município com muitos CRAS não pese mais do que outro na referência.



Quadro: Referência real - equipe do CRAS, mediana por unidade, RJ (Censo SUAS 2025)

COMO USAR ESSA REFERÊNCIA

No estado do Rio de Janeiro, **15 dos 86 CRAS de municípios de Pequeno II (17,4%) não têm psicólogo** na equipe; em todo o estado, são **65 dos 491 (13,2%)**. Se o seu município está nessa situação, esse dado não é por si só um problema de diagnóstico, mas é um **dado de capacidade instalada** que deve entrar na análise. A referência serve para comparar, não para condenar: o objetivo é saber se a unidade tem condições técnicas de responder ao território.

CRUZE SEMPRE CAPACIDADE X VULNERABILIDADE

Um CRAS com equipe completa situado no centro de uma área de baixa vulnerabilidade e um CRAS ocioso em área periférica de alta vulnerabilidade revelam situações opostas: **capacidade subutilizada** e **demanda reprimida**. O cruzamento entre CadSUAS/Censo SUAS (capacidade) e CadÚnico (vulnerabilidade) é o coração analítico do diagnóstico.

Os índices de desenvolvimento: ID-CRAS e ID-CREAS

O Censo SUAS alimenta ainda dois **indicadores-síntese** da capacidade instalada: o **ID-CRAS** e o **ID-CREAS**. Cada um reúne três dimensões — **estrutura física**, **serviços** (no CRAS, serviços e benefícios, com dados do RMA) e **recursos humanos** — em uma **nota de 1 a 5**, em que 1 é a situação mais distante do padrão de qualidade e 5 a que mais se aproxima dele. O cálculo é anual, por unidade, e os parâmetros são diferenciados pelo porte do município.

No diagnóstico, o valor do índice interessa menos do que a **dimensão que o puxa para baixo**: uma unidade com ID-CRAS 3 pode estar bem em estrutura e frágil em recursos humanos, e é essa diferença que orienta a decisão. Compare as unidades do município entre si e cada uma com a própria série — como o índice é anual, a evolução diz mais do que o retrato de um exercício. Duas advertências: o índice mede **a unidade**, não a equipe, e não serve para julgar trabalhadores; e ele depende do preenchimento do Censo SUAS, de modo que unidade sem registro aparece como ausência de dado, não como unidade frágil.

DE ONDE VÊM ESSES ÍNDICES

O **ID-CRAS** e o **ID-CREAS** são **Indicadores Nacionais de Monitoramento e Desenvolvimento do SUAS**, instituídos pela **Portaria SNAS nº 37/2018**, alterada pela Portaria nº 91/2022, e apurados pela Vigilância Socioassistencial federal. O ID-CRAS integra o cálculo do **IGD-SUAS**, que combina o

desempenho das unidades com a execução financeira: unidade sem Censo SUAS preenchido afeta o índice e, com ele, o repasse.

3.6 IBGE: os denominadores

O CadÚnico informa **quantas** famílias pobres existem em uma localidade; o IBGE informa **qual é a população total** daquele território. Sem o denominador, não há taxa; sem taxa, não há comparação entre localidades.

Duas precauções são decisivas: (i) **a unidade territorial precisa ser compatível** — localidades do CadÚnico raramente coincidem exatamente com bairros do IBGE, exigindo uma tabela de correspondência elaborada pela equipe; e (ii) **a referência temporal deve ser explícita** — declare sempre o ano do Censo e o mês de extração do CadÚnico, pois universos diferentes geram taxas enganosas.

Taxa de extrema pobreza (%) = (pessoas em extrema pobreza na localidade ÷ população total da localidade) × 100

CADÚNICO NÃO É CENSO

A taxa calculada com numerador do CadÚnico e denominador do IBGE é uma **taxa de referência para priorização**, não uma medida censitária de pobreza. Ela mistura duas fontes: o subregistro do CadÚnico pode subestimar a pobreza, e a população do Censo pode não coincidir com a área de abrangência. Nomeie o indicador com clareza (por exemplo, “taxa de referência de extrema pobreza”) e registre a metodologia.

3.7 Matriz de cruzamento: da pergunta ao indicador

Antes de abrir os sistemas, monte a matriz abaixo. Ela evita coletar dados sem propósito e garante que cada indicador tenha fonte rastreável.

Onde está concentrada a extrema pobreza?

Fonte: CadÚnico/CECAD + IBGE

Variáveis principais: fx_rfpc, vlr_renda_media_fam, nom_localidade_fam, cod_local_domic_fam

Indicador resultante: Taxa de referência de extrema pobreza por localidade

O cadastro do território está atualizado?

Fonte: CadÚnico/CECAD

Variáveis principais: dat_atual_fam, qtde_meses_desat_cat, cod_est_cadastral_fam

Indicador resultante: % de famílias com cadastro desatualizado há mais de 24 meses

A rede acompanha quem mais precisa?

Fonte: RMA + CadÚnico

Variáveis principais: A.1 do PAIF; famílias em extrema pobreza por área de abrangência

Indicador resultante: Cobertura do PAIF sobre as famílias em extrema pobreza (%)

A unidade tem condições de atender?

Fonte: CadSUAS / Censo SUAS

Variáveis principais: Equipe de referência (RH), infraestrutura, acessibilidade, veículos

Indicador resultante: Adequação da capacidade instalada

O território consegue acessar o serviço?

Fonte: Campo + IBGE + transporte

Variáveis principais: Tempo de deslocamento, grade do transporte, custo, distância

Indicador resultante: Tempo, custo e janela de permanência por deslocamento

Quadro: Matriz de cruzamento - pergunta, fontes, variáveis e indicador

3.8 Quadro de indicadores do diagnóstico

Os indicadores abaixo formam um conjunto mínimo recomendado para o diagnóstico socioterritorial de um município. Todos são calculáveis em planilha.

Taxa de referência de extrema pobreza

Fórmula: (pessoas em extrema pobreza na localidade ÷ população total da localidade) × 100

Leitura: Concentração da pobreza no território

Renda mediana per capita

Fórmula: mediana da renda per capita das famílias (d.vlr_renda_media_fam)

Leitura: Renda real da maioria das famílias

Índice de atualização cadastral

Fórmula: (famílias com atualização nos últimos 24 meses ÷ total de famílias) × 100

Leitura: Qualidade e segurança do cadastro

Cobertura do PAIF

Fórmula: (famílias em acompanhamento pelo PAIF na localidade ÷ famílias em extrema pobreza na localidade) × 100

Leitura: Resposta da proteção básica à demanda prioritária

Intensidade de atendimento

Fórmula: atendimentos particularizados no mês ÷ famílias cadastradas na área de abrangência

Leitura: Pressão de atendimento sobre a unidade

Tempo de acesso

Fórmula: tempo médio de deslocamento da localidade até o CRAS de referência (minutos)

Leitura: Barreira de mobilidade

Custo de acesso

Fórmula: (custo ida e volta + alimentação ÷ renda domiciliar per capita mensal) × 100

Leitura: Barreira econômica de acesso

Janela de permanência

Fórmula: horário de retorno do transporte - horário de chegada ao centro urbano (horas)

Leitura: Aprisionamento temporal imposto pelo transporte

Quadro: Indicadores essenciais e fórmulas

3.9 Roteiro prático de trabalho com dados em planilha

Todo o tratamento descrito a seguir pode ser feito no próprio editor de planilhas, sem necessidade de softwares de programação. Siga os passos na ordem.

1 · Extração

Acesse o CECAD 2.0 com o perfil municipal e faça o download da base de **famílias** e da base de **pessoas** em arquivos separados.

2 · Filtragem territorial

Aplique o filtro pelo código IBGE do município (`cd_ibge`) para delimitar a análise ao território de interesse.

3 · Classificação por faixa de renda

Selecione a variável de faixa de renda per capita e isole o público prioritário (extrema pobreza). Como apoio, aplique também o corte sobre a variável contínua de renda (`vlr_renda_media_fam`) com o valor vigente.

4 · Agrupamento por localidade

Crie uma **tabela dinâmica** na base de famílias, colocando a localidade (`nom_localidade_fam`) nas linhas e a **contagem de famílias** (por exemplo, contagem de `cod_familiar_fam`) nos valores.

5 · Contagem real de pessoas (junção de tabelas)

Para saber quantas pessoas vivem em cada localidade, **junte** a base de pessoas à base de famílias, puxando a localidade para cada indivíduo.

PROCV / PROCX (VLOOKUP / XLOOKUP)

Como fazer: Na base de pessoas, crie uma coluna que busque a localidade da família usando `cod_familiar_fam` como chave comum.

Quando usar: Bases pequenas e médias; solução mais simples.

OU

Modelo de Dados (Relacionamento)

Como fazer: Importe as duas tabelas no Modelo de Dados e crie um relacionamento **de 1 para muitos** entre `famílias.cod_familiar_fam` e `pessoas.cod_familiar_fam`; depois monte a tabela dinâmica a partir do Modelo.

Quando usar: Bases grandes; mais robusto e mais rápido.

Quadro: Junção das bases de famílias e pessoas - duas rotas possíveis

NUNCA CONTE MORADORES PELO CAMPO DECLARADO

Jamais utilize o campo declarado de quantidade de moradores no domicílio (`qtd_pessoas_domic_fam`) para estimar a população de um território. Esse campo apresenta inconsistências operacionais frequentes em cadastros desatualizados. A contagem real de indivíduos deve ser feita pela **junção entre a base de pessoas e a base de famílias**, contando os registros da base de pessoas agrupados pela localidade.

FECHAMENTO DA PARTE III

Você agora dispõe das fontes, dos dicionários e do roteiro de tratamento. O passo seguinte é **projetar geograficamente** as vulnerabilidades sobre o espaço do município, transformando planilhas em mapas que qualquer pessoa, inclusive o Conselho, consiga ler.

Parte IV - Território: espacialização e acessibilidade

Depois de organizar os dados, o passo seguinte é projetá-los sobre o espaço. Esta parte percorre o caminho completo. Começa pelo **território como ponto de partida**: por que ele é a unidade de análise da política e o que a Vigilância enxerga quando lê o lugar em vez de apenas contá-lo. Passa pelo **mapa da rede**, pela **espacialização em três níveis** e pela medida da **acessibilidade** — o tempo, o custo e a janela de permanência que separam a família do serviço. Termina na **Matriz de Priorização Territorial**, que transforma indicadores dispersos em uma ordem de prioridade defensável.

4.1 O território como ponto de partida

A Vigilância Socioassistencial não começa num formulário nem num sistema: começa no lugar onde as pessoas vivem. É no território que as relações sociais se realizam, que as vulnerabilidades aparecem no cotidiano e que as famílias conseguem, ou não, acessar o apoio de que precisam. Ler esse lugar — e não apenas contá-lo — é o que permite que as ofertas do SUAS cheguem ao lugar certo, no momento oportuno.

Essa precedência não é escolha metodológica. A LOAS fala em analisar **territorialmente** a capacidade protetiva das famílias, e a NOB/SUAS 2012 mantém a leitura do território no centro da Vigilância; os dispositivos estão reunidos no item 1.2. Ler o território, portanto, é atribuição prevista em lei.

Território e territorialização

Duas palavras atravessam toda a trajetória da Assistência Social — **descentralização** e **territorialização** — e a rotina as usa o tempo todo sem distinguir uma da outra.

Território

O que indica: Espaço vivo e contraditório, onde as relações sociais se concretizam e onde riscos, vulnerabilidades e capacidades protetivas das famílias se manifestam.

Territorialização

O que indica: Processo metodológico de dividir, ler e analisar a realidade social considerando a geografia e o contexto local das demandas e das ofertas.

Vazio de cobertura

O que indica: Ausência ou insuficiência de serviços e equipamentos do SUAS em áreas com alta concentração de vulnerabilidade.

Quadro: Território e territorialização: o que cada termo indica

A consequência prática é direta: o território é a **unidade de análise** da política, e não apenas o cenário em que ela acontece. Um indicador municipal médio pode esconder, ao mesmo tempo, um bairro bem atendido e outro sem nenhuma oferta — e é justamente essa diferença que a territorialização revela.

Da atuação reativa à atuação proativa

A gestão tradicional costuma intervir depois que a violação de direitos já aconteceu. A Vigilância muda esse tempo: antecipa. Se a Assistência Social fosse um corpo, a Vigilância seria o olhar que observa e lê todo o território e a bússola que orienta o planejamento.

ATUAÇÃO TRADICIONAL (REATIVA)		ATUAÇÃO COM VIGILÂNCIA (PROATIVA)
Lógica de apagar incêndios e resposta pontual à crise	→	**Ação preventiva e antecipada, com mapeamento contínuo de riscos**
Desconhecimento da cobertura da rede	→	**Identificação dos vazios de oferta**
Oferta padronizada, sem contexto	→	**Oferta adaptada à realidade local**

Quadro: Dois modos de agir

Vale lembrar o que a Vigilância não faz: ela não atende o público de ponta. Seu trabalho é nos bastidores — transformar dado em mapa, estatística e análise para qualificar quem atende. O ganho aparece em pelo menos cinco frentes:

- **Supera o "apagar incêndios"**, deslocando o foco da gestão para a prevenção e o planejamento estruturado.
- **Antecipa riscos**, revelando vulnerabilidades antes que as violações de direitos se agravem.
- **Revela vazios de cobertura**, apontando localidades sem CRAS ou sem serviço comunitário efetivo.
- **Baseia a decisão em evidências**, sustentando a alocação de recursos e a expansão da rede onde a necessidade é real.
- **Qualifica o trabalho social**, devolvendo à ponta análises que tornam o atendimento mais preciso.

As perguntas que o território responde

A leitura territorial se organiza em torno de três dimensões que se cruzam — a oferta, a demanda e os riscos. As perguntas são simples de enunciar e exigem método para responder.

Oferta

Perguntas que se fazem: Quais serviços, programas e benefícios existem no município? Qual é o volume dessas ofertas? Onde e como são disponibilizadas? Para quem se dirigem? As ofertas alcançam quem realmente necessita e nos locais adequados? Qual é o padrão de qualidade e a estrutura física? Existem vazios de cobertura territorial?

Demanda

Perguntas que se fazem: Quantos e onde estão os indivíduos e as famílias que precisam de proteção? Quem são — perfil por idade, raça/cor, gênero, pessoas com deficiência, povos indígenas e quilombolas, renda e trabalho? Quais são suas necessidades de proteção social?

Riscos
Perguntas que se fazem: A que riscos estão sujeitas essas famílias: naturais e ambientais (enchentes, secas, deslizamentos), do ciclo de vida (infância, maternidade, velhice) e sociais (violências, discriminação, desemprego, pobreza e extrema pobreza)?

Quadro: Perguntas da Vigilância, por dimensão

A PERGUNTA QUE RESUME O TRABALHO

Duas perguntas costumam revelar como anda a Vigilância em um município: **conseguimos dizer, hoje, quais são os três bairros de maior concentração de pobreza e vulnerabilidade?** e **nossas ofertas — CRAS, equipes e serviços — estão alocadas exatamente nesses lugares?** Se a resposta à segunda depende de sorte, ainda há trabalho de cruzamento a fazer.

A demanda potencial e o exemplo do SCFV

A **demanda potencial** — definida no item 1.3 como o volume agregado das necessidades de proteção que cabem à Assistência Social — é sempre estimada em referência a um serviço ou benefício específico, porque demanda genérica não orienta oferta nenhuma. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) mostra como essa estimativa se constrói: a demanda potencial do serviço, em um território, reúne as crianças e os adolescentes:

- em situação de trabalho infantil;
- de famílias em situação de pobreza;
- que não estão em escola de tempo integral;
- que residem em territórios com altos índices de violência;
- e que permanecem parte do dia sem a companhia de um adulto.

Cada condição não é uma lista à parte: elas se combinam. É a interseção entre elas que aproxima o número da realidade do serviço — e mostra onde a vaga disponível está longe de quem precisa dela.

4.2 Mapa da Rede Socioassistencial e Intersetorial

A Vigilância Socioassistencial deve elaborar relatório com o **georreferenciamento** das unidades: 1) públicas e privadas da **rede referenciada**, isto é, da rede de proteção social da Assistência Social; e 2) públicas e privadas de **outras políticas públicas** que possam auxiliar no desenvolvimento da capacidade protetiva das famílias, como escolas, equipes de Saúde da Família, núcleos de inclusão produtiva, conselhos tutelares, entre outros.

O SUAS reconhece os CRAS e os CREAS como equipamentos capazes de organizar e listar um cardápio de serviços e apresentá-lo ao cidadão, possibilitando a este caminhar dentro da série de equipamentos, serviços, benefícios e políticas existentes em seu território. Reconhece, também, que não é de sua responsabilidade enfrentar todas as situações de vulnerabilidade de uma família, mas coloca sobre os profissionais de suas unidades o encargo de **encaminhar seus usuários para a rede de políticas públicas** a fim de minimizá-las. Para empreender tais tarefas, o CRAS e o CREAS devem conhecer e se articular com os atores que formam a rede de serviços

de proteção social — entendida aqui como a rede setorial da Assistência Social e a rede intersetorial de outras políticas sociais em seu território. Dessa forma, a Vigilância deve **apoiar as unidades na efetivação da articulação com a rede**.

Tal georreferenciamento **não precisa ser executado com softwares específicos**. O importante é a clareza da localização das unidades que podem, direta ou indiretamente, efetivar os direitos sociais dos usuários. Além disso, é de responsabilidade da Vigilância a **gestão e a alimentação** dos sistemas de informação que provêm dados sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados, quando estes não forem específicos de um programa, serviço ou benefício — por exemplo, a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial no CadSUAS.

Rede referenciada da Assistência Social

O que mapear: CRAS, CREAS, Centro POP, unidades de acolhimento, Centros de Convivência, entidades e organizações da sociedade civil que ofertam serviços do SUAS.

Para que serve: Identificar a oferta socioassistencial e sua distribuição no território.

Rede intersetorial (demais políticas)

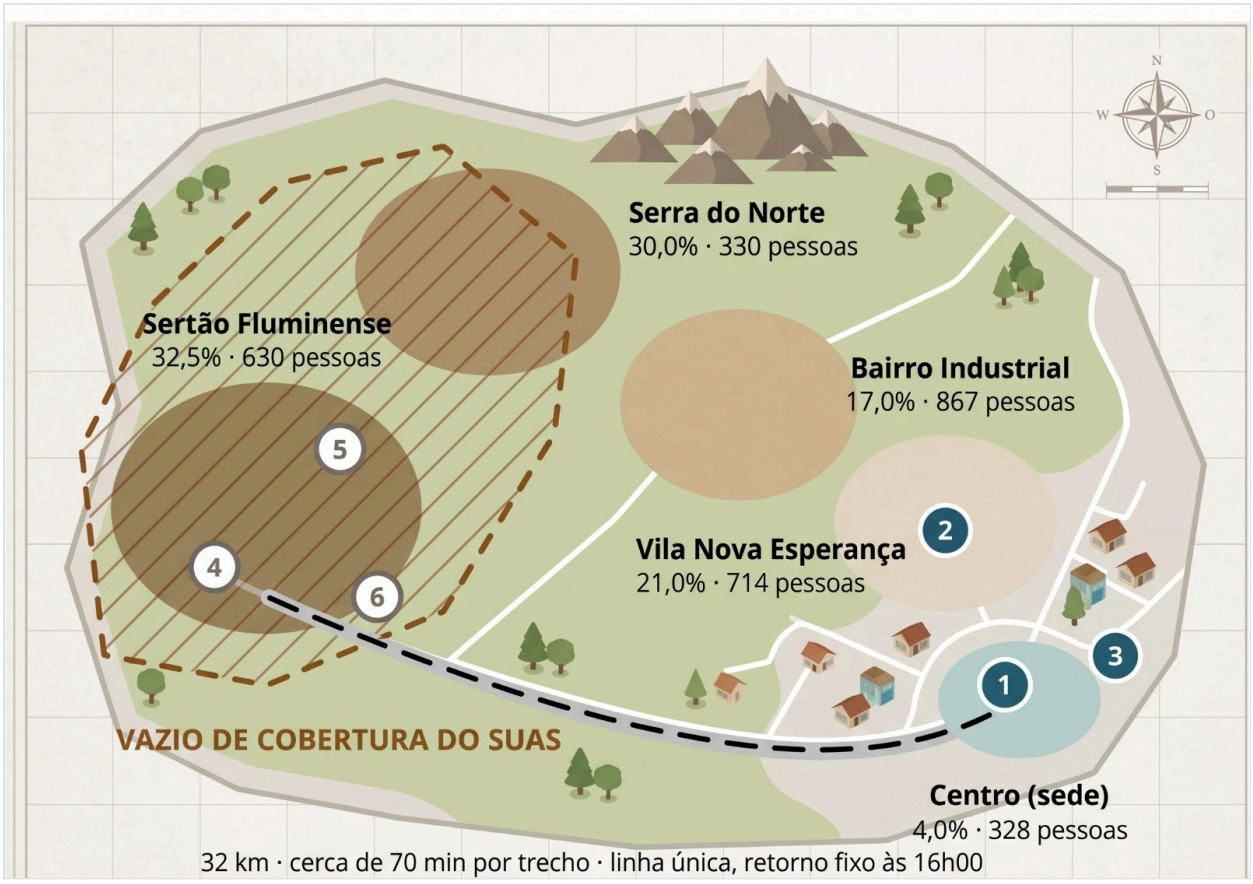
O que mapear: Escolas, Unidades/Equipes de Saúde da Família, serviços de saúde mental (CAPS), núcleos de inclusão produtiva, Conselho Tutelar, Justiça, programas de educação em horário integral.

Para que serve: Identificar as **retaguardas** e os pontos de apoio para encaminhamento e articulação.

Quadro: Dois conjuntos de camadas do mapa da rede

CAMADA QUE REVELA O VAZIO DE COBERTURA

Ao sobrepor o mapa da rede ao mapa das vulnerabilidades, o produto mais valioso costuma ser o **vazio**: comunidades com alta concentração de pobreza onde não há nenhum equipamento — nem CRAS, nem escola, nem unidade de saúde. Esse vazio é, em si, um achado de diagnóstico e um argumento para o reordenamento.



Vazio de cobertura do SUAS: nenhuma unidade na área rural, embora ela concentre a maior pobreza.

● Unidade do SUAS: 1 CRAS Fluminense 1 · 2 CRAS Fluminense 2 · 3 CREAS Jardim Fluminense

○ Ponto de apoio intersetorial: 4 Escola do Campo · 5 Posto de Saúde · 6 Equipe de Saúde da Família / ACS

Figura: Mapa da rede em duas camadas, como o item 4.4 propõe para o Google My Maps: os equipamentos e as manchas de vulnerabilidade. O produto mais valioso é o vazio — a área rural concentra a maior pobreza e não tem unidade do SUAS, mas tem escola e posto de saúde, que são justamente os pontos de apoio de que a equipe volante precisa.

4.3 Nível 1 (básico) - Planilha e dados demográficos do IBGE

No nível mais elementar, tudo se resolve com a planilha eletrônica:

1 · Agrupar por localidade

Reúna as **pessoas** cadastradas por localidade (`nom_localidade_fam`), obtidas pela junção das bases.

2 · Cruzar com o Censo do IBGE

Cruze o número de pessoas em extrema pobreza do CadÚnico com a **população total** da localidade obtida no Censo do IBGE.

3 · Calcular a taxa de referência

Calcule a taxa de referência de extrema pobreza de cada localidade.

Taxa de referência de extrema pobreza (%) = (pessoas em extrema pobreza ÷ população total da localidade) × 100

O resultado é um **ranking** de localidades por concentração de vulnerabilidade — insumo imediato para priorizar a busca ativa e a agenda de visitas. O exemplo abaixo usa o município ilustrativo da Parte V, para que este mesmo quadro possa ser reconhecido na análise completa do caso.

Sertão Fluminense (rural)	**32,5**	1º
População total: 1.940 · Pessoas em extrema pobreza: 630		
Serra do Norte (rural)	**30,0**	2º
População total: 1.100 · Pessoas em extrema pobreza: 330		
Vila Nova Esperança (periferia)	**21,0**	3º
População total: 3.400 · Pessoas em extrema pobreza: 714		
Bairro Industrial (periferia)	**17,0**	4º
População total: 5.100 · Pessoas em extrema pobreza: 867		
Centro (sede)	**4,0**	5º
População total: 8.200 · Pessoas em extrema pobreza: 328		

Quadro: Exemplo de ranking produzido no Nível 1 (dados ilustrativos)

4.4 Nível 2 (intermediário) - Google My Maps

O segundo nível utiliza uma ferramenta pública e gratuita de mapeamento visual. O procedimento tem quatro passos.

1 · Prepare a planilha

Organize as colunas: nome da localidade, endereço completo ou CEP, coordenadas (latitude e longitude), total de famílias em extrema pobreza e CRAS de referência. Inclua a sigla do estado nos nomes (por exemplo, “Sertão Fluminense, Jardim Fluminense - RJ”) para evitar erros de localização.

2 · Exporte

Salve o arquivo em formato `.csv` ou `.xlsx`.

3 · Importe

Abra o Google My Maps com uma conta Google, crie um novo mapa, selecione “Importar” e indique o arquivo.

4 · Sobreponha as camadas

Crie ao menos duas camadas: **Camada A - equipamentos** (pontos dos prédios de CRAS e CREAS) e **Camada B - vulnerabilidade** (manchas ou pontos das comunidades com maior concentração de extrema pobreza).

A análise visual revela de imediato **vazios de cobertura**, barreiras geográficas (rios, rodovias, serras) e distâncias excessivas entre a residência do usuário e a unidade socioassistencial.

UM MAPA QUE CABE NA REUNIÃO

Prefira poucos elementos muito legíveis a muitos elementos confusos. Duas camadas, cores contrastantes e uma legenda simples comunicam mais — inclusive ao CMAS e ao Ministério Público — do que um mapa com dezenas de símbolos.

4.5 Nível 3 (avançado) - Setores censitários e QGIS

O nível avançado utiliza software livre de geoprocessamento:

1 · Relacionar setor e cadastro
Relacione o **código do setor censitário** do IBGE aos dados do CadÚnico.

2 · Unir a tabela à malha
No QGIS, realize a **união vetorial** entre a tabela tratada e a malha de setores censitários (arquivos `.shp`).

3 · Gerar o mapa coroplético
Gere um **mapa coroplético** (mapa de gradiente), atribuindo tonalidades mais escuras aos setores com maior concentração de extrema pobreza.

LEITURA DE UM MAPA COROPLÉTICO

Setor 001 - Centro ..... tom claro (baixa pobreza: 12%)
Setor 002 - Periferia urbana ... tom médio (média pobreza: 35%)
Setor 003 - Zona rural ..... tom escuro (alta pobreza: 68%)
A leitura é imediata: **a vulnerabilidade se adensa onde a malha urbana termina e a estrada vira caminho de terra**. É esse tipo de evidência que sustenta o pedido de reordenamento.

A espacialização fortalece decisivamente o argumento técnico da gestão perante órgãos de fiscalização e controle social, além de orientar a logística de deslocamento das equipes de campo, otimizando tempo, combustível e roteiros de visitação domiciliar.

4.6 Acessibilidade: o tempo, o custo e a janela de permanência

Há um tipo de barreira que os mapas tradicionais não mostram: a barreira **temporal e econômica** do deslocamento. Duas comunidades podem estar à mesma distância em quilômetros e ter realidades de acesso completamente diferentes. Para captar isso, recomenda-se medir três grandezas por localidade.

Tempo de acesso

Como medir: Tempo real de deslocamento porta a porta até o CRAS de referência, no horário em que o serviço funciona (minutos)

O que revela: Barreira de mobilidade e desalinhamento entre transporte e funcionamento do serviço

Custo de acesso

Como medir: Valor da passagem de ida e volta + alimentação obrigatória no dia do atendimento

O que revela: Barreira econômica que pode inviabilizar o acesso mesmo havendo o serviço

Janela de permanência

Como medir: Horário do último retorno disponível no dia menos o horário de chegada ao centro urbano

O que revela: Tempo forçado de espera imposto pela grade do transporte público

Quadro: Grandezas de acessibilidade e o que cada uma revela

Custo de acesso (%) = (transporte ida e volta + alimentação) ÷ renda domiciliar per capita mensal × 100

A "JANELA DE PERMANÊNCIA" É UMA BARREIRA INVISÍVEL

Quando a única linha de ônibus chega às 07h10 e retorna às 16h00, o morador é obrigado a permanecer **cerca de 9 horas** na cidade para resolver um atendimento de 30 minutos. Esse tempo forçado gera custo com alimentação, perda integral do dia de trabalho informal e desgaste físico. Medir a janela de permanência transforma uma queixa difusa ("é longe") em um **dado objetivo de gestão**.

4.7 Matriz de Priorização Territorial (MPT)

Para transformar vários indicadores dispersos em uma **ordem de prioridade clara e defensável**, propõe-se a Matriz de Priorização Territorial. Cada localidade é pontuada de 0 a 3 em seis critérios, que recebem pesos conforme sua importância para a proteção social básica. A pontuação final varia de 0 a 30.

C1	**Concentração de extrema pobreza (taxa na localidade)**			PESO **2,0**
0 PONTO	**1 PONTO**	**2 PONTOS**	**3 PONTOS**	
Abaixo de 5%	5% a 9,9%	10% a 19,9%	20% ou mais	
C2	**Volume absoluto de pessoas em extrema pobreza**			PESO **2,0**
0 PONTO	**1 PONTO**	**2 PONTOS**	**3 PONTOS**	
Menos de 200	200 a 499	500 a 999	1.000 ou mais	
C3	**Cobertura do PAIF sobre as famílias em extrema pobreza**			PESO **2,0**
0 PONTO	**1 PONTO**	**2 PONTOS**	**3 PONTOS**	
40% ou mais	20% a 39,9%	5% a 19,9%	Abaixo de 5%	
C4	**Tempo de deslocamento até o CRAS de referência**			PESO **1,5**
0 PONTO	**1 PONTO**	**2 PONTOS**	**3 PONTOS**	
Até 15 min	16 a 30 min	31 a 60 min	Mais de 60 min	
C5	**Custo de acesso (% da renda per capita mediana)**			PESO **1,5**
0 PONTO	**1 PONTO**	**2 PONTOS**	**3 PONTOS**	
Abaixo de 2%	2% a 4,9%	5% a 9,9%	10% ou mais	
C6	**Fragilidade cadastral (% de cadastros desatualizados há mais de 24 meses)**			PESO **1,0**
0 PONTO	**1 PONTO**	**2 PONTOS**	**3 PONTOS**	
Abaixo de 15%	15% a 24,9%	25% a 39,9%	40% ou mais	

Quadro: Critérios, pesos e regras de pontuação da MPT

Pontuação final = (critério 1 × 2,0) + (critério 2 × 2,0) + ... + (critério 6 × 1,0) [máximo 30 pontos]

0 A 9,9

Baixa prioridade

Monitoramento periódico

10 A 19,9

Média prioridade

Ações de busca ativa e qualificação da oferta regular

20 A 30

Alta prioridade

Diagnóstico aprofundado, plano de ação específico e decisão de reordenamento

Quadro: Faixas de classificação da prioridade

POR QUE USAR UMA MATRIZ

A MPT evita dois problemas comuns: (i) decidir prioridades por **percepção** ou por pressão política, e (ii) priorizar apenas pelo **volume absoluto** de pobres, ignorando territórios pequenos onde a concentração relativa — e a barreira de acesso — é muito maior. Ao combinar concentração, volume, cobertura, tempo, custo e fragilidade cadastral, a matriz produz uma prioridade **auditável**.

O QUE O CICLO DEIXA PARA A PARTE V

O ciclo do dado à ação só se fecha quando a análise volta para quem atende, e dele costumam sair três decisões: o **reforço de equipes** nos territórios de maior concentração de vulnerabilidade, a criação de **unidades satélites** ou pontos de atendimento nos bairros mais distantes e populosos e a **busca ativa** focalizada nos territórios onde a demanda não chega espontaneamente ao serviço. A Parte V percorre um ciclo completo e mostra como o cruzamento entre demanda e oferta sustenta uma decisão de gestão.

Parte V - Estudo de caso: Jardim Fluminense e o Sertão Fluminense

Esta parte aplica, do início ao fim, o método apresentado nas Partes I a IV. O município de **Jardim Fluminense** e a comunidade rural **Sertão Fluminense** são **fictícios e construídos para fins didáticos**; os números servem para demonstrar o raciocínio diagnóstico e a passagem dos dados à decisão de gestão.

A explicação que se segue foi organizada da mesma forma que se recomenda que o diagnóstico seja apresentado: primeiro **situamos o município e a rede**; em seguida, **lemos o território** e suas barreiras de acesso; depois, **apresentamos os dados segundo os cinco blocos** sugeridos no item 3.1; e, somente então, formulamos a **decisão de gestão**. A intenção não é descrever um caso real, e sim mostrar como o raciocínio de um diagnóstico socioterritorial se organiza — e como ele sustenta uma decisão que, de outro modo, seria tomada por percepção.

> **O QUE O CASO DEMONSTRA**
> Como um diagnóstico socioterritorial bem feito **desmonta uma falsa premissa de gestão** (“não há demanda nessa comunidade”) e sustenta uma decisão de reordenamento **sem custo de obra**, com base no que a própria NOB-RH/SUAS prevê para territórios de difícil acesso.

5.1 O município, a rede e a capacidade de referenciamento

Antes de qualquer análise de vulnerabilidade, o primeiro procedimento recomendado é situar o município e **verificar a capacidade de referenciamento** de cada unidade. Esse cuidado evita o erro de tratar um problema de acesso como se fosse um problema de infraestrutura — ou o inverso.

Porte populacional **Informação:** Pequeno II (entre 20.001 e 50.000 habitantes)	**População total (referência)** **Informação:** 34.820 habitantes
Território **Informação:** Vasta extensão territorial, com forte presença de zona rural e comunidades de difícil acesso	**Rede de proteção básica** **Informação:** CRAS Fluminense 1 (sede urbana) e CRAS Fluminense 2 (bairro urbano consolidado)
Rede de proteção especial **Informação:** CREAS Jardim Fluminense	**Vigilância Socioassistencial** **Informação:** Coordenadoria estruturada, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social

Quadro: Perfil de Jardim Fluminense (dados do exemplo)

A rede de Jardim Fluminense é composta por dois CRAS e um CREAS. Como o município é de Pequeno Porte II, o parâmetro da NOB-RH/SUAS é de até 3.500 famílias referenciadas por CRAS. O cruzamento entre as famílias efetivamente referenciadas e esse parâmetro revela o seguinte quadro.

CRAS Fluminense 1

Territórios referenciados: Sede/sudoeste e zona rural (Sertão Fluminense e Serra do Norte)

Famílias referenciadas: 3.400

Parâmetro NOB-RH (Pequeno Porte II): Até 3.500 famílias

Situação: 97% do limite

CRAS Fluminense 2

Territórios referenciados: Zona norte e bairro industrial consolidado

Famílias referenciadas: 3.180

Parâmetro NOB-RH (Pequeno Porte II): Até 3.500 famílias

Situação: 91% do limite

Quadro: Rede de proteção básica: famílias referenciadas e parâmetro da NOB-RH/SUAS (dados do exemplo)

A leitura é decisiva: o CRAS Fluminense 1 referencia **3.400 famílias — 97% do limite** previsto para municípios de Pequeno Porte II. Não se trata, portanto, de uma unidade com folga para absorver, sem impacto, a itinerância em uma área rural de 32 km. É exatamente o cenário descrito pela NOB-RH/SUAS: município com extensão territorial, isolamento e área rural de difícil acesso, em que **podem ser compostas, além das equipes de referência, outras equipes para atender a essa especificidade** — a equipe volante.

Diante disso, a gestão municipal vinha avaliando a possibilidade de construir um **novo CRAS** para atender a zona rural. A pergunta orientadora do diagnóstico passou a ser, então: **“a ausência de atendimento na zona rural decorre da falta de uma unidade física — ou de uma barreira de acesso, cuja resposta é a equipe volante?”**. Essa é uma pergunta de **reordenamento da rede**, e a resposta alterou completamente o encaminhamento.

5.2 O território focado: a barreira de acesso

A comunidade rural **Sertão Fluminense** situa-se a **32 km** da sede urbana. O território caracteriza-se por severo isolamento geográfico, vias de acesso não pavimentadas e extrema escassez de transporte coletivo. Esses elementos não são “detalhes” de campo: são **variáveis do diagnóstico**, porque explicam o comportamento dos indicadores de cobertura que serão apresentados mais adiante.

Distância até a sede

Situação encontrada: 32 km

Condição das vias

Situação encontrada: Acesso não pavimentado, com trechos de estrada de terra

Transporte coletivo

Situação encontrada: Linha única: chegada à sede às 06h00 (por volta de 07h10 na cidade) e retorno fixo às 16h00

Tempo de acesso

Situação encontrada: Aproximadamente 70 minutos por trecho

Custo de acesso

Situação encontrada: Passagem ida e volta R$ 24,80 + alimentação estimada R$ 25,00 = **R$ 49,80 por deslocamento**

Janela de permanência

Situação encontrada: Cerca de **8h50** de espera obrigatória na cidade para cada diligência

Quadro: Perfil de acesso do Sertão Fluminense

Essa grade horária impõe às famílias uma **janela de permanência** perversa: ao se deslocar para o centro para solicitar atendimento no CRAS, o morador é obrigado a permanecer na sede durante quase nove horas — com o custo do dia e a perda integral de uma jornada de trabalho informal. O transporte coletivo deixa de ser apenas um serviço e passa a configurar uma **barreira de acesso**.

O CÁLCULO, PASSO A PASSO

Passagem: R$ 12,40 (ida) + R$ 12,40 (volta) = R$ 24,80
Alimentação obrigatória no dia: R$ 25,00
Custo total do deslocamento: **R$ 49,80**
Renda domiciliar per capita mediana na comunidade: R$ 366,00
Custo de acesso = (49,80 ÷ 366,00) × 100 = **13,6%**
Janela de permanência = 16h00 - 07h10 = **8h50**

5.3 A execução do ciclo diagnóstico

O trabalho seguiu o ciclo de sete semanas descrito na Parte II. Vale registrar as decisões tomadas em cada etapa, porque elas mostram que o diagnóstico não é um exercício de gabinete: parte dele se faz **no território**.

SEMANA 1 · Alinhamento e escopo

A Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial formalizou a equipe, checou os acessos ao CECAD 2.0, RMA e CadSUAS, e definiu a pergunta orientadora sobre reordenamento da rede.

SEMANAS 2 E 3 · Coleta

Extração da base do CadÚnico (famílias e pessoas) do município; consolidação dos RMA dos CRAS e do CREAS; consulta ao CadSUAS/Censo SUAS; e **trabalho de campo** para medir tempo, custo e grade do transporte.

SEMANAS 4 E 5 · Análise

Junção das bases de pessoas e famílias; tabelas dinâmicas por localidade; cálculo dos indicadores; aplicação da MPT; espacialização no Google My Maps com duas camadas (equipamentos e vulnerabilidade); redação da minuta.

SEMANA 6 · Validação

Roda de conversa com as equipes do CRAS e do CREAS e escuta das lideranças comunitárias; apresentação da proposta ao CMAS.

SEMANA 7 · Publicação

Emissão do relatório final e incorporação das diretrizes ao PMAS e ao ciclo orçamentário.

5.4 Apresentação dos dados: os cinco blocos aplicados ao caso

Apresentamos agora os dados do diagnóstico na ordem sugerida no item 3.1. A sequência não é neutra: ela conduz o leitor do contexto para a demanda, da demanda para a oferta e, por fim, ao encontro — ou desencontro — entre ambas. É nesse último bloco que o diagnóstico se converte em argumento.

Bloco 1 - Variáveis e indicadores de contexto

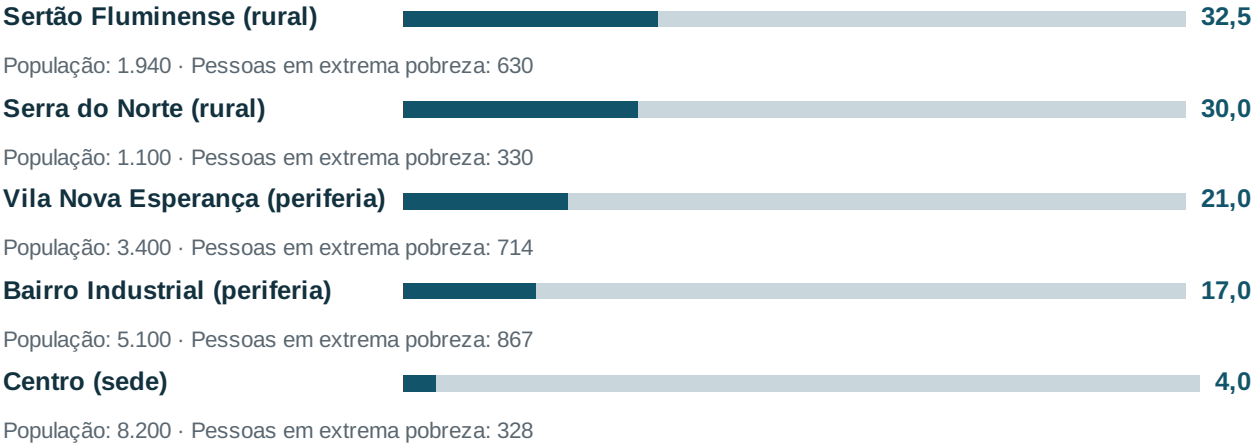
Este bloco tem por objetivo apresentar, de modo **muito sintético**, as condições gerais de desenvolvimento econômico e social do município — demografia, educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbana, economia e meio ambiente. A recomendação é que ele **não ocupe mais que 25% do documento**, já que sua função é situar o leitor, e não explicar a política de Assistência Social.

No caso de Jardim Fluminense, os elementos de contexto são exatamente os já apresentados no item 5.1: um município de Pequeno Porte II, com 34.820 habitantes e vasta extensão territorial, com forte presença de zona rural e comunidades de difícil acesso. Dois desses elementos importam diretamente ao diagnóstico e por isso merecem destaque: a **extensão territorial com presença rural significativa** — que cria a possibilidade de vazios de cobertura — e a **desigualdade interna de renda**, cuja demonstração cabe ao bloco seguinte. Os demais indicadores de contexto (economia, escolaridade média, saneamento) foram mantidos em síntese, conforme a recomendação de parcimônia.

Bloco 2 - Variáveis e indicadores de demanda potencial

O segundo bloco tem por objetivo apresentar uma referência numérica que possa ser utilizada como **proxy da demanda potencial** — ou como dimensionamento do público-alvo — para cada serviço e benefício do SUAS no território. Devem ser considerados todos os Serviços Socioassistenciais Tipificados, os Benefícios Eventuais, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o benefício pago pelo Programa Bolsa Família.

A principal fonte para esse dimensionamento é o **Cadastro Único**. Ao tabular as famílias em situação de extrema pobreza por localidade e compará-las com a população total de cada território, obtém-se a taxa de referência de extrema pobreza — que expressa a **concentração** da demanda potencial no espaço.



Quadro: Concentração de extrema pobreza por localidade (dados do exemplo)

O resultado já indica o caminho — é o mesmo ranking esboçado no item 4.3: **32,5% da população do Sertão Fluminense** encontra-se em extrema pobreza, a maior concentração do município. Mas a concentração relativa, isoladamente, ainda não diz tudo. É necessário também descrever a **distância socioeconômica** entre o território rural e a sede, o que se faz comparando a renda mediana per capita de cada um.



Leitura: Perfil socioeconômico mais favorável



Leitura: Extrema pobreza concentrada no território rural desassistido

Quadro: Renda mediana per capita - sede x comunidade rural

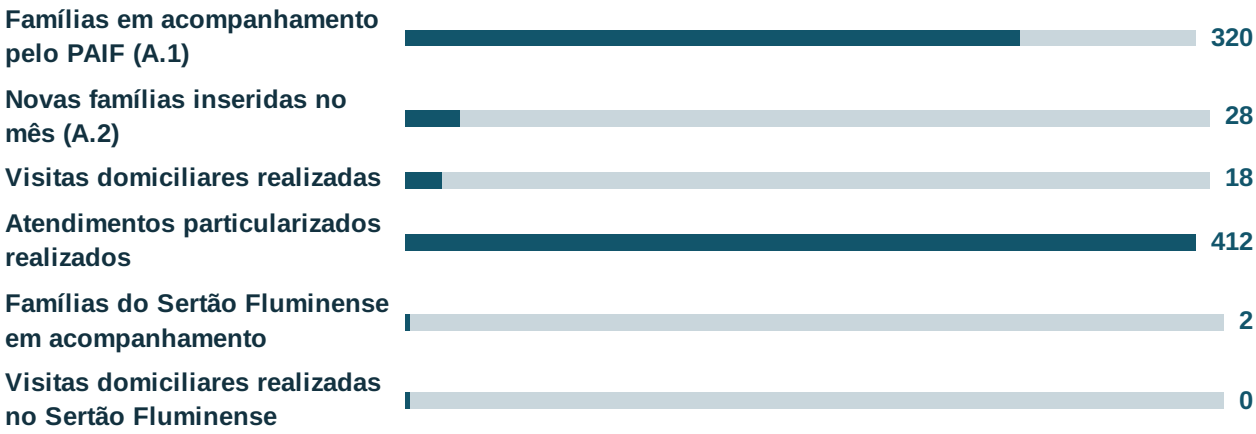
> **MÉDIA X MEDIANA, NA PRÁTICA**
> Se a equipe tivesse reportado apenas a **média** municipal de renda, o Sertão Fluminense desapareceria na paisagem. A **mediana por localidade** foi o que tornou o contraste visível — e defensável. Sempre desça ao nível da localidade.

Há ainda uma dimensão do Bloco 2 que frequentemente passa despercebida: a **fragilidade cadastral**. Das 210 famílias em extrema pobreza do Sertão Fluminense, **95 (45%)** tinham cadastro desatualizado há mais de dois anos. Esse dado é, ao mesmo tempo, um indicador de demanda — porque famílias com cadastro irregular têm risco de perder benefícios como o Bolsa Família e o BPC — e um indicador de qualidade da informação, que conecta este bloco à macroatividade de gestão dos registros.

Bloco 3 - Variáveis e indicadores da estrutura de oferta dos serviços e benefícios

O terceiro bloco tem por objetivo apresentar, por meio de dados quantitativos, informações sobre a **existência (ou não) de oferta** de cada um dos serviços tipificados e benefícios do SUAS no território, bem como caracterizar o **volume de oferta e/ou a capacidade instalada** — incluindo, quando possível, indicadores de qualidade da oferta e a existência e o volume de financiamento federal.

Para dimensionar o volume da oferta, a fonte principal é o **RMA**, que registra a produção efetiva da unidade. Para dimensionar a capacidade instalada, recorremos ao **CadSUAS/Censo SUAS** e ao **parâmetro legal da NOB-RH/SUAS**. Os dois olhares são complementares: um mede o que a unidade produz; o outro, o que ela tem para produzir.



Quadro: RMA do CRAS Fluminense 1 - produção do mês de referência (dados do exemplo)

A leitura da oferta revela um contraste que só aparece quando o RMA é desagregado por território: o CRAS Fluminense 1 tinha **2 famílias em acompanhamento pelo PAIF** na comunidade rural — num universo de 210 famílias em extrema pobreza —, e sua produção se concentrava nos bairros do entorno urbano do próprio prédio.

Caberia, então, a pergunta seguinte: a unidade não atende por falta de equipe? O confronto com o parâmetro legal responde.

Item	CRAS Fluminense 1	Parâmetro NOB-RH (Pequeno Porte II)	Mediana RJ - Pequeno II (Censo SUAS 2025)
Coordenação (nível superior)	1	1 (obrigatório em qualquer porte)	1
Técnicos de nível superior	4 (3 assistentes sociais + 1 psicólogo)	Mínimo de 3 (2 assistentes sociais + preferencialmente 1 psicólogo)	4
Técnicos de nível médio	4	Mínimo de 3	-
Trabalhadores no total	12	-	11
Famílias referenciadas	3.400	Até 3.500	-
Equipe volante (deslocamento em territórios extensos ou isolados)	Não possui	Instrumento previsto para territórios com extensão, isolamento e áreas rurais de difícil acesso	-

Quadro: CRAS Fluminense 1 x parâmetro legal da NOB-RH/SUAS e referência estadual

Conclui-se que **o problema não era falta de equipe de referência nem falta de demanda — era a ausência de uma estratégia de acesso**. A unidade dispunha de equipe **acima do mínimo legal**, mas não possuía **equipe volante** (Censo SUAS, item q40), embora referenciasse vasta área rural.

Bloco 4 - Variáveis e indicadores da oferta das demais políticas públicas

O quarto bloco apresenta, por dados numéricos e categóricos, as demais ofertas que, embora não integrem as ações de Assistência Social, constituem **"retaguardas" ou pontos de apoio indispensáveis** à dimensão intersetorial da atenção aos usuários. Aqui interessam exclusivamente os **pontos de contato e de complementaridade**: Justiça, serviços de saúde mental, Equipes/Unidades de Saúde da Família, programas de educação em horário integral, entre outros.

No Sertão Fluminense, esse levantamento teve um efeito prático imediato: identificou a **infraestrutura já existente na própria comunidade** que poderia servir de base ao atendimento socioassistencial descentralizado, dispensando qualquer obra.

✓ SIM **Escola do Campo** Ponto de apoio para o atendimento itinerante	✓ SIM **Posto de Saúde local** Ponto de apoio e referência para o compartilhamento de informações
✓ SIM **Equipe de Saúde da Família / Agentes Comunitários de Saúde** Parceiros na convocação das famílias e na busca ativa	✗ NÃO **Conselho Tutelar** Retaguarda para situações de violação de direitos
✗ NÃO **Serviço de saúde mental** Retaguarda para encaminhamento	✗ NÃO **Núcleo de inclusão produtiva / qualificação profissional** Lacuna identificada: não há ponto de contato local

Quadro: Oferta das demais políticas públicas no Sertão Fluminense (dados do exemplo)

Bloco 5 - Indicadores que correlacionam demanda e oferta

O quinto bloco reúne os indicadores que permitem analisar, direta ou indiretamente, a **cobertura** dos serviços e benefícios. É aqui que o diagnóstico deixa de descrever e passa a **demonstrar**. No caso de Jardim Fluminense, a análise pôde ser **direta**, porque havia estimativa razoável tanto da demanda (CadÚnico) quanto da oferta (RMA) — o que permite expressar a relação em percentual de cobertura.

Cobertura do PAIF (%) = (famílias em acompanhamento pelo PAIF na localidade ÷ famílias em extrema pobreza na localidade) × 100

Aplicando a fórmula: (2 ÷ 210) × 100 = **0,95%**. Ou seja, menos de 1% das famílias em extrema pobreza da comunidade eram alcançadas pela proteção social básica continuada, embora a unidade que as referencia dispusesse de equipe completa. A esse indicador somam-se os de **acessibilidade**, que traduzem a barreira de forma comparável entre territórios.

Taxa de referência de extrema pobreza

Cálculo: 630 pessoas em extrema pobreza ÷ 1.940 habitantes × 100

Resultado: 32,5%

Leitura: Maior concentração do município

Renda mediana per capita

Cálculo: Mediana da renda per capita das famílias do território

Resultado: R$ 366,00

Leitura: Menos da metade da renda mediana da sede (R$ 709,00)

Cobertura do PAIF

Cálculo: 2 famílias em acompanhamento ÷ 210 famílias em extrema pobreza × 100

Resultado: 0,95%

Leitura: A oferta praticamente não alcança o território

Índice de atualização cadastral

Cálculo: (210 - 95) ÷ 210 × 100

Resultado: 54,8%

Leitura: 45% dos cadastros em risco de bloqueio de benefícios

Custo de acesso

Cálculo: R$ 49,80 ÷ R$ 366,00 × 100

Resultado: 13,6%

Leitura: Um único deslocamento consome parte expressiva da renda mensal

Janela de permanência

Cálculo: Retorno às 16h00 menos chegada às 07h10

Resultado: 8h50

Leitura: Tempo forçado de espera imposto pela grade do transporte

Quadro: Síntese dos indicadores de demanda, oferta e cobertura - Sertão Fluminense (dados do exemplo)

O QUE O BLOCO 5 DEMONSTRA

A comunidade do Sertão Fluminense reúne, simultaneamente, a **maior concentração de extrema pobreza**, a **menor cobertura do PAIF** e a **maior barreira de acesso** do município. Nenhum desses fatos, isoladamente, provaria a desassistência; os três, articulados, tornam-na incontestável. É esse o papel do último bloco: transformar dados dispersos em demonstração.

5.5 A priorização territorial e a leitura dos achados

Como o município possui mais de um território vulnerável, e como os recursos de gestão são limitados, é necessário **ordenar as prioridades**. Para isso, aplica-se a Matriz de Priorização Territorial apresentada na Parte IV, seção 4.7, que combina concentração de pobreza, volume absoluto, cobertura do PAIF, tempo e custo de acesso e fragilidade cadastral.

LOCALIDADE	C1 X2	C2 X2	C3 X2	C4 X1,5	C5 X1,5	C6 X1	TOTAL	CLASSE
Sertão Fluminense	6,0	4,0	6,0	4,5	4,5	3,0	**28,0**	**Alta**
Serra do Norte	6,0	2,0	4,0	3,0	4,5	2,0	**21,5**	**Alta**
Vila Nova Esperança	6,0	4,0	4,0	1,5	3,0	2,0	**20,5**	**Alta**
Bairro Industrial	4,0	4,0	2,0	0,0	1,5	2,0	**13,5**	**Média**
Centro (sede)	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**2,0**	**Baixa**

Quadro: MPT aplicada às localidades de Jardim Fluminense (dados do exemplo)

NOTE A DIFERENÇA ENTRE VOLUME E PRIORIDADE

O **Bairro Industrial** concentra 867 pessoas em extrema pobreza — o **maior volume absoluto** do município — e ainda assim obtém pontuação **menor** que o Sertão Fluminense, porque lá o serviço é acessível. Já o **Centro**, com taxa de apenas 4%, é corretamente classificado como baixa prioridade. A MPT capta exatamente o que o volume isolado não capta: **vulnerabilidade combinada com barreira de acesso**.

A leitura da matriz completa o raciocínio do diagnóstico: o Sertão Fluminense obtém **28 dos 30 pontos possíveis** e é classificado como **alta prioridade**. Não porque tenha o maior número absoluto de pessoas pobres — esse dado pertence ao Bairro Industrial —, mas porque nele a vulnerabilidade **se soma à barreira de acesso**.

A matriz também ordena o que vem depois. **Serra do Norte** (21,5 pontos) e **Vila Nova Esperança** (20,5) são igualmente de alta prioridade e ficam registradas como próximas etapas: a Serra do Norte pela mesma razão do Sertão — comunidade rural isolada, referenciada à mesma unidade — e a Vila Nova Esperança pela concentração de pobreza somada à cobertura baixa do PAIF. Começar pelo Sertão Fluminense tem justificativa técnica: é a maior pontuação da matriz, está na mesma rota já medida e concentra o maior número de cadastros desatualizados. A decisão não ignora os outros territórios — ela os coloca em fila.

5.6 O diagnóstico como instrumento dinâmico: desconstruindo a premissa da ausência de demanda

Chega-se, então, ao ponto que confirma o caráter **interpretativo** do diagnóstico — e não meramente descritivo. O cruzamento sistemático das três fontes desmistificou a premissa de que existia "ausência de demanda" ou "falta de público" no Sertão Fluminense. Os dados provaram que a baixa procura pelo atendimento era gerada pela **barreira de acessibilidade e pelo isolamento geográfico**, e não pela inexistência de necessidades sociais.

ANTES DO DIAGNÓSTICO (PERCEPÇÃO)		DEPOIS DO DIAGNÓSTICO (EVIDÊNCIA)
"Não há demanda na zona rural."	→	**Há 210 famílias em extrema pobreza (630 pessoas) na comunidade.**

“A equipe está ociosa e por isso não atende.”	→	**A equipe é completa; a produção se concentra no entorno urbano do prédio.**
“Falta um CRAS na zona rural.”	→	**A cobertura já existe juridicamente; o que falta é acesso, e a resposta institucional é a equipe volante, não um novo prédio.**
“A comunidade não procura o serviço.”	→	**Um único deslocamento custa 13,6% da renda per capita mensal e consome um dia inteiro.**

Quadro: O argumento antes e depois do diagnóstico

A FRASE-SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

“A comunidade não deixa de acessar o CRAS porque não precisa; ela não acessa porque o acesso é inviável — e o CRAS não vai até ela.” É essa frase que sustenta o conjunto de decisões descrito a seguir.

Vale sublinhar o aprendizado metodológico: quando um território apresenta baixa procura, **não se deve concluir pela ausência de demanda**. Deve-se investigar se a demanda existe e **não consegue chegar** ao serviço. É essa inversão de leitura que separa o diagnóstico que apenas descreve do diagnóstico que orienta a ação.

5.7 A decisão de gestão: a equipe volante

Como a decisão decorre diretamente do que a norma prevê, e não de uma escolha discricionária, vale explicitar o encadeamento: o território apresenta extensão, isolamento e área rural de difícil acesso; o CRAS já opera a 97% de sua capacidade de referenciamento; a unidade possui equipe de referência acima do mínimo legal, mas não possui equipe de deslocamento. A resposta institucionalmente prevista para esse conjunto de fatos é a **equipe volante** — a “outra equipe” da NOB-RH/SUAS, regulamentada pela Resolução CIT nº 6/2011.

Diante do diagnóstico, a gestão municipal **rejeitou a proposta de construir uma nova sede física**, medida onerosa e demorada, e adotou um conjunto de medidas operacionais de reordenamento, sem custo de obra:

1 · Composição da equipe volante
Formalização de equipe de deslocamento vinculada ao CRAS Fluminense 1 (aplicação do dispositivo da NOB-RH/SUAS e da Resolução CIT nº 6/2011), com cronograma regular de atendimento descentralizado na zona rural.

2 · Atendimento itinerante quinzenal
Criação de calendário fixo de atendimento presencial na própria comunidade, de modo que a população saiba quando e onde o serviço estará presente.

3 · Ponto de apoio descentralizado
Utilização da infraestrutura já existente da Escola do Campo e do Posto de Saúde local como base para o atendimento socioassistencial, evitando qualquer obra.

4 · Busca ativa focalizada
Repriorização das agendas de campo, direcionando visitas e atualizações cadastrais para a mancha de extrema pobreza mapeada.

5 · Pactuação intersetorial

Articulação com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para a convocação das famílias vulneráveis e com a Educação para o acompanhamento da infrequência escolar.

6 · Mutirão de atualização cadastral

Realização de mutirão com a equipe do CadÚnico para regularizar as 95 famílias com cadastro desatualizado, protegendo o acesso a benefícios.

POR QUE EQUIPE VOLANTE E NÃO OBRA

A equipe volante é a solução **institucionalmente prevista** para o problema identificado. Ela tem três virtudes operacionais: é **imediata** (não depende de licitação nem de obra), é **reversível** (pode migrar de território conforme a prioridade muda) e é **compatível** com a capacidade instalada (usa a estrutura e o transporte existentes, reaproveitando a agenda da equipe). A equipe volante não substitui a unidade fixa: ela amplia a cobertura do CRAS sobre o território que ele já referencia.

5.8 Plano de ação e monitoramento

A decisão gestora só se sustenta institucionalmente quando há **metas, responsáveis, prazos e monitoramento**. O plano abaixo traduz a decisão em compromissos.

30 DIAS

Formalização da equipe volante e publicação do calendário de itinerância

Indicador de monitoramento: Equipe volante instituída e calendário publicado

Meta: Calendário quinzenal em vigor

Gestão + CRAS 1

60 DIAS

Mutirão de atualização cadastral no Sertão Fluminense

Indicador de monitoramento: % de cadastros atualizados

Meta: Regularizar as 95 famílias desatualizadas

CadÚnico + CRAS 1

6 MESES

Atendimento itinerante quinzenal (equipe volante)

Indicador de monitoramento: Famílias acompanhadas pelo PAIF na comunidade (A.1)

Meta: Passar de 2 para 80 famílias em acompanhamento

CRAS Fluminense 1

Inclusão da comunidade na programação do SCFV

Indicador de monitoramento: Turmas e participantes do SCFV na comunidade

Meta: Duas turmas no ciclo de 2026

CRAS 1 + Escola do Campo

90 DIAS

Busca ativa das famílias em extrema pobreza mapeadas

Indicador de monitoramento: Famílias visitadas / famílias mapeadas

Meta: Visitar 100% das 210 famílias

Equipes do CRAS 1 e ACS

MENSAL

Registro e alimentação mensal do RMA

Indicador de monitoramento: Regularidade de envio do RMA

Meta: 100% de envio em dia

CRAS Fluminense 1

Quadro: Plano de ação decorrente do diagnóstico (dados do exemplo)

Recomenda-se que o monitoramento dessas metas seja **reportado trimestralmente ao CMAS**, retroalimentando o ciclo de vigilância: o que era dado do diagnóstico passa a ser dado de acompanhamento. A mesma lógica define a fila: com a MPT em mãos, **Serra do Norte** e **Vila Nova Esperança** entram na programação do ciclo seguinte, com a ordem de prioridade já pactuada — e não decidida de novo a cada gestão.

5.9 Sustentabilidade e custo evitado

A decisão adotada evita o custo de construção e de manutenção de uma nova unidade física, que representaria um investimento de grande porte com longo prazo de maturação. Recomenda-se explicitar esse **custo evitado** no relatório técnico: além do argumento ético (acesso a direitos), há um argumento de **eficiência do gasto público**, especialmente relevante perante os órgãos de controle.

É honesto registrar, no entanto, que a equipe volante **não é gratuita**: ela exige uma fonte de custeio para a equipe de deslocamento e, sobretudo, a **garantia de meio de transporte** adequado (automóvel exclusivo, compartilhado ou outro, dado que o Censo SUAS também verifica, item q44). Ainda assim, o custo é de outra ordem de grandeza quando comparado a uma obra e sua manutenção permanente.

COMO APRESENTAR O CUSTO EVITADO

Compare, em valores, o custo estimado de implantação e custeio anual de uma nova unidade fixa com o custo da equipe volante (equipe de deslocamento e garantia de transporte, usando estrutura existente e reaproveitando a agenda da equipe). Não se trata de ranquear o “mais barato”, mas de mostrar que a alternativa com o **melhor custo-efetividade** foi tecnicamente demonstrada - e não escolhida por conveniência.

5.10 Minuta de Resolução para o CMAS

A formalização e a sustentabilidade institucional da decisão exigem normatização e aprovação no controle social. A seguir apresenta-se um **modelo de minuta** a ser adaptado pelo município.

> *PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM FLUMINENSE | SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS*

RESOLUÇÃO CMAS Nº 014, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Aprova o reordenamento da área de abrangência do CRAS Fluminense 1 e institui a Equipe Volante e o Ponto de Apoio para atendimento à comunidade rural do Sertão Fluminense.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JARDIM FLUMINENSE - CMAS**, no uso das atribuições que lhe confere a legislação municipal e as normas nacionais do SUAS, e considerando:

- A centralidade do Diagnóstico Socioterritorial como ferramenta obrigatória de planejamento e gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- O Relatório Técnico emitido pela Coordenação de Vigilância Socioassistencial do Município, respaldado na análise de microdados do CadÚnico/CECAD, do RMA e do CadSUAS/Censo SUAS;
- O achado diagnóstico de que 210 famílias residentes na comunidade rural do Sertão Fluminense encontram-se em situação de extrema pobreza, das quais 45% possuem cadastros desatualizados há mais de dois anos, enfrentando severas barreiras geográficas e de transporte público para acessar o prédio do CRAS Fluminense 1;
- O disposto na **NOB-RH/SUAS (Resolução CNAS nº 269/2006)**, que prevê a composição de **outras equipes**, além das equipes de referência, para atender territórios com peculiaridade de extensão territorial, isolamento, áreas rurais e de difícil acesso, disposição regulamentada pela **Resolução CIT nº 6/2011** como equipe volante;
- A necessidade de qualificar a busca ativa e descentralizar a proteção social básica **sem gerar custos com obras de infraestrutura**;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o reordenamento territorial da Proteção Social Básica do Município de Jardim Fluminense.

Art. 2º Autorizar a repriorização das ações operacionais do CRAS Fluminense 1, determinando a alocação de equipe técnica de referência para o acompanhamento territorializado na zona rural.

Art. 3º Instituir a **Equipe Volante** do CRAS Fluminense 1, nos termos da NOB-RH/SUAS e da Resolução CIT nº 6/2011, destinada ao atendimento da população residente em territórios extensos, isolados e de difícil acesso, com calendário quinzenal de atendimento descentralizado na comunidade rural do Sertão Fluminense, em articulação intersetorial com a equipe de Saúde da Família.

Art. 4º Instituir o **Ponto de Apoio Descentralizado** nas dependências da Escola do Campo local, para uso da equipe volante, sem ônus de construção ou locação.

Art. 5º Determinar que a Secretaria Municipal de Assistência Social assegure meio de transporte adequado à equipe volante e incorpore os objetivos socioassistenciais e as diretrizes orçamentárias decorrentes desta aprovação na revisão do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim Fluminense (RJ), 15 de outubro de 2026. | Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS / Jardim Fluminense - RJ

RITO DE APROVAÇÃO

Além da minuta de resolução, recomenda-se que o relatório técnico seja protocolado junto ao CMAS e à Câmara Municipal de Vereadores, e que os achados fundamentem a **revisão do PMAS**. É essa cadeia — diagnóstico → relatório → deliberação → plano → orçamento — que transforma o diagnóstico em política pública. Os instrumentos de consulta que sustentam a execução deste e dos próximos ciclos estão reunidos na Parte VI.

Parte VI - Anexos instrumentais

Os anexos reúnem os instrumentos de consulta do caderno: os dicionários de variáveis das três bases principais, os quadros de parâmetros legais e de referência, o checklist de qualidade do relatório, os modelos de instrumentos de gestão, o roteiro de escuta comunitária, o resumo dos sistemas de informação do SUAS, o glossário e as referências normativas. Nenhum deles precisa ser lido em sequência: são material de apoio, para abrir no momento do trabalho.

Anexo A - Dicionário de variáveis essenciais do CadÚnico (CECAD 2.0)

As variáveis abaixo foram selecionadas exclusivamente pelo seu valor analítico para a proteção social e a vulnerabilidade familiar. No arquivo exportado do CECAD 2.0, os campos de famílias são prefixados com `d.` e os de pessoas com `p.`. Os domínios reproduzem o dicionário oficial de dados do CECAD.

cd_ibge

Descrição: Código IBGE do município

Domínio / valores: Código numérico oficial

Uso no diagnóstico: Filtro territorial primário da análise

d.cod_familiar_fam

Descrição: Código familiar único

Domínio / valores: Chave primária da família

Uso no diagnóstico: Contagem de famílias e junção com a base de pessoas

d.dat_cadastramento_fam

Descrição: Data de cadastramento da família

Domínio / valores: Data

Uso no diagnóstico: Antiguidade do cadastro

d.dat_atual_fam

Descrição: Data da última atualização da família

Domínio / valores: Data

Uso no diagnóstico: Cálculo do tempo de desatualização

d.cod_est_cadastral_fam

Descrição: Estado cadastral da família

Domínio / valores: 2 - Sem Registro Civil; 3 - Cadastrado

Uso no diagnóstico: Qualidade e regularidade do cadastro

d.qtde_meses_desat_cat

Descrição: Meses após a última atualização cadastral

Domínio / valores: 0: até 12; 1: 13-18; 2: 19-24; 3: 25-36; 4: 37-48; 5: acima de 48

Uso no diagnóstico: Identificação de cadastros em risco de bloqueio

d.nom_localidade_fam

Descrição: Nome da localidade / bairro

Domínio / valores: Texto (declaratório)

Uso no diagnóstico: Agrupamento territorial e desagregação por comunidade

d.cod_local_domic_fam

Descrição: Situação do domicílio

Domínio / valores: 1 - Urbano; 2 - Rural

Uso no diagnóstico: Distribuição urbano x rural das famílias

d.vlr_renda_media_fam

Descrição: Renda familiar per capita

Domínio / valores: Valor numérico em reais

Uso no diagnóstico: Cálculo da renda média e da renda mediana

d.fx_rfpc

Descrição: Faixa da renda familiar per capita

Domínio / valores: Faixas 1 a 4 (conforme dicionário oficial do CECAD)

Uso no diagnóstico: Pré-seleção do público prioritário; recodificar conforme os cortes vigentes

d.vlr_renda_total_fam

Descrição: Renda total da família

Domínio / valores: Valor numérico em reais

Uso no diagnóstico: Análise complementar de renda familiar

d.marc_pbf

Descrição: Família beneficiária do Programa Bolsa Família

Domínio / valores: 0 - Não; 1 - Sim

Uso no diagnóstico: Cobertura e sobreposição do PBF no território

d.qtd_pessoas_domic_fam

Descrição: Quantidade de pessoas no domicílio (declarada)

Domínio / valores: Número inteiro

Uso no diagnóstico: **Não usar** para dimensionar população; usar a junção das bases

d.qtd_familias_domic_fam

Descrição: Quantidade de famílias no domicílio

Domínio / valores: Número inteiro

Uso no diagnóstico: Análise de domicílios com mais de uma família

d.cod_especie_domic_fam

Descrição: Espécie do domicílio

Domínio / valores: 1 - Particular permanente; 2 - Particular improvisado; 3 - Coletivo

Uso no diagnóstico: Precariedade habitacional

d.cod_material_piso_fam / d.cod_material_domic_fam

Descrição: Material predominante do piso e das paredes externas

Domínio / valores: Categorias de material (terra, cimento, madeira, alvenaria, taipa, palha...)

Uso no diagnóstico: Análise das condições habitacionais

d.cod_agua_canalizada_fam / d.cod_abaste_agua_domic_fam

Descrição: Água canalizada e forma de abastecimento

Domínio / valores: 1 - Sim; 2 - Não / rede geral, poço, cisterna, outra

Uso no diagnóstico: Acesso a saneamento básico

d.cod_escoa_sanitario_domic_fam

Descrição: Forma de escoamento sanitário

Domínio / valores: 1 - Rede coletora; 2 - Fossa séptica; 3 - Fossa rudimentar; 4 - Vala a céu aberto; 5 - Rio/lago/mar; 6 - Outra

Uso no diagnóstico: Vulnerabilidade sanitária e ambiental

d.cod_iluminacao_domic_fam

Descrição: Tipo de iluminação

Domínio / valores: 1 - Elétrica com medidor próprio; 2 - medidor comunitário; 3 - sem medidor; 4 - óleo/gás; 5 - vela; 6 - outra

Uso no diagnóstico: Precariedade de infraestrutura

d.ind_familia_quilombola_fam / d.cod_familia_indigena_fam

Descrição: Família quilombola / indígena

Domínio / valores: 1 - Sim; 2 - Não

Uso no diagnóstico: Grupos populacionais tradicionais e específicos

d.ind_parc_mds_fam

Descrição: Grupos populacionais tradicionais e específicos

Domínio / valores: Códigos (família cigana, extrativista, ribeirinha, agricultores familiares, catadores, etc.)

Uso no diagnóstico: Identificação de grupos específicos para busca ativa

d.nom_centro_assist_fam / d.cod_centro_assist_fam

Descrição: Nome e código do CRAS/CREAS vinculado

Domínio / valores: Texto / código

Uso no diagnóstico: Vínculo da família com o equipamento de referência

p.cod_familiar_fam

Descrição: Código familiar (base de pessoas)

Domínio / valores: Chave compartilhada com a base de famílias

Uso no diagnóstico: Chave de junção entre as bases

p.nom_pessoa / p.num_nis_pessoa_atual

Descrição: Nome e NIS da pessoa

Domínio / valores: Texto / número

Uso no diagnóstico: Identificação operacional (nunca divulgar junto a dados sensíveis)

p.cod_sexo_pessoa

Descrição: Sexo

Domínio / valores: 1 - Masculino; 2 - Feminino

Uso no diagnóstico: Perfil demográfico

p.dta_nasc_pessoa / p.fx_idade

Descrição: Data de nascimento / faixa etária

Domínio / valores: Data / faixas de 0 a maior de 65

Uso no diagnóstico: Estrutura etária: crianças, adolescentes, pessoas idosas

p.cod_parentesco_rf_pessoa

Descrição: Relação de parentesco com a pessoa responsável

Domínio / valores: 1 - Responsável; 2 - Cônjuge; 3 - Filho(a); … 11 - Não parente

Uso no diagnóstico: Composição e configuração familiar

p.cod_raca_cor_pessoa

Descrição: Cor ou raça

Domínio / valores: 1 - Branca; 2 - Preta; 3 - Amarela; 4 - Parda; 5 - Indígena

Uso no diagnóstico: Análise racializada das vulnerabilidades

p.cod_deficiencia_memb

Descrição: Pessoa com deficiência

Domínio / valores: 1 - Sim; 2 - Não

Uso no diagnóstico: Identificação de pessoas com deficiência para busca ativa e BPC

p.ind_def_cegueira_memb ... p.ind_def_transtorno_mental_memb

Descrição: Marcadores de tipos de deficiência

Domínio / valores: 0 - Não marcado; 1 - Marcado

Uso no diagnóstico: Detalhamento do tipo de deficiência

p.cod_sabe_ler_escrever_memb

Descrição: Sabe ler e escrever

Domínio / valores: 1 - Sim; 2 - Não

Uso no diagnóstico: Indicador educacional complementar

p.ind_frequenta_escola_memb

Descrição: Frequenta escola

Domínio / valores: 1 - Sim, rede pública; 2 - Sim, rede particular; 3 - Não, já frequentou; 4 - Nunca frequentou

Uso no diagnóstico: Evasão e vínculo escolar

p.grau_instrucao

Descrição: Grau de instrução

Domínio / valores: 1 - Sem instrução; 2 - Fundamental incompleto; … 6 - Superior incompleto ou mais

Uso no diagnóstico: Escolaridade do responsável familiar

p.cod_trabalhou_memb / p.cod_principal_trab_memb

Descrição: Trabalhou na semana passada / ocupação principal

Domínio / valores: 1 - Sim; 2 - Não / categorias de ocupação (conta própria, empregado sem carteira, doméstico, etc.)

Uso no diagnóstico: Inserção precária no mundo do trabalho

p.ind_trabalho_infantil_pessoa

Descrição: Pessoa com marcação de trabalho infantil

Domínio / valores: 1 - Sim; 2 - Não

Uso no diagnóstico: Alerta para proteção social especial

p.marc_sit_rua

Descrição: Situação de rua

Domínio / valores: 0 - Não; 1 - Sim

Uso no diagnóstico: Público da proteção social especial (Centro POP/CREAS)

p.cod_est_cadastral_memb

Descrição: Estado cadastral da pessoa

Domínio / valores: 2 - Sem Registro Civil; 3 - Cadastrado; 5 - Aguardando NIS; 6 - Validando NIS

Uso no diagnóstico: Auditoria da qualidade cadastral

p.ind_atend_cras_memb / p.ind_atend_creas_memb

Descrição: Atendido por CRAS / por CREAS

Domínio / valores: 0 - Não; 1 - Sim

Uso no diagnóstico: Interface entre cadastro e rede de atendimento

Quadro: Variáveis essenciais do CadÚnico/CECAD

Anexo B - Quadro de variáveis do RMA

O RMA (Resolução CIT nº 4/2011, alterada pela Resolução CIT nº 2/2017) organiza o registro em blocos. O quadro abaixo sintetiza os itens mais úteis ao diagnóstico socioterritorial.

I A.1

Conteúdo: Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF

Uso no diagnóstico: Volume de proteção continuada; base para a taxa de cobertura

I A.2

Conteúdo: Novas famílias inseridas no acompanhamento no mês

Uso no diagnóstico: Capacidade de absorção de novos casos (busca ativa)

I B.1 a B.6

Conteúdo: Perfil das novas famílias: extrema pobreza, PBF, PBF em descumprimento de condicionalidades, famílias com BPC, crianças/adolescentes em trabalho infantil, em acolhimento

Uso no diagnóstico: Adensamento de riscos entre as famílias atendidas

2 C

Conteúdo: Atendimentos particularizados realizados no mês, incluindo visitas domiciliares e benefícios eventuais (natalidade, funeral e outros)

Uso no diagnóstico: Intensidade de atendimento e busca ativa

3 D

Conteúdo: Atendimentos coletivos realizados no mês e total de participantes

Uso no diagnóstico: Oferta de convivência e trabalho com grupos

Quadro: Itens do RMA-CRAS utilizados no diagnóstico

I A.1 / A.2

Conteúdo: Total de casos em acompanhamento pelo PAEFI / novos casos inseridos no mês

Uso no diagnóstico: Volume de proteção especial continuada

I B.6 / B.7

Conteúdo: Pessoas vitimadas identificadas / adolescentes em cumprimento de MSE entre os novos casos

Uso no diagnóstico: Perfil das violações e das medidas

I C a I

Conteúdo: Crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres adultas, tráfico de pessoas, discriminação, pessoas em situação de rua

Uso no diagnóstico: Mapa das violações de direitos no território

II M

Conteúdo: Atendimentos individualizados e em grupo; famílias encaminhadas ao CRAS; visitas domiciliares

Uso no diagnóstico: Fluxo entre proteção especial e básica

III J

Conteúdo: Total e novos adolescentes em cumprimento de LA e/ou PSC

Uso no diagnóstico: Demanda por medidas socioeducativas em meio aberto

IV K e L

Conteúdo: Pessoas abordadas e perfis; quantidade total de abordagens realizadas

Uso no diagnóstico: Leitura das situações de rua e do território

Quadro: Itens do RMA-CREAS utilizados no diagnóstico

Anexo C - Quadro de variáveis do CadSUAS / Censo SUAS

Estas variáveis descrevem a **capacidade instalada** das unidades e são essenciais para a vigilância dos padrões de serviços. A comparação deve ser feita em dois níveis: contra o **parâmetro legal** (NOB-RH/SUAS) e contra a **realidade de outros municípios do mesmo porte** (Censo SUAS).

CRAS Pequeno Porte I

Parâmetro: Até 2.500 famílias referenciadas

Composição: 2 técnicos de nível superior (1 assistente social e preferencialmente 1 psicólogo) + 2 técnicos de nível médio + 1 coordenador

CRAS Pequeno Porte II

Parâmetro: Até 3.500 famílias referenciadas

Composição: 3 técnicos de nível superior (2 assistentes sociais e preferencialmente 1 psicólogo) + 3 técnicos de nível médio + 1 coordenador

CRAS Médio, Grande, Metrópole e DF

Parâmetro: A cada 5.000 famílias referenciadas

Composição: 4 técnicos de nível superior (2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS) + 4 técnicos de nível médio + 1 coordenador

CREAS Gestão Inicial e Básica

Parâmetro: Capacidade de 50 pessoas

Composição: 1 coordenador, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 advogado, 2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem) e 1 auxiliar administrativo

CREAS Gestão Plena e Estados com serviços regionais

Parâmetro: Capacidade de 80 pessoas

Composição: 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 advogado, 4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem) e 2 auxiliares administrativos

Equipe volante (todos os portes)

Parâmetro: Territórios com extensão, isolamento e áreas rurais de difícil acesso

Composição: Outras equipes, além das equipes de referência, para atender à especificidade do território (NOB-RH/SUAS; Resolução CIT nº 6/2011)

Quadro: Parâmetros de referência da NOB-RH/SUAS para consulta rápida

nu_identificador

Descrição: Código que identifica a unidade no CadSUAS e nos demais sistemas

Uso no diagnóstico: Chave de junção entre CadSUAS, Censo SUAS, RMA e Prontuário

ID-CRAS / ID-CREAS

Descrição: Índices de desenvolvimento da unidade, de 1 a 5, calculados a partir de estrutura física, serviços e recursos humanos

Uso no diagnóstico: Comparação entre unidades e ao longo dos anos; mostra a dimensão mais frágil de cada uma

q0_1 / q0_14

Descrição: Nome do CRAS / data de implantação

Uso no diagnóstico: Identificação e antiguidade da unidade

q1

Descrição: Capacidade de referenciamento da unidade

Uso no diagnóstico: Dimensionamento frente ao porte do território

q2_1 / q2_2

Descrição: Horário de funcionamento: dias por semana e horas por dia

Uso no diagnóstico: Compatibilidade entre horário do serviço e rotina da população

q3

Descrição: Área de localização do CRAS

Uso no diagnóstico: Distribuição territorial da rede

q4 / q5

Descrição: Situação do imóvel / imóvel compartilhado

Uso no diagnóstico: Condições de funcionamento

q8_1 a q8_11

Descrição: Espaço físico: salas, banheiros, recepção, cozinha, espaço externo, arquivo

Uso no diagnóstico: Adequação da infraestrutura

q9_1 a q9_4

Descrição: Acessibilidade: rampas, rota acessível, banheiro adaptado

Uso no diagnóstico: Acessibilidade física para pessoas com deficiência

q10_1 a q10_15

Descrição: Equipamentos e materiais: telefone, celular, impressora, TV, som, datashow, veículo exclusivo e compartilhado, brinquedos, bebedouro, climatização

Uso no diagnóstico: Recursos para atendimento e itinerância (veículo é decisivo)

q11_1 / q11_2

Descrição: Total de computadores / conectados à internet

Uso no diagnóstico: Condições de operação dos sistemas

q40

Descrição: O CRAS possui equipe técnica contratada especificamente para deslocamento visando o atendimento à população em territórios extensos e áreas isoladas (equipe volante)

Uso no diagnóstico: Indicador central para territórios rurais, extensos ou isolados

q41

Descrição: Localização dos territórios atendidos pela equipe volante (rural, urbano ou ambos)

Uso no diagnóstico: Avaliação da cobertura itinerante

q42_1 a q42_99

Descrição: Quais territórios são atendidos pela equipe volante: favelas e periferias urbanas, comunidades rurais, aldeia ou comunidade indígena, comunidade quilombola, ribeirinha, acampamento/comunidade cigana, comunidade de terreiro e outros

Uso no diagnóstico: Identificação do público da itinerância

q43
Descrição: Frequência com que a equipe volante se desloca para atender as áreas e comunidades
Uso no diagnóstico: Regularidade da presença no território

q44_1 a q44_6
Descrição: Como é feito o deslocamento da equipe volante: automóvel exclusivo, automóvel compartilhado, automóvel particular, embarcação exclusiva ou não exclusiva ou transporte público
Uso no diagnóstico: Condições logísticas da itinerância

q35
Descrição: O CRAS possui equipe técnica contratada especificamente para executar as ações do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio
Uso no diagnóstico: Capacidade de atendimento domiciliar

q12_1 a q12_4
Descrição: Ações e atividades do PAIF: acolhida em grupo e particularizada, atendimento particularizado, grupo/oficina com famílias
Uso no diagnóstico: Tradução do serviço em prática

q15 / q16_1 a q16_6
Descrição: Execução direta e faixas atendidas do SCFV
Uso no diagnóstico: Oferta de convivência por faixa etária

RH **q65_3 / q65_9**
Descrição: Sexo / escolaridade do trabalhador
Uso no diagnóstico: Perfil da força de trabalho

RH **q65_10 / q65_12**
Descrição: Profissão / função exercida
Uso no diagnóstico: Composição da equipe de referência

RH **q65_11 / q65_13**
Descrição: Vínculo / carga horária semanal
Uso no diagnóstico: Estabilidade da equipe e dedicação

RH **q65_15 / q65_16**
Descrição: Serviço ou atividade a que o profissional está vinculado
Uso no diagnóstico: Distribuição do esforço entre serviços

d65_10bin1 a d65_10bin5
Descrição: Marcadores por profissão: Pedagogo, Assistente Social, Antropólogo, Advogado, Psicólogo
Uso no diagnóstico: Presença dos profissionais exigidos pela equipe de referência

nu_trabalhador
Descrição: Número de trabalhadores no CRAS
Uso no diagnóstico: Dimensionamento geral da equipe

Quadro: Variáveis de capacidade instalada e equipe (Censo SUAS - CRAS)

Anexo D - Checklist de qualidade do diagnóstico

Antes de encaminhar o relatório, submeta-o à verificação abaixo. Cada item não atendido é um risco de fragilidade técnica.

☐ 1 A pergunta orientadora está explicitada e o relatório responde a ela?	☐ 2 As fontes estão declaradas com data de extração e período de referência?
☐ 3 A unidade territorial é compatível entre CadÚnico, IBGE e áreas de abrangência das unidades?	☐ 4 A contagem de pessoas usou a junção das bases (e não o campo declarado de moradores)?
☐ 5 Foram apresentadas tanto a renda média quanto a mediana, destacando a mediana?	☐ 6 Os cortes de renda utilizados são os vigentes no ano do diagnóstico?
☐ 7 A cobertura do PAIF foi calculada sobre as famílias em extrema pobreza do território?	☐ 8 A capacidade instalada (equipe, infraestrutura, veículo) foi confrontada com o território?
☐ 9 O tempo e o custo de acesso foram medidos no horário de funcionamento do serviço?	☐ 10 Houve escuta e validação junto às equipes e às lideranças do território?
☐ 11 O relatório traz uma decisão de gestão concreta, com responsáveis, metas e prazos?	☐ 12 Os dados foram apresentados de modo agregado, sem identificação de famílias?
☐ 13 A proposta foi protocolada no CMAS e vinculada à revisão do PMAS?	

Quadro: Checklist de qualidade - diagnóstico socioterritorial - 13 itens

Anexo E - Modelos de instrumentos de gestão

E.1 Nota técnica de escopo (modelo)

Título **Conteúdo (preencher):** Diagnóstico Socioterritorial - [ano] - [tema/território]	**Pergunta orientadora** **Conteúdo (preencher):** Qual problema de gestão o diagnóstico deve responder?
Delimitação territorial **Conteúdo (preencher):** Município / localidades / áreas de abrangência incluídas	**Fontes e período de referência** **Conteúdo (preencher):** CadÚnico (extração em __/__/____), RMA (mês/ano), CadSUAS/Censo SUAS (ano), IBGE (ano)
Equipe responsável **Conteúdo (preencher):** Nomes e atribuições	**Cronograma** **Conteúdo (preencher):** Datas de entrega por etapa
Produtos esperados **Conteúdo (preencher):** Relatório, mapas, planilhas de indicadores, minuta de resolução	**Forma de validação** **Conteúdo (preencher):** Rodas de conversa e apreciação no CMAS

Quadro: Modelo de nota técnica de abertura do ciclo diagnóstico

E.2 Estrutura sugerida de relatório diagnóstico

1 · Identificação e sumário executivo
(meia página, com os três achados principais e a decisão recomendada).

2 · Escopo, perguntas orientadoras e metodologia
(fontes, período de referência e limitações).

3 · Caracterização do município e da rede
(perfil populacional, equipamentos, áreas de abrangência).

4 · Territorialização das vulnerabilidades
(tabelas e mapas por localidade).

5 · Capacidade instalada e produção dos serviços
(CadSUAS/Censo SUAS e RMA).

6 · Análise de acessibilidade
(tempo, custo e janela de permanência).

7 · Priorização territorial
(aplicação da MPT e resultado).

8 · Conclusões e decisão proposta
(reordenamento, busca ativa, pactuações).

9 · Plano de ação e monitoramento
(ações, responsáveis, metas e prazos).

10 · Anexos
(dicionários, tabelas completas, mapas e minuta de resolução).

Anexo F - Roteiro de escuta e validação comunitária

A escuta qualificada é o contraponto indispensável ao dado quantitativo. Ela confirma hipóteses, revela dimensões não capturadas pelos sistemas e legitima socialmente os achados. Sugere-se conduzir a escuta em **roda de conversa**, com registro em ata e as questões orientadoras abaixo.

Acesso ao serviço
Questões sugeridas: Como vocês fazem para chegar ao CRAS? Quanto tempo leva? Quanto custa? Em que horário o transporte sai e volta?

Conhecimento do serviço
Questões sugeridas: Vocês sabem o que é o CRAS e o que ele faz? Já procuraram o serviço? Como foi a experiência?

Barreira percebida
Questões sugeridas: O que mais dificulta a ida ao serviço? O que faria diferença para facilitar o acesso?

Cadastro e benefícios
Questões sugeridas: Alguém aqui teve o cadastro bloqueado ou o benefício suspenso? Sabem onde atualizar o CadÚnico?

Ativos do território
Questões sugeridas: Que grupos, associações, igrejas, coletivos e lideranças existem aqui? Onde as pessoas se reúnem?

Presença do Estado
Questões sugeridas: Quais serviços existem na comunidade (escola, posto de saúde, outros)? Que equipamentos poderiam servir de ponto de apoio?

Prioridades

Questões sugeridas: Se o CRAS pudesse vir até aqui regularmente, o que seria mais útil para as famílias?

Quadro: Questões orientadoras para a escuta no território

REGRAS DE OURO DA ESCUTA

Escute **antes** de apresentar conclusões; registre as falas em ata sem identificar pessoas; valorize as **soluções propostas pela própria comunidade** (elas costumam ser mais viáveis) e devolva os resultados em nova visita. Validação comunitária não é evento de divulgação: é etapa metodológica.

Anexo G - Principais sistemas de informação do SUAS

O SUAS opera com um conjunto de sistemas de informação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Cada um responde a uma pergunta diferente: quem são os trabalhadores e os equipamentos, o que os serviços produzem, como os recursos são executados, como a rede está organizada. Eles se organizam em sete frentes: cadastro e autenticação, registro dos atendimentos, monitoramento, rede socioassistencial, dados e diagnósticos, cofinanciamento e análise estadual. A seção apresenta cada sistema com uma explicação curta e uma imagem da tela, para que a equipe reconheça o ambiente antes de acessá-lo.

Os sistemas, um a um

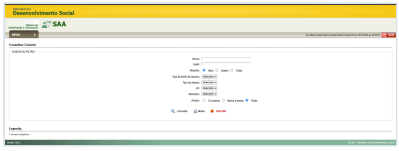
CadSUAS

Cadastro dos profissionais, dos equipamentos, dos órgãos gestores, do CMAS e do CEAS, com localização e contato. Consulta pública e edição restrita, via SAA, e atualização sempre que houver mudança. No diagnóstico, identifica a rede e os trabalhadores e é a base de acesso aos demais sistemas.



SAA

Gerencia usuários, senhas, perfis e permissões de consulta ou edição nos sistemas do MDS. O acesso é restrito, e a delegação de perfis cabe ao gestor ou ao adjunto da secretaria. É o que define quem entra em cada sistema e com que poderes.



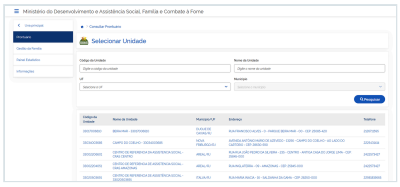
RMA

Registro mensal e quantitativo dos atendimentos de CRAS, CREAS e Centro POP, com formulários por unidade e por família. O prazo é mensal, com até três meses para inserir e retificar. É o que mede a produção efetiva do serviço.



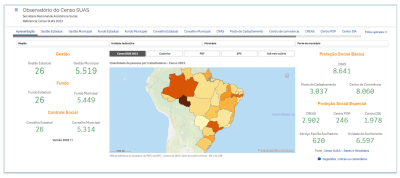
Prontuário Eletrônico SUAS

Registro individualizado dos atendimentos e acompanhamentos em CRAS, CREAS e unidades de acolhimento. O acesso é restrito, por CadSUAS e GOV.BR, e o preenchimento é contínuo. Permite a análise nominal que o RMA, sozinho, não oferece.



Observatório do Censo SUAS

Painel público que reúne os resultados do Censo SUAS e permite explorá-los por unidade e por tema: gestão, fundos e conselhos, CRAS, CREAS, Centro POP, Centro DIA, acolhimento e família acolhedora. Traz ainda o mapa com a quantidade de pessoas por trabalhador. No diagnóstico, é a leitura pública e comparável da estrutura da rede.



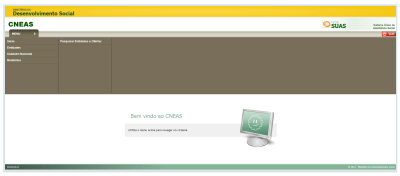
SISC

Reúne os grupos e participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O acesso é restrito, via SAA, e o preenchimento é trimestral. Acompanha a execução do SCFV e a vinculação dos participantes.



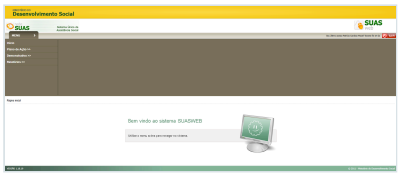
CNEAS

Cadastro das organizações de assistência social e das ofertas socioassistenciais da rede privada. A responsabilidade é da gestão pública, com articulação do conselho e visitas técnicas. Dá a conhecer a rede privada que atua no território.



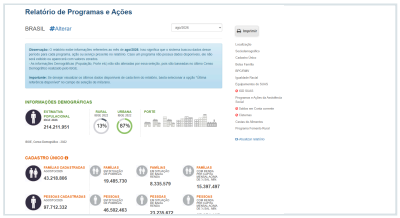
SUASWEB

Reúne informações do cofinanciamento federal: valores repassados e saldos, com área restrita para gestor e conselho. O demonstrativo é anual, hoje feito no Agiliza SUAS. Serve ao acompanhamento dos recursos e da execução.



RI Social

Relatório público por município, organizado por nível de proteção e por fonte de dados. Não exige autenticação e não tem periodicidade própria. Oferece uma visão geral do município para o diagnóstico e o monitoramento.



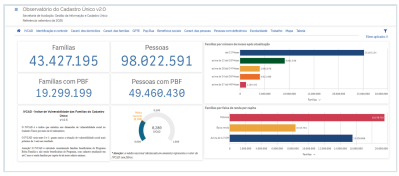
CECAD 2.0

Consulta, seleção e extração de dados do Cadastro Único, com o painel de indicadores e o TABCAD para cruzar variáveis. O acesso é público para tabulação e restrito para extração com identificação. É a base do perfil socioeconômico das famílias.



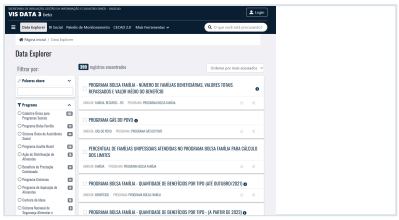
Observatório do Cadastro Único

Painel público que reúne o panorama do Cadastro Único e o IVCAD, índice de vulnerabilidade das famílias, em escala de 0 a 1. Permite recortes por território e por tema — renda, Bolsa Família, deficiência, escolaridade, trabalho e população em situação de rua — e mostra o tempo desde a última atualização do cadastro. No diagnóstico, ajuda a dimensionar a vulnerabilidade e a qualidade do cadastro.



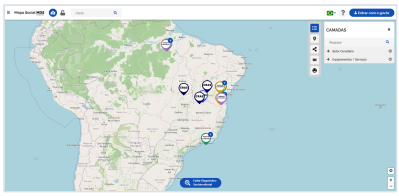
VIS DATA

Visualizador de dados de CadÚnico, Bolsa Família, SUAS e BPC, em gráficos e tabelas interativos. O acesso é público. Ajuda na visualização e na comparação rápida de indicadores.



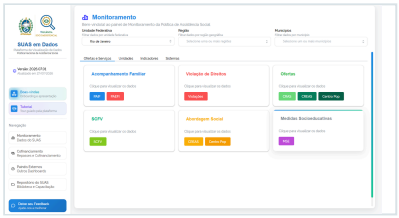
Mapa Social

Plataforma pública e interativa que localiza serviços e equipamentos do SUAS e apresenta o perfil do Cadastro Único no território. O acesso é livre. Sustenta a leitura territorial e a localização da oferta.



SUAS em Dados

Ferramenta estadual do Rio de Janeiro com dados do RMA em tabelas, gráficos e mapas. O acesso é público e a atualização é mensal. Serve à análise estadual e à comparação entre municípios.



CONFIRA AS REGRAS VIGENTES ANTES DE CADA CICLO

Os sistemas mudam com frequência. Antes de cada ciclo de diagnóstico, confirme no site oficial do MDS os prazos, os acessos e as substituições, como a migração do demonstrativo físico-financeiro para o Agiliza SUAS e a descontinuação do Plano de Ação.

Os sistemas são instrumentos de trabalho, não obrigações a cumprir. Quando o preenchimento é tratado apenas como exigência administrativa, perde-se a leitura que eles permitem: conhecer as características dos territórios, acompanhar a oferta da rede, identificar vulnerabilidades e produzir indicadores para a gestão. A qualidade dessa leitura depende da regularidade, da atualização e da consistência dos registros feitos pelos municípios.

Glossário

TERMO / SIGLA	SIGNIFICADO
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CadSUAS	Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social
CECAD	Aplicação do MDS para acesso e extração de dados do CadÚnico (CECAD 2.0)

TERMO / SIGLA	SIGNIFICADO
Censo SUAS	Censo anual das unidades e serviços do SUAS, instituído pelo Decreto nº 7.334/2010
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social - unidade da Proteção Social Básica
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social - unidade da Proteção Social Especial
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
PSB / PSE	Proteção Social Básica / Proteção Social Especial
TABCAD	Tabulador do Cadastro Único, de acesso livre, que cruza variáveis do CadÚnico sem expor dados identificados
Extrator de Dados (CECAD)	Consulta restrita do CECAD que extrai a base do CadÚnico, inclusive com os dados de identificação das famílias
Busca Nome/NIS	Consulta restrita do CECAD que detalha o formulário de uma família ou pessoa, pelo nome, NIS ou CPF
SGD	Sistema de Garantia de Direitos: rede de órgãos e políticas que atuam na promoção, na defesa e no controle dos direitos
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial, que organiza o cuidado em saúde mental no SUS (Portaria MS nº 3.088/2011)
Consultório na Rua	Equipe da atenção básica do SUS que atende a população em situação de rua no próprio território
Escuta especializada	Escuta de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência feita por órgão da rede de proteção, distinta da perícia e do depoimento especial (Lei nº 13.431/2017)
Referência e contrarreferência	Encaminhamento de um caso entre serviços e a devolutiva de quem o recebeu depois de concluir o atendimento
Acessuas Trabalho	Programa de inclusão produtiva da proteção social básica, referenciado ao CRAS
RMA	Registro Mensal de Atendimentos (Resolução CIT nº 4/2011, alterada pela CIT nº 2/2017)
PBF	Programa Bolsa Família
BPC	Benefício de Prestação Continuada
LA / PSC	Liberdade Assistida / Prestação de Serviço à Comunidade (medidas socioeducativas em meio aberto)
MPT	Matriz de Priorização Territorial (instrumento proposto neste caderno)
Territorialização	Processo metodológico de dividir, ler e analisar a realidade social considerando a geografia e o contexto local das demandas e das ofertas

TERMO / SIGLA	SIGNIFICADO
Vazio de cobertura	Ausência ou insuficiência de serviços e equipamentos do SUAS em áreas com alta concentração de vulnerabilidade
ID-CRAS / ID-CREAS	Indicadores-síntese de desenvolvimento da unidade, em escala de 1 a 5, calculados anualmente a partir do Censo SUAS e compostos por estrutura física, serviços e recursos humanos
IGD-SUAS	Índice de Gestão Descentralizada do SUAS; pode custear a implantação e a manutenção da Vigilância Socioassistencial
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (Resolução CNAS nº 269/2006) — define as equipes de referência e os parâmetros de composição
Equipe de referência	Equipe de profissionais responsável pela organização e oferta dos serviços em uma unidade, dimensionada pelo número de famílias e indivíduos referenciados (NOB-RH/SUAS)
Famílias referenciadas	Unidade de medida do vínculo entre a equipe e o território; é esse número, e não a população total, que dimensiona a equipe. A NOB-RH define como as famílias que vivem em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos por órgão federal
Trabalhadores da Assistência Social	Todos os que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme a LOAS, a PNAS e o SUAS, inclusive em consórcios intermunicipais e em entidades e organizações (NOB-RH/SUAS)
Gestão do Trabalho no SUAS	Gestão do processo de trabalho necessário ao funcionamento do sistema: desenhos organizacionais, educação permanente, desprecarização do trabalho, avaliação de desempenho, sistemas de informação e planos de carreira, cargos e salários (NOB-RH/SUAS)
Educação Permanente	Processo contínuo de construção de conhecimentos do trabalhador — formação, qualificação, requalificação, especialização, aperfeiçoamento e atualização — para ampliar sua capacidade laboral em função das necessidades da equipe, da instituição e dos usuários (NOB-RH/SUAS)
Equipe volante	Equipe adicional, além da equipe de referência, prevista na NOB-RH/SUAS e regulamentada pela Resolução CIT nº 6/2011 para atender territórios extensos, isolados, rurais ou de difícil acesso
Diagnóstico socioterritorial	Análise territorializada das vulnerabilidades e da oferta de serviços, base do planejamento do SUAS
Janela de permanência	Tempo forçado de espera na cidade em razão da grade do transporte coletivo
Extrema pobreza (CadÚnico)	Renda mensal por pessoa de até R$ 218,00 (valor de referência, sujeito a reajuste anual do limite de baixa renda)

Quadro: Termos e siglas utilizados neste caderno

Referências normativas e fontes de dados

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, arts. 203 e 204.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993** (LOAS), alterada pela **Lei nº 12.435/2011**, arts. 2º, 6º e 6º-A.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)** - Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004.

- BRASIL. **Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS 2012)** - Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, arts. 87 a 108.
- BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)** - Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, e **NOB-RH/SUAS Anotada e Comentada** (MDS).
- BRASIL. **Resolução CNAS nº 17, de 2011** - amplia as categorias profissionais que podem compor as equipes de referência da proteção social básica.
- BRASIL. **Resolução CIT nº 6, de 2011** - disciplina as equipes volantes para municípios com território extenso, localidades isoladas, de difícil acesso e com espalhamento populacional.
- BRASIL. **Portaria SNAS nº 37, de 2018**, alterada pela Portaria nº 91, de 2022 - institui os Indicadores Nacionais de Monitoramento e Desenvolvimento do SUAS (ID-CRAS, ID-CREAS e demais índices).
- BRASIL. **Portaria MDS nº 843, de 28 de dezembro de 2010** - dispõe sobre a composição das equipes de referência dos CREAS, considerando o porte do município.
- BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** - Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.
- BRASIL. **II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026)** - Resolução CNAS nº 7, de 2016, que prioriza a ampliação de equipes volantes, inclusive em áreas rurais.
- BRASIL. **Registro Mensal de Atendimentos** - Resolução CIT nº 4, de 24 de maio de 2011, alterada pela Resolução CIT nº 2, de 22 de fevereiro de 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 7.334, de 19 de outubro de 2010** - institui o Censo SUAS.
- BRASIL. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**, atualizado pelo **Decreto nº 11.016/2022** - regulamenta o Cadastro Único.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Manual de Instruções do RMA - CRAS** e **Manual de Instruções do RMA - CREAS**. Brasília, 2018.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Dicionário de Dados do CECAD** e **Dicionário de Variáveis do Censo SUAS 2025 - CRAS (Dados Gerais e Recursos Humanos)**.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial** - base conceitual e normativa e macroatividades da área.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Manual de Gestão do Cadastro Único** e material de apoio do **CECAD 2.0** - tipos de consulta, perfis de acesso, sigilo e cessão de dados.
- BRASIL. **Portaria MDS nº 10, de 2012** - disciplina a cessão e o uso dos dados identificados do Cadastro Único para a gestão de políticas públicas.
- BRASIL. **Lei nº 13.431, de 2017** - escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; **Lei nº 14.344, de 2022** - medidas de enfrentamento da violência doméstica contra a criança e o adolescente.
- BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 2009** - Política Nacional para a População em Situação de Rua.
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 1990** (SUS) e **Portaria MS nº 3.088, de 2011** - institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 1996** (LDB) - diretrizes e bases da educação nacional, base da articulação com a Educação.

- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Caderno de Orientações Técnicas do Acessuas Trabalho**. Brasília, 2022.
- GOULART, Junier Carvalho. **O Território como Ponto de Partida** - aula de Vigilância Socioassistencial (Módulo II). Assessoria Estadual de Vigilância Socioassistencial, SEDSODH/RJ. Material de formação que fundamenta a seção 4.1 deste caderno.
- SUBSECRETARIA DE GESTÃO DO SUAS / SEDSODH-RJ. **O papel da Vigilância Socioassistencial no Plano de Educação Permanente** - Coordenação de Vigilância Socioassistencial. Rio de Janeiro. Material de formação e figuras adaptados no item 1.12 deste caderno.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022** - população, domicílios, renda e malhas de setores censitários.
- Fontes de valores de renda: parâmetros vigentes do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família (linha de extrema pobreza e limite de baixa renda equivalentes a meio salário mínimo), atualizados anualmente.

VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL

Integrar é fazer a informação voltar em forma de ação

Leitura do território, análise das necessidades e da oferta, decisão de gestão e devolutiva às equipes.



CONTATO

coordvigilanciasgs@sedsdh.rj.gov.br

Vigilância Socioassistencial

v1.0.0 · Novembro de 2026